



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA**

ROBERTO CARLOS VIEIRA

**SOCIEDADE CIVIL E NEOLIBERALISMO:
A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS FRENTE ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS
1995 - 2002**

**Salvador
2019**

ROBERTO CARLOS VIEIRA

**SOCIEDADE CIVIL E NEOLIBERALISMO:
A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS FRENTE ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS
1995 - 2002**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania, da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção de Título de Doutor em Políticas Sociais e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Pessoa Lepikson

**Salvador
2019**

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

V658 Vieira, Roberto Carlos

Sociedade civil e neoliberalismo: a construção de caminhos frente às políticas neoliberais 1995 - 2002 / Roberto Carlos Vieira. – Salvador, 2019.
168 f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Fátima Pessoa Lepikson.

Tese (Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Sociedade Civil 2. Estado. 3. Políticas Neoliberais. 4. Questão Social.
5. Organizações da Sociedade Civil. I. Lepikson, Maria de Fátima Pessoa – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.334.56

TERMO DE APROVAÇÃO

ROBERTO CARLOS VIEIRA

"SOCIEDADE CIVIL E NEOLIBERALISMO: A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS FRENTE ÀS POLÍTICAS NEOLIBERAIS. 1995-2002".

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Políticas
Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 28 de outubro de 2019.

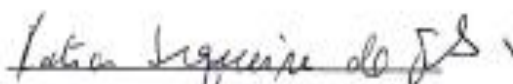
Banca Examinadora:



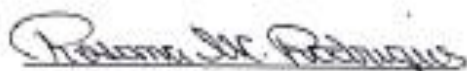
Prof.(a) Dr.(a) Maria de Fátima Pessoa Lepikson - UCSAL (orientadora)



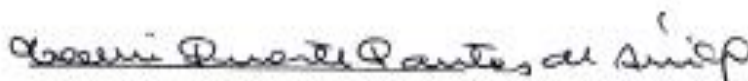
Prof.(a) Dr.(a) Julie Sarah Lourau Alves da Silva - UCSAL



Prof.(a) Dr.(a) Kátia Siqueira de Freitas - UCSAL



Prof.(a) Dr.(a) Rosana Mara Chaves Rodrigues - UNEB



Prof.(a) Dr.(a) Heloni Duarte Dantas de Ávila - UFRB

Dedico esta Tese às Organizações da Sociedade Civil, em especial ao Movimento de Organização Comunitária (MOC) e à Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), pelas contribuições significativas às camadas pauperizadas da classe subalterna, partilhadas com ética, competência e compromisso político!

AGRADECIMENTOS

A Deus e a toda forma de energia do Universo, pois acredito que eles sempre conspiram para o nosso equilíbrio espiritual!

Aos meus pais, *in memoriam*, pelo inquestionável incentivo ao meu desenvolvimento na educação, e aos meus filhos, fontes de inspiração no meu cotidiano, para uma conduta pessoal e profissional ética, com humildade e responsabilidade!

De puro coração e com a alma repleta de gratidão, agradeço especialmente a minha amiga, parceira, companheira, irmã e orientadora, Profa. Dra. Fátima Lepikson, que a todo o momento, imbuída de elevado espírito incentivador, me conduziu na seara do conhecimento, com muita ética, cuidado, carinho e atenção, me possibilitando significativas discussões temáticas que criaram raízes materiais, objetivas e concretas para encarar o cotidiano, com a certeza de que venceremos batalhas sociais, quando não nos perdemos do olhar do outro!

Agradeço também as minhas orientadoras iniciais quando ingresso no Doutorado, Profa. Dra. Inaiá Carvalho e Profa. Dra. Kátia Freitas, as quais me acolheram com toda atenção e carinho, me conduzindo com muita competência e sabedoria aos primeiros passos para a construção de novos conhecimentos!

Aos amigos/as e companheiros/as de tantas batalhas, que me blindaram com todas as emoções humanas, como forma de apoio e incentivo a essa caminhada. Em especial aos amigos, da UNEB, da UCSAL e da SEC e, todos aqueles de minhas relações cotidianas pessoais. Muito obrigado por fazerem parte de minha existência!

Meu agradecimento afetuoso e dedicado à CESE, na pessoa do Sr. Dimas Galvão e equipe e, também ao MOC, na pessoa do Prof. Naidison Baptista e equipe que, com toda atenção e cuidado, assumiram comigo o trabalho da pesquisa, como efetivos parceiros na construção dessa tese sobre as Organizações da Sociedade Civil!

Um beijo no coração de todos!

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos!

Antonio Gramsci.

RESUMO

A tese discute as Organizações da Sociedade Civil e seu posicionamento frente às políticas neoliberais. Concentra-se numa análise sobre a atuação dessas organizações no espaço da Sociedade Civil, tendo por pressuposto que, diante das estratégias neoliberais assumidas pelo Estado brasileiro, as Organizações da Sociedade Civil, no período de 1995 a 2002, realizaram a contra hegemonia a esse Estado neoliberal em processos de conformação e de resistência, sendo estas não estanques e não excludentes. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a atuação das Organizações da Sociedade Civil, enquanto processos contra hegemônicos, diante das políticas neoliberais assimiladas pelo Brasil. A questão central da pesquisa é: como as Organizações da Sociedade Civil realizaram a contra hegemonia às políticas neoliberais, no período de 1995 a 2002, diante da redução das ações do Estado, no que diz respeito à proteção social? O referencial teórico está sustentado pelas contribuições de alguns autores como Behring (2008), Coutinho (2008) Duriguetto (2011), Landim (1993), Martins (2009), Montañó (2011) e Pereira (2003), dentre outros. As discussões suscitam a investigação de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com procedimentos metodológicos de Pesquisa Documental e Análise do Discurso, tendo como instrumento de análise documentos gerado, no período do recorte temporal, por duas organizações da sociedade civil oriundas do regime militar, o MOC e a CESE e, que ao longo da década de 90, atuaram frente ao ideário neoliberal brasileiro. O que se pôde constatar é que aquelas organizações da sociedade civil, no período do recorte temporal, não realizaram uma contra hegemonia ao projeto neoliberal, a partir da constituição e execução de programas/projetos que tratavam das múltiplas manifestações da questão social, buscaram assegurar direitos políticos e sociais e a sobrevivência dos grupos/comunidades, ora conformando, ora resistindo à ofensiva das estratégias realizadas pelas políticas neoliberais instaladas no Estado brasileiro e na Bahia, embora não expressem, em suas atividades, considerando o recorte temporal, ações políticas e sociais que explicitem mudança e ou transformação no período, enquanto contra hegemonia ao cenário neoliberal, no que diz respeito à proteção social.

Palavras-Chave: Sociedade Civil. Estado. Políticas Neoliberais. Questão Social. Organizações da Sociedade Civil.

ABSTRACT

The thesis discusses Civil Society Organizations and their position regarding neoliberal policies. It focuses on an analysis of the performance of these organizations in the Civil Society space, assuming that, given the neoliberal strategies adopted by the Brazilian State, the Civil Society Organizations, from 1995 to 2002, performed counter-hegemony to this. Neoliberal state in conformation and resistance processes, which are not watertight and non-exclusive. The general objective of the research was to analyze the performance of Civil Society Organizations, as counter-hegemonic cases, before the neoliberal policies assimilated by Brazil. The central question of the research is: How did the Civil Society Organizations counter-hegemonize neoliberal policies, from 1995 to 2002, in view of the reduction of the State's actions regarding social protection? The theoretical framework is supported by the contributions of some authors such as Behring (2008), Coutinho (2008) Duriguetto (2011), Landim (1993), Martins (2009), Montaña (2011) and Pereira (2003), among others. The discussions raise the investigation of a qualitative approach, of exploratory nature, with methodological procedures of Documentary Research and Discourse Analysis, having as instrument of analysis documents generated, during the time frame, by two civil society organizations from the military regime, the MOC and CESE and, which during the 90's, acted in front of the Brazilian neoliberal ideas. What can be seen is that those civil society organizations, during the time-frame, did not counteract the hegemony of the neoliberal project, from the constitution and execution of programs / projects that dealt with the multiple manifestations of the social issue, sought to ensure rights. political and social issues and the survival of groups / communities, sometimes conforming, sometimes resisting the offensive of the strategies carried out by the neoliberal policies installed in the Brazilian State and Bahia, although they do not express, in their activities, considering the time frame, political and social actions that explicit change and / or transformation in the period, as against hegemony to the neoliberal scenario, with regard to social protection.

Keywords: Civil Society. State. Neoliberal policies. Social issues. Civil Society Organizations.

RÉSUMÉ

La thèse discute des organisations de la société civile et de leur position concernant les politiques néolibérales. Il se concentre sur une analyse de la performance de ces organisations dans l'espace de la société civile, en supposant que, compte tenu des stratégies néolibérales adoptées par l'État brésilien, les organisations de la société civile, de 1995 à 2002, y ont opposé une hégémonie. État néolibéral dans les processus de conformation et de résistance, ceux-ci étant non étanches et non exclusifs. L'objectif général de la recherche était d'analyser les performances des organisations de la société civile, en tant que cas contre hégémoniques, avant les politiques néolibérales assimilées par le Brésil. La question centrale de la recherche est: comment les organisations de la société civile ont-elles contre hégémonisé les politiques néolibérales, de 1995 à 2002, face à la réduction des actions de l'État en matière de protection sociale? Le cadre théorique est soutenu par les contributions de certains auteurs tels que Behring (2008), Coutinho (2008) Duriguetto (2011), Landim (1993), Martins (2009), Montaña (2011) et Pereira (2003), entre autres. Les discussions soulèvent l'investigation d'une approche qualitative, de nature exploratoire, avec des procédures méthodologiques de Recherche Documentaire et d'Analyse du Discours, ayant comme instrument d'analyse des documents générés, au cours du temps, par deux organisations de la société civile du régime militaire, le MOC et CESE et, qui pendant les années 90, ont agi contre les idées néolibérales brésiliennes. Ce que l'on peut voir, c'est que ces organisations de la société civile, pendant la période, n'ont pas contrecarré l'hégémonie du projet néolibéral, depuis la constitution et l'exécution de programmes / projets qui traitaient des multiples manifestations de la question sociale, cherchaient à garantir les droits. Les enjeux politiques et sociaux et la survie de groupes / communautés, parfois conformes, parfois résistants à l'offensive des stratégies menées par les politiques néolibérales mises en place dans l'État brésilien et à Bahia, bien qu'ils n'expriment pas, dans leurs activités, compte tenu du calendrier, des actions politiques et sociales qui changement et / ou transformation explicite de la période, contre l'hégémonie au scénario néolibéral, en matière de protection sociale.

Mots-clés: société civile. État. Politiques néolibérales. Problème social. Organisations de la société civile.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Demonstrativo Metodológico dos Procedimentos de Pesquisa.....	40
Quadro 2. Demonstrativo Metodológico dos Procedimentos de Pesquisa Classificação e Compactação – CESE	41
Quadro 3. Demonstrativo Metodológico dos Procedimentos de Pesquisa – Classificação e Compactação – MOC.....	42
Quadro 4. Quadro Resumo de atuação da CESE e do MOC no período de 1995 a 2002.....	140
Quadro 1A – Demonstrativo Geral de Projetos realizados pela CESE.....	126
Quadro 1A - 1 – Demonstrativo Anual 1995 - Projetos realizados pela CESE.....	153
Quadro 1A - 2 – Demonstrativo Anual 1996 - Projetos realizados pela CESE.....	154
Quadro 1A - 3 – Demonstrativo Anual 1997 - Projetos realizados pela CESE.....	155
Quadro 1A - 4 – Demonstrativo Anual 1998 - Projetos realizados pela CESE.....	157
Quadro 1A - 5 – Demonstrativo Anual 1999 - Projetos realizados pela CESE.....	158
Quadro 1A - 6 – Demonstrativo Anual 2000 - Projetos realizados pela CESE.....	159
Quadro 1A - 7 – Demonstrativo Anual 2001 - Projetos realizados pela CESE.....	127
Quadro 1A - 8 – Demonstrativo Anual 2002 - Projetos realizados pela CESE.....	162
Quadro 1B – Demonstrativo Geral - Financiamentos realizados pela CESE.....	126
Quadro 1B - 1 – Demonstrativo Anual 1995 - Financiamentos realizados pela CESE.....	153
Quadro 1B - 2– Demonstrativo Anual 1996 - Financiamentos realizados pela CESE.....	155
Quadro 1B - 3 – Demonstrativo Anual 1997 - Financiamentos realizados pela CESE.....	156
Quadro 1B - 4 – Demonstrativo Anual 1998 - Financiamentos realizados pela CESE.....	157
Quadro 1B - 5 – Demonstrativo Anual 1999 - Financiamentos realizados pela CESE.....	159
Quadro 1B - 6 – Demonstrativo Anual 2000 - Financiamentos realizados pela CESE.....	160

Quadro 1B - 7 – Demonstrativo Anual 2001 - Financiamentos realizados pela CESE.....	128
Quadro 1B - 8 – Demonstrativo Anual 2002 - Financiamentos realizados pela CESE.....	163
Quadro 1C – Demonstrativo Geral de Projetos realizados pelo MOC.....	129
Quadro 1C - 1 – Demonstrativo Anual 1995 - Projetos realizados pelo MOC.....	164
Quadro 1C - 2 – Demonstrativo Anual 1996 - Projetos realizados pelo MOC.....	164
Quadro 1C - 3 – Demonstrativo Anual 1997 - Projetos realizados pelo MOC.....	130
Quadro 1C - 4 – Demonstrativo Anual 1998 - Projetos realizados pelo MOC.....	166
Quadro 1C - 5 – Demonstrativo Anual 1999 - Projetos realizados pelo MOC.....	166
Quadro 1C - 6 – Demonstrativo Anual 2000 - Projetos realizados pelo MOC.....	167
Quadro 1C - 7 – Demonstrativo Anual 2002 - Projetos realizados pelo MOC.....	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2A – Demonstrativo Geral de Projetos realizados pela CESE.....	126
Gráfico 2A - 1 – Demonstrativo Anual 1995 - Projetos realizados pela CESE.....	153
Gráfico 2A - 2 – Demonstrativo Anual 1996 - Projetos realizados pela CESE.....	154
Gráfico 2A - 3 – Demonstrativo Anual 1997 - Projetos realizados pela CESE.....	156
Gráfico 2A - 4 – Demonstrativo Anual 1998 - Projetos realizados pela CESE.....	157
Gráfico 2A - 5 – Demonstrativo Anual 1999 - Projetos realizados pela CESE.....	158
Gráfico 2A - 6 – Demonstrativo Anual 2000 - Projetos realizados pela CESE.....	160
Gráfico 2A - 7 – Demonstrativo Anual 2001 - Projetos realizados pela CESE.....	128
Gráfico 2A - 8 – Demonstrativo Anual 2002 - Projetos realizados pela CESE.....	162
Gráfico 2B – Demonstrativo Geral - Financiamentos realizados pela CESE.....	127
Gráfico 2B - 1 – Demonstrativo Anual 1995 - Financiamentos realizados pela CESE.....	154
Gráfico 2B - 2 – Demonstrativo Anual 1996 - Financiamentos realizados pela CESE.....	155
Gráfico 2B - 3 – Demonstrativo Anual 1997 - Financiamentos realizados pela CESE.....	156
Gráfico 2B - 4 – Demonstrativo Anual 1998 - Financiamentos realizados pela CESE.....	158
Gráfico 2B - 5 – Demonstrativo Anual 1999 - Financiamentos realizados pela CESE.....	159
Gráfico 2B - 6 – Demonstrativo Anual 2000 - Financiamentos realizados pela CESE.....	160
Gráfico 2B - 7 – Demonstrativo Anual 2001 - Financiamentos realizados pela CESE.....	128
Gráfico 2B - 8 – Demonstrativo Anual 2002 - Financiamentos realizados pela CESE.....	163
Gráfico 2C – Demonstrativo Geral de Projetos realizados pelo MOC.....	129
Gráfico 2C - 1 – Demonstrativo Anual 1995 - Projetos realizados pelo MOC.....	164
Gráfico 2C - 2 – Demonstrativo Anual 1996 - Projetos realizados pelo MOC.....	165
Gráfico 2C - 3 – Demonstrativo Anual 1997 - Projetos realizados pelo MOC.....	130

Gráfico 2C - 4 – Demonstrativo Anual 1998 - Projetos realizados pelo MOC.....	166
Gráfico 2C - 5 – Demonstrativo Anual 1999 - Projetos realizados pelo MOC.....	167
Gráfico 2C - 6 – Demonstrativo Anual 2000 - Projetos realizados pelo MOC.....	167
Gráfico 2C - 7 – Demonstrativo Anual 2002 - Projetos realizados pelo MOC.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDI – Conselho Estadual dos Direitos do Idoso
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CENPLA- Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento
CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDAC – Instituto de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISER – Instituto de Estudos da Religião
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MEB – Movimento Eclesial de Base
MOC – Movimento de Organização Comunitária
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU/FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	17
2. POR UM NOVO OLHAR PARA IDENTIFICAR OS CAMINHOS: A METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	31
2.1 O Olhar do Pesquisador: que venha a pesquisa!	31
2.2 Para ver os caminhos: as categorias de análise.....	43
2.2.1 Reconhecer a Ideologia, a Hegemonia e a Contra Hegemonia para se fortalecer na luta!.....	43
2.2.2 És Intelectual? Em que bases foi forjado?.....	49
2.2.3 Consenso: em que pese a tolerância, pela intransigência da convicção!.....	53
2.2.4 Contradição: materialidade e complexidade histórica!.....	55
2.2.5 Conformação: não pelo favor, mas pela sobrevivência!.....	57
2.2.6 Estado: quem te mandou? Se não se, não te reconheço!.....	59
2.3 Quando te vejo, os caminhos se abrem: as unidades empíricas de pesquisa	61
3.SOCIEDADE CIVIL: QUAL O ESPAÇO PARA INICIAR A CAMINHADA?	64
3.1 Questão social e suas múltiplas manifestações! E agora?.....	68
4. NEOLIBERALISMO: DIGA - ME A QUEM SERVES, E EU TE DIREI QUEM ÉS!.....	77
4.1. Hegemonia neoliberal brasileira: a nossa ordem do dia!.....	87
4.2. Bahia neoliberal: às suas ordens, Senhor!.....	103
5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: ALGUÉM VIU AS ONGS POR AÍ?	112
5.1. Organizações Não Governamentais (ONGs): caminhos tortuosos, com luzes Neon! Esse brilho cegar!.....	112
5.2. CESE e MOC: nas trilhas incertas...! A necessidade de se construir caminhos!	122
5.2.1 Quanto à Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação (Políticas Públicas – apenas no contexto da CESE).....	131

5.2.2 Quanto a Trabalho, Renda e Sindicalismo (Urbano e Rural).....	132
5.2.3 Etnia, Gênero (e LGBT – apenas no contexto da CESE).....	134
5.2.4 Quanto às Questões Ambientais (apenas no contexto da CESE).....	136
5.2.5 Quanto à Saúde Popular (Urbano e Rural - apenas no contexto da CESE)...	137
5.2.6 Movimentos Sociais e Políticas Públicas (Municípios do Interior – apenas no contexto do MOC).....	138
5.2.7 Resumo atuação da CESE e do MOC 1995 a 2002.....	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	145
ANEXOS.....	152
ANEXO I – Quadros e Gráficos por Ano de atuação da CESE.....	153
ANEXO II – Quadros e Gráficos por Ano de atuação do MOC.....	164

1. INTRODUÇÃO

As mudanças que atingiram a Sociedade Civil e as Organizações que a compõem têm se mostrado como espaço fértil, dinâmico e potencializador para a luta e enfrentamento das manifestações da “Questão Social” que afligem grande parte da sociedade brasileira, especificamente da classe subalterna mais pauperizada. Essa classe historicamente vem sofrendo um processo de negação de direitos sociais e, conseqüentemente, ampliado os índices de desigualdades e de exclusão, em torno de 0.59%, percentual médio, entre 1995 e 2002 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2012) e, gerando, assim, grandes dificuldades de acesso à política de “Proteção Social”, inclusive a participação social em espaços de decisões e de defesa de direitos.

A crise do capitalismo, especificamente quanto ao seu modo de produção e de reprodução, acentuada em fins da segunda metade do Século XX, bem como a crise do Estado de Bem-Estar na Europa, foi marcante em relação às questões de natureza econômica, política e social, a qual afetou as relações de produção e os direitos sociais dos trabalhadores, agravando o processo de subalternação da classe trabalhadora e acentuando as desigualdades sociais. Na perspectiva de reação à crise, o capitalismo empreendeu ações ofensivas, de natureza política e econômica.

Os reflexos do projeto neoliberal têm atingido a dinâmica da sociedade civil e, conseqüentemente, as organizações que a compõem. Essas, por sua vez, têm se mostrado, através de sua atuação, não de forma estanque ou excludente, em movimentos de conformação às estratégias inerentes ao projeto neoliberal, principalmente quando é necessária a captação de recursos para atendimento das necessidades e demandas da classe trabalhadora pauperizada, e de resistência quando da necessidade de participação política em diversos espaços da sociedade, com ações de caráter interventivo, educativo e político.

O agravamento das desigualdades é fruto do desenvolvimento da lógica capitalista, essa busca novos patamares de crescimento e de desenvolvimento econômico, dissociados de um desenvolvimento social equilibrado, o que afeta especialmente nações localizadas em países periféricos. Isso gera, ao longo dos anos, as desigualdades na distribuição de renda, altos índices de desemprego, degradação das condições humanas e sociais das famílias. A lógica capitalista, por sua vez, gerou o declínio e o esfacelamento de alguns Estados-Nação, o que

acabou comprometendo a expansão do capital e dos mercados internacionais, principalmente quanto à circulação de recursos para investimentos na produção e financiamento de projetos econômicos nos diversos países.

O neoliberalismo surge como uma concepção política e econômica, de natureza estratégica, de combate à crise econômica e de sua afetação nos modos de produção e de reprodução. Propõe um realinhamento de ordem capitalista na perspectiva de garantir, dentre outras ações, a minimização do Estado no que se refere especificamente à sua intervenção na economia. Procura, ainda fortalecer seus aparelhos de opressão, constituindo, assim, um largo processo hegemônico que promova o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social instalado e em pleno desenvolvimento na Europa, no período das décadas de 70 e 80, acentuando-se a estratégia neoliberal a partir da década de 90.

Nas mesmas décadas, o período pós-desenvolvimentista brasileiro provocou uma série de mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais, fundadas sob a égide de uma ditadura que fragilizava a cidadania através de mecanismos autoritários de contenção e emancipação das camadas pauperizadas, fortalecendo a exclusão de longo alcance nos processos geradores e amplificadores de desigualdade social.

Nessas décadas, havia atuação de muitas instituições não governamentais, de caráter assistencial e de apoio à população pobre, principalmente nas zonas rurais do Brasil, onde ocorriam vários movimentos sociais, muitos deles de caráter popular religioso. Esses apoiados e financiados por organismos e instituições internacionais de assistência social propunham um novo olhar sobre a questão social e desenvolviam trabalhos e ações nas comunidades locais com objetivo de criar, preparar para a ação coletiva em defesa de direitos políticos e sociais, orientar, prestar serviços de educação e assessoria, ou mesmo, ampliar seus conhecimentos para minimizar os efeitos das desigualdades sociais, concebendo uma política de apoio e cooperação para minimizar as desigualdades sociais nos países periféricos (VIEIRA, 2008).

Ao longo dos anos que seguiram na década de 80, o fluxo de capital e de recursos internacionais para investimentos em instituições assistenciais e filantrópicas direcionadas para países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento era de expressivo volume de capital.

A partir da década de 90, a crise do processo de acumulação capitalista acabou por afetar grande parte do mundo, inclusive o Brasil. Os efeitos da crise mundial impactaram diretamente os processos econômicos e políticos dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, alargando a base da pirâmide social das desigualdades, pois ocorreu, dentre muitas ações, um grande processo de minimização do Estado, com privatizações de instituições públicas, de desregulamentação de várias atividades públicas, fruto de uma profunda reforma dos aparelhos do Estado, como o processo de implantação e implementação do projeto neoliberal no Brasil.

A crise instalada, tanto na esfera internacional quanto no Brasil, acabou por afetar os já escassos investimentos nas diversas áreas sociais. No espaço da sociedade civil percebe-se um retraimento e arrefecimento dos movimentos populares e sociais, inclusive das instituições de caráter assistencial e filantrópico, pois o apoio e cooperação de Organizações Não Governamentais internacionais tornaram-se exíguos e incipientes, com o estabelecimento de novos critérios para investimentos, a exemplo da redução da destinação de recursos direcionados para manutenção de programas sociais de longa duração, desenvolvidos por organizações da sociedade civil, grande parte dos recursos passa a ser direcionado para financiamento restrito a projetos específicos com produtos, resultados e tempos bem determinados.

É nesse cenário que as diferentes formas de Organização da Sociedade Civil atuaram e desenvolveram ações coletivas junto à classe pauperizada. Algumas dessas Organizações desenvolviam suas atividades em caráter de colaboração com o Estado, outras se fundaram na perspectiva comunitária, em um caráter de enfrentamento e de resistência aos processos geradores de desigualdades e de exclusão impostas pelo Estado de matriz neoliberal. Neste sentido, a tese apresentada procura investigar como as Organizações da Sociedade Civil, no período de 1995 a 2002, realizaram a contra hegemonia às políticas neoliberais de redução das ações do Estado, no que diz respeito à proteção social e, por conseguinte, fortaleceram à refilantropização da questão social.

O tema da pesquisa “Sociedade Civil e Neoliberalismo: a construção de caminhos frente às Políticas Neoliberais na década de 90” é um desdobramento da Dissertação de Mestrado realizado no período de 2005 a 2008, no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, sob a linha de pesquisa:

“Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável”, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob título “O Ourives e a Joia: a educação não formal, no período de 1970 a 1980” (VIEIRA, 2008), sob a orientação do Prof. Antonio Dias Nascimento. Com base nesse objetivo realizado, fez-se uso de documentos e da metodologia análise de conteúdo, procurando demonstrar as ações realizadas por uma ONG chamada Movimento de Organização Comunitária (MOC), utilizando relatórios institucionais anuais no período histórico acima citado. A referida Dissertação teve como objetivo analisar sua atuação junto às comunidades e seus respectivos sujeitos, através de trabalho comunitário de educação não formal voltado para a emancipação.

O projeto de pesquisa para composição de tese reflete as inquietações do pesquisador sob dois aspectos: essencialmente por se identificar como cidadão, oriundo de família de classe pauperizada, com graves dificuldades para acesso à alimentação, vestuário, habitação e outros direitos sociais, sem o devido apoio do Estado ou instituições políticas e sociais; o segundo aspecto relevante é por ser um professor universitário da área de Educação, com experiência em estudos, pesquisas e análises que envolvem as manifestações da questão social, os quais se revelam em sensações, sentimentos e emoções que o tocam profundamente ao se deparar com grupos, e até mesmo comunidades inteiras, sem acesso aos direitos necessários para viver sua vida com dignidade.

O tema proposto para a tese discute as categorias Sociedade Civil e Neoliberalismo. A primeira delas será discutida a partir da concepção de autores que analisam o pensamento de Gramsci, os quais entendem a Sociedade Civil como espaço ou arena pública, heterogênea, profundamente embebida de ideologias, permeada por conflitos e contradições, onde se travam lutas e se desenvolvem processos sociopolíticos para a minimização dos impactos e para o equacionamento da questão social a partir de políticas públicas e sociais emanadas pelo Estado em sua estrutura hegemônica dominante (SIMIONATTO, 2012).

Com base no pensamento de Gramsci, autores como Coutinho, Duriguetto, Iamamoto, Netto, Pastorini, Simionatto, Wanderley e outros serão de incontestável contribuição para compreensão sobre a Sociedade Civil e sua relação com o Estado, frente à questão social. Historicamente, a Sociedade Civil se organiza de forma a buscar respostas para suas necessidades, ou mesmo para as necessidades daqueles que demandam diretamente o apoio do Estado ou de instituições sociais

de proteção e defesa de direitos sociais externo; considerando tal fato é que, ao discutir diferentes formas de Organização da Sociedade Civil, serão destacadas as organizações voltadas para a assessoria, formação, intervenção e defesa de direitos da classe subalterna, da camada pauperizada.

Tal escolha decorre da expansão e valorização a elas atribuídas a partir do projeto do Estado neoliberal. Em relação ao projeto neoliberal, buscar-se-á apoio em autores como Behring, Duriguetto, Kraychete, Montaño, Pastorini, Portelli e Santos, prioritariamente, em busca de respostas para a questão mobilizadora desta pesquisa, que se centra em discutir como as Organizações da Sociedade Civil, no período de 1995 a 2002, realizaram a contra hegemonia frente às políticas adotadas por um Estado de raiz neoliberal. Nesta dimensão a questão central se expressa: como as Organizações da Sociedade Civil realizaram a contra hegemonia às políticas neoliberais, no período de 1995 a 2002, diante da redução das ações do Estado, no que diz respeito à proteção social.

Para sustentação da questão central, outras questões norteadoras foram suscitadas: qual o perfil de projetos/programas e ações descritas nos relatórios anuais de atividades das Organizações da Sociedade Civil com sede no Estado da Bahia, quanto ao enfrentamento das manifestações da questão social, a partir da assimilação das políticas de caráter neoliberais adotadas pelo Estado brasileiro? Nesse perfil procuramos identificar a conexão daqueles projetos/programas com as manifestações da questão social, saber: fome, pobreza discriminação social (raça, gênero, etnia e orientação sexual), bem como as contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas de diversos âmbitos. Como se deram as relações entre as Organizações da Sociedade Civil e o Estado, a partir dessas políticas neoliberais? Quais as múltiplas manifestações da questão social que nortearam as Organizações da Sociedade Civil, quanto ao direcionamento de seus projetos/programas diante das estratégias neoliberais do Estado?

Considerando, ainda, os reflexos desse processo nessas organizações, é que se buscará discuti-las a partir da disseminação das estratégias das políticas neoliberais, enfatizando aí os processos de hegemonia e contra hegemonia do Estado e seus reflexos nas Organizações da Sociedade Civil, particularmente, quanto à conformação e resistência sociopolítica. Assim, a hipótese desta pesquisa é que diante das estratégias neoliberais assumidas pelo Estado brasileiro, as Organizações da Sociedade Civil, no período de 1995 a 2002, realizaram a contra

hegemonia a esse Estado neoliberal em processos de conformação e de resistência. Para confirmação ou refutação desta, foi estabelecido como objetivo geral da Tese, que é analisar a atuação das Organizações da Sociedade Civil, enquanto processos contra hegemônicos, diante das políticas neoliberais assimiladas pelo Brasil.

O objetivo apresentado carece de objetivos específicos que possam contribuir para o alcance do objetivo central e, conseqüentemente responder à questão central. Na busca do alcance tanto do objetivo quanto da questão central, desenvolvemos um processo mais concreto de sistematizado, com dados empíricos a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, sustentadas por procedimentos metodológicos de pesquisa documental e de análise do discurso e sua ramificação, ou seja, da análise crítica do discurso, a partir das concepções de Resende e Ramalho (2006), Fairclough (2005) e outros, considerando os projetos/programas e atividades realizadas pelas unidades empíricas eleitas.

Assim, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar, através dos relatórios anuais de atividades, as atividades que caracterizam a atuação das Organizações da Sociedade Civil frente às múltiplas manifestações da questão social, especificamente quanto às estratégias da política neoliberal; conhecer as múltiplas manifestações da questão social que nortearam a atuação das Organizações da Sociedade Civil voltada para camadas pauperizadas decorrentes das políticas neoliberais, e investigar como foram constituídas as relações entre as Organizações da Sociedade Civil e os setores da esfera política, Estado neoliberal, ao longo do período de implementação do projeto neoliberal no Brasil, ou seja, 1995 a 2002.

No que se refere ao objeto de estudo, considerando as iniciativas contra hegemônicas das Organizações da Sociedade Civil diante do projeto neoliberal, têm-se como unidades de análise empírica 02 (duas) Organizações que atuam na Sociedade Civil, O Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), tendo essas organizações como referência de atuação junto a projetos/programas de defesa e promoção de direitos na Bahia, buscou-se identificar, na dimensão sociopolítica de sua atuação, se houve, posicionamento de, conformação e resistência ao projeto neoliberal implementado no Brasil na década de 90.

Trata-se de um olhar crítico sobre a atuação dessas organizações, as quais, por longos anos, entre 1967 até os dias atuais, atuam em camadas mais

pauperizadas da classe subalterna no Estado da Bahia, de forma a defender e ou mesmo, resgatar direitos sociais básicos. Estas organizações, historicamente se colocam diante do Estado, trazendo à baila seus conflitos, suas ideologias e contradições, empreendendo ações para minimizar os afetos das diferentes manifestações da questão social e ampliando sua participação na sociedade civil, com o objetivo de superar ou mesmo minimizar os efeitos das políticas neoliberais na população do Estado da Bahia.

As Unidades de análise empírica vêm atuando no espaço da Sociedade Civil e tiveram expressiva atuação, direta (MOC) e indireta (CESE), junto a grupos e comunidades. As organizações foram escolhidas por terem sido fundadas no auge do Regime Militar, desenvolvendo ações no espaço da Sociedade Civil desde a década de 60 (MOC) e de 70 (CESE), continuando sua efetiva atividade social, política, econômica e cultural na década de 90, seguindo no início da década de 2000 (limite de recorte da pesquisa, 1995 a 2002) quando da ofensiva estratégia neoliberal instalada no Brasil.

Estas unidades, através de seus relatórios anuais de atividades, servirão de base para o levantamento de dados, a partir da pesquisa documental e da análise de discurso.

O Movimento de Organização Comunitária (MOC) é uma Organização da Sociedade Civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo o desenvolvimento global participativo a partir do apoio às comunidades e ao seu processo de organização, assegurando a formação de lideranças nas diversas comunidades locais do entorno (Estatuto MOC, 1970). O MOC, desde sua fundação em 1967, vem desenvolvendo ações de assessoria e de educação, as quais têm se configurando como um expressivo e significativo mecanismo de formação com vistas a possibilitar o aprofundamento de lutas permanentes de participação política nas diversas organizações e ou espaços comunitários, intensificando seu caráter de instigador de desenvolvimento local sustentável, com vistas à transformação social e ao reconhecimento dos sujeitos comunitários na construção de uma sociedade com equidade (Relatório Anual, MOC, 1980, p. 2).

Nesta perspectiva, o MOC vem realizando seu trabalho desde a década de 70, de maneira direta, junto às diversas organizações comunitárias locais, espalhadas através de processos de formação, na busca do desenvolvimento de uma cultura política que subsidie as organizações comunitárias em suas ações políticas, e,

assim, contribuir para reduzir os índices de desigualdades e a situação de exclusão social em que vivem os sujeitos daquelas comunidades. Sua equipe técnica se concentra em contatar e vivenciar os saberes e vivências das comunidades com objetivo de identificar suas necessidades básicas e fundamentais, para assim conceber programas, ações e atividades e, assim, minimizar a ausência dos bens, serviços e ou produtos a serem construídos pelos próprios grupos, de maneira a possibilitar que estes adquiram sua autonomia para gerir seus processos e sua própria história de vida.

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) é uma Organização da Sociedade Civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como missão *“fortalecer as Organizações da Sociedade Civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça a democracia com justiça”* (Relatório 40 anos CESE, 2013). A organização, desde sua fundação, busca contribuir para o desenvolvimento social e econômico de grupos em estado de vulnerabilidade social, excluídos, face às desigualdades sociais, especificamente quanto aos Direitos Humanos, prestando apoio financeiro a projetos de outras organizações populares – associações comunitárias, movimentos, ONGs etc, numa dimensão ecumênica.

A CESE foi fundada em 1973, em pleno Regime Militar, voltando-se para apoio técnico e financeiro a pequenos projetos propostos por diversas Igrejas de confessionalidade Evangélica, em estreita ligação com a Igreja Católica, voltados para o desenvolvimento comunitário autônomo, tendo por compromisso as lutas travadas no espaço da sociedade civil. A equipe técnica da CESE centra suas atividades em assessoria técnica, com vistas à elaboração de políticas públicas na área de crianças e adolescentes, organizações populares mulheres, negros(as), povos indígenas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, moradores(as) de áreas de ocupação, jovens, comunidades tradicionais, moradores de rua dentre outras, na busca de garantir os direitos sociais na luta pela Cidadania.

As organizações da Sociedade Civil se constituem como Instituições de direito privado, juridicamente constituídas sob a tipificação de “sem fins lucrativos”, que atuam no espaço público da sociedade civil, desenvolvendo ações coletivas e sociais com objetivo de colaborar na fomentação de políticas públicas e sociais, emanadas pelo poder do Estado, na perspectiva de minimizar as desigualdades sociais e o processo de exclusão das classes mais pauperizadas da sociedade.

Entende-se, nesse trabalho, a dimensão sociopolítica como forma de conduzir as ações e atividades no campo da sociedade civil, tendo, no bojo desta dimensão, princípios e valores de justiça, equidade social e dignidade humana, consignados em interesses coletivos, heterogêneos e conflituosos.

A discussão a ser travada a partir da ideia, não excludente e não estanque, de conformação e de resistência, e busca entender a sua aproximação maior, menor ou de negação ao ideário neoliberal. Ao tratar do termo “conformação”, refere-se à identificação e adequação parcial ou total das Organizações com as políticas sociais emanadas pelo poder público e político do Estado. Já o termo “resistência” diz respeito a não aceitação, por intransigência e intolerância fundamentada, no sentido Gramsciano, com as políticas emanadas pelo Estado, quando se revelam como processos de acentuação das desigualdades sociais (DURIGUETTO, 2008).

Já a categoria “Políticas Neoliberais”, trata-se de estratégias políticas para a construção e instalação de um projeto societário de bases capitalistas, destinado a promover o processo de acumulação e concentração de riquezas, o qual busca acentuar processos de opressão, resguardando os princípios da lógica de mercado, ampliando os índices de desigualdades sociais (*Ibidem*). Propõe ainda, a redução e minimização do papel do estado em relação ao enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social.

A opção pelo referencial teórico a partir do pensamento de Gramsci ocorre em função das categorias apresentadas, as quais se expressam adequadamente à análise do objeto de investigação, visto partilhar com a concepção de Sociedade Civil no Brasil, com sua heterogeneidade, hegemonia, contra hegemonia, ideologia e contradições, frente a diversas manifestações da questão social e seus efeitos diante do projeto neoliberal.

O período histórico de análise, com recorte entre 1995 a 2002, foi eleito porque a década de 90 representa a implantação e implementação do projeto neoliberal no Brasil, iniciado no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, embora sua efetividade estratégica tenha ocorrido nos 02 (dois) mandatos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). O recorte final 2002 foi estabelecido considerando o processo de transição política ocorrida, com a interrupção de um governo característico de ideais neoliberais e a eleição para Presidência da República de um representante da classe trabalhadora, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (iniciado em janeiro de 2003), o qual se propôs a

realizar um governo voltado ao enfrentamento das manifestações da questão social, e que, em sua proposta de governo, prometeu minimizar os impactos do projeto neoliberal, com implementação de ações coletivas e sociais junto aos diversos movimentos sociais e às diversas Organizações da Sociedade Civil. O julgamento se as promessas de governo do ex-presidente Lula foram de fato executadas, não é objeto desta investigação, visto o recorte temporal estabelecido.

A Pesquisa realizada possibilitou o acesso, não somente no âmbito acadêmico, mas também às Organizações da Sociedade Civil, ao conhecimento sistematizado das reflexões sobre a realidade posta, isto porque se tem a intencionalidade de que os resultados da investigação devem retornar às organizações pesquisadas para conhecimento e reconhecimento do seu papel na minimização das desigualdades para a justiça social no espaço da Sociedade Civil.

O exposto indica a relevância desta tese, pois, somadas as análises sobre a atuação direta do MOC e a atuação indireta da CESE, no período de recorte temporal, com vistas a estudar seus posicionamentos, num processo de contra hegemonia, fizeram surgir contribuições para o desvelamento da lógica e das escolhas ético-políticas das Organizações da Sociedade Civil, no seio da sociedade brasileira. Contribuindo, assim para ampliar o debate acadêmico, visto que há incipiente literatura sobre as vertentes sociopolíticas dessas Organizações.

A internacionalização das economias, na qual alguns Estados a exemplo do Brasil, têm assumido o papel principal defender seus interesses econômicos nos mercados internacionais, tem impactado na sociedade civil, intensificando a desigualdade e a dependência das camadas pauperizadas. Esta camada, por sua vez, tem sido afetada por estratégias de caráter neoliberal, como minimização da proteção social, focalização das políticas, perdas e negação de direitos. Além do crescente processo de pauperização, a elite política e econômica dominante cria estratégias que impedem a formação de uma cultura de participação política, inibindo, assim, os movimentos e organizações da sociedade civil voltadas para a crítica e ruptura do ideário dominante.

A situação de pobreza extrema em uma sociedade que se fundamenta na desigualdade socioeconômica é um traço marcante nas sociedades industrializadas e suas consequências sociais são devastadoras. Tal situação tem levado os sujeitos a uma condição de desesperança, oprimidos pelo processo social elitista e excludente, negando os direitos sociais, provocando o despreparo dos sujeitos para

o enfrentamento e para os embates políticos na luta contra a negação e o reassseguramento daqueles direitos enquanto aspectos centrais para que seja respeitada a dignidade humana (VIEIRA, 2008).

Nesse contexto, o Estado busca regular as organizações da sociedade civil e reafirmar o projeto neoliberal do mérito individual, disseminando a ideia de política horizontal e solidária, de cidadão a cidadão, buscando intervir para restringir as iniciativas voltadas para o desenvolvimento de uma cultura de participação e luta dos cidadãos.

Os padrões culturais de comportamento que constituíram a sociedade civil brasileira, em um processo de construção de base capitalista, subverteram o princípio da obrigação política e fizeram emergir a crença na forma de uma sociedade livre e mais solidária, embora de demonstrações isoladas de solidariedade. Tais ideias, certamente, longe estão da formação de uma consciência política discriminada para superação das desigualdades sociais (VIEIRA, 2008).

Em essência, a reflexão necessária para a formação de uma consciência política possibilitaria compreender as bases que estruturam as desigualdades sociais com a possibilidade de reconhecimento das condições de vida impostas pela contemporaneidade. Nessa perspectiva, a sociedade civil e suas organizações podem contribuir para a formação dessa consciência política e possivelmente a constituição de uma identidade coletiva de classe.

No processo de formação de uma consciência política, ou mesmo do direito ao exercício da cidadania, os movimentos populares e sociais adquiriram visibilidade social e ampliaram seus canais de comunicação e locução com agências internacionais que contribuíram de forma significativa para a internacionalização das organizações da sociedade civil e seu posicionamento diante das obrigações e omissões do Estado. Estas omissões, corroboradas pelos princípios norteadores do projeto neoliberal, intensificaram a transferência da função social do Estado brasileiro para as organizações da sociedade civil. Considerando a difícil relação estabelecida entre os interesses da camada pauperizada e os interesses das determinações do projeto neoliberal, algumas organizações da sociedade civil atuaram de forma a fortalecer as experiências de mobilização e participação social e a desenvolver um processo educativo que assegurasse a politização.

Sob esta ótica é que as diferentes organizações se constituíram como instâncias de assessoria, de educação e de apoio, essenciais a luta pelos interesses

coletivos, na tentativa de contribuir para a formação de consciências políticas coletivas, dinamizando as práticas sociais em função das experiências adquiridas no contexto dos movimentos. As práticas de assessoria e de educação empreendidas por muitas Organizações da Sociedade Civil atuaram na perspectiva da formação para ações coletivas; elas constituem, a cada momento histórico, novos sujeitos, e no dizer de Gramsci (1985) intelectuais orgânicos, que na sua atividade coletiva e cotidiana, vão construindo uma identidade cultural, política e social com potencial de alavancar processos de transformação na sua comunidade local e nas relações sociais mais amplas. (VIEIRA, 2008).

Os capítulos, apresentados nesta tese, tem a intenção de revisitar, a atuação das Organizações da Sociedade Civil, procurando compreender o processo contra hegemônico para o enfrentamento das manifestações da questão social, seja por conformação e por resistência ao ideário neoliberal, na perspectiva de garantir autonomia dos sujeitos das camadas pauperizadas, com possibilidade de redução das desigualdades e consequente exclusão social.

A Tese é composta por 06 (seis) capítulos, sendo uma introdução e mais 05 (cinco) capítulos, os quais procuram aprofundar as discussões sobre as Organizações da Sociedade Civil frente ao projeto neoliberal, enfatizando sua atuação e relação com o Estado, na perspectiva de explicitar o posicionamento sociopolítico dessas organizações, de conformação e de resistência, não estanques e não excludentes, às ofensivas produzidas pelo processo de acumulação capitalista, em seus modos de produção e de reprodução, no período de recorte temporal de 1995 a 2002.

Na perspectiva de corresponder a esta proposição, a tese apresentará os seguintes capítulos: no capítulo um a introdução, onde ocorre a discussão da temática e do objeto de investigação, com breve contextualização, esboçando as intencionalidades de análise sobre Organizações da Sociedade Civil frente a questão social e ao ideário neoliberal, bem como a questão norteadora, os objetivos gerais e específicos, e outras questões que servirão de norte à pesquisa, uma justificativa da escolha do objeto e aspectos centrais para essa escolha, e, por fim o lócus do objeto empírico com seu recorte histórico-temporal.

No capítulo dois encontra-se o enfoque na Metodologia de Investigação correspondendo à concepção da abordagem qualitativa em pesquisa social e suas dimensões, a lógica de construção do pensamento, os procedimentos metodológicos

aplicados, considerando a natureza do objeto de investigação, bem como a apresentação de indicadores a serem coletados nos relatórios anuais de ação das Unidades de análise empírica, o MOC e a CESE.

No capítulo três, apresentam-se as diferentes concepções sobre a categoria sociedade civil, situando-a no tempo-espaço, enfatizando sua relação com o Estado neoliberal no que se refere à luta e ao enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social, com vistas a assegurar direitos. Neste capítulo serão utilizadas, especialmente, categorias do pensamento de Gramsci, autores brasileiros, que refletem sobre o pensamento do referido teórico, a saber: ideologia, hegemonia, contra hegemonia, contradição, consenso e intelectuais orgânicos presentes na relação entre a Sociedade Civil e o Estado, tendo por referência teórica a matriz do materialismo histórico.

No capítulo quatro, apresenta-se a concepção sobre neoliberalismo, sua concepção, origem, princípios e políticas para constituição de um projeto de Estado, especificamente, um Estado brasileiro neoliberal, a exemplo da reforma e contra reforma neoliberal, a partir de 1995, trazendo análise sobre o projeto de reforma do Estado, sua legislação e processos de regulação para as Organizações da Sociedade Civil atuantes na década de 90.

No capítulo cinco apresentamos um tipo de Organização da Sociedade Civil, as Organizações Não Governamentais (ONGs). Realizamos uma reflexão e discussão sobre a origem do termo, sua função e atuação no espaço da sociedade civil, configurando sua relação com o Estado, de caráter neoliberal, na busca de identificar o processo de contra hegemonia realizada por essa organização, em seu processo de atuação, ao longo do período estabelecido como recorte histórico, de forma a identificar se essa organização atuava de forma a se conformar e ou resistir às estratégias políticas neoliberais.

E, no capítulo seis, apresentaremos as considerações finais, retomando os elementos e categorias presentes na introdução, a saber: questão central, questões norteadoras e os objetivos na perspectiva de responder aos questionamentos definidos na tese, na tentativa de explicitar as formas contra hegemônicas das Organizações da Sociedade Civil, as ONGs estudadas, enquanto unidades empíricas, ao projeto neoliberal, no período de 1995 a 2002. Nestas considerações apontamos que as Organizações da Sociedade Civil, em muitas de suas atividades/ação explicitados em seus programas/projetos, ora conformaram, visto as

atividades/ações destinadas a garantir o acesso a emprego e renda dos sujeitos, bem como desenvolveram atividades/ação de resistência quando se destinaram a garantir direitos sociais, reconhecimentos de identidade e educação geral e política.

2. POR UM NOVO OLHAR PARA IDENTIFICAR OS CAMINHOS: A METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos a metodologia do processo de investigação e construção da Tese, as concepções das categorias de análise teórica, na tentativa de sustentar o processo investigativo sobre o objeto teoricamente desvelado por alguns autores e pelo pesquisador, buscando levantar dados que qualifiquem a pesquisa exploratória e interdisciplinar de abordagem qualitativa, com análise documental, corroborada com os conhecimentos da disciplina de Análise do Discurso (AD), especificamente utilizando como base para os procedimentos metodológicos a Análise Crítica do Discurso (ACD).

2.1. O Olhar do Pesquisador: que venha a pesquisa!

O processo de pesquisa, na perspectiva de uma ciência contemporânea, de natureza interdisciplinar, deve considerar a relação entre a concepção teórica da pesquisa e o método a ser aplicado. Desta forma, é preciso considerar a importância de alguns elementos que nos servem como fonte de investigação, como nos ensina Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010, p. 9) referenciando-se ao pensamento de Comte, ao afirmar que os conhecimentos, em tese, têm por base a observação com a finalidade de se chegar a fatos ou princípios.

Nesta perspectiva, a sociologia, a partir da compreensão do autor e enquanto teoria do conhecimento pode contribuir para a busca de princípios dinâmicos capazes de construir e (re) construir objetos, a partir de locuções e formas de olhar as condições em que o fenômeno se apresenta, incorporando outros princípios e critérios que auxiliem o pesquisador a desvendar as peculiaridades do seu objeto de pesquisa, superando as contradições advindas do modelo consagrado de pesquisa, criando novas formas de abordar o conhecimento, novos olhares e ponderações epistemológicas.

Nosso objeto de estudo centra-se nas organizações da sociedade civil, especificamente nas organizações não governamentais (ONG). A natureza da pesquisa é acadêmica com foco interdisciplinar. Buscou desvelar o objeto, em suas diversas faces epistemológicas e metodológicas, que constituem as relações entre as diversas áreas do conhecimento: da ciência política, da economia e da sociologia.

Neste sentido, a tese está intitulada “sociedade civil e neoliberalismo: a construção de caminhos frente às políticas neoliberais, 1995-2002”, tendo por objetivo geral Analisar a atuação das Organizações da Sociedade Civil, enquanto processos contra hegemônicos, diante das políticas neoliberais assimiladas pelo Brasil.

Outros objetivos específicos buscarão sustentar a tese: identificar os aspectos que caracterizam a atuação das Organizações da Sociedade Civil frente às manifestações da questão social, especificamente quanto aos princípios neoliberais (minimização do estado, focalização de políticas, regulação e controle social, reformas e controle de gastos públicos e outros); conhecer os princípios que nortearam a atuação das Organizações da Sociedade Civil voltada para camadas pauperizadas decorrentes do projeto neoliberal; e investigar como foram constituídas as relações entre as Organizações da Sociedade Civil e os setores da esfera pública (Estado) ao longo do período de implementação das políticas neoliberais no Brasil.

Há de se considerar que, mesmo no campo das subjetividades e sociabilidades dos sujeitos em sua realidade complexa, a objetividade tem sua importância no trato das questões e dos fatos, bem como outras formas de olhar e ler a realidade social em suas diversas dimensões, identificando os princípios que, epistemologicamente, sustentam as diversas teorias, as quais possibilitam ao pesquisador descobrir novas formas de desvelar seu objeto com atitude responsável, vigilante aos processos que materializam e permeia seu objeto de investigação, como forma de compreender a realidade e torná-la compreensível aos olhos de outros pesquisadores ou até mesmo simples leitores, como uma verdadeira epistemologia da realidade, cuidando de afastar, com ponderações epistemológicas, a rigurosidade de regras, de instrumentos lógicos e tecnológicos que, muitas vezes, tendem a engessar a realidade, objetivando-a.

Os ensinamentos de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010), considera que o pesquisador ao se defrontar com o tema da Tese, deve manter com cuidado e vigilância as teorias metodológicas estabelecidas para desvelamento do objeto, visto que muitas proposições foram construídas a partir de um lócus de pesquisa com elementos pré-estabelecidos. Elementos estes que apresentam formas, processos e esquemas pré-concebidos já reconhecidos pela lógica da ciência, no espaço de conforto, enquanto pesquisador da questão social e suas múltiplas manifestações e de outras questões sociológicas.

Alguns aspectos ou elementos da metodologia realizada sinalizaram a necessidade de um aprofundamento teórico e epistemológico no momento de construção da Tese, revisitando as teorias anteriormente sustentadas quando da construção do objeto. O pesquisador precisa “sacudir” sua consciência, para tirar o “empoeiramento” frente às questões construídas com pré-noções, buscando alternativas metodológicas, sustentadas epistemologicamente, para construção de novos esquemas de apreensão do objeto.

Identificar novas e diversas fontes de elucidação da realidade complexa em que ele se encontra inserido, estando vigilante às variações esquemáticas e de aprofundamento dos elementos envolvidos. Entender que a realidade não está posta pelos sujeitos simplesmente, mas que está sendo produzida, também, por ela mesma e que é possível captar processos sobre o objeto na sua não consciência, possibilitando-o criar um verdadeiro espírito científico de pesquisador em ciências sociais.

A abordagem, por ser qualitativa, possibilita ao pesquisador uma maior proximidade com o objeto de estudo, em seu ambiente natural, oportunizando a apreensão da totalidade da realidade complexa. Esta forma de abordagem permite a utilização de alguns meios e procedimentos metodológicos de pesquisa de forma mais concreta e material. Quanto a natureza da pesquisa, será utilizado o estudo exploratório ou também chamado de pesquisa exploratória, pois possibilita ao pesquisador uma maior familiaridade e aproximação com o objeto, implementa informações para formulação de novas ideias, para escolha de procedimentos metodológicos, para escolha de técnicas. Permite, ainda, o levantamento bibliográfico, pesquisas de campo e análises para a compreensão do tema. Michel (2009, p. 40) afirma que se trata de uma forma de pesquisa que se caracteriza pela busca, recorrendo a documentos, a uma resposta ou dúvida ou uma lacuna de conhecimento.

O método utilizado será dialético, considerando a complexidade da realidade do objeto e de suas contradições, tentando evidenciar novas perspectivas a partir do seu desvelamento. Diniz (2008) afirma que o método dialético reconhece a dificuldade de se apreender o real, em sua determinação objetiva, por isso a realidade se constrói diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição. Para ter essas noções, precisamos compreender de que forma o marxismo propõe a concretização em que o homem massa, se direciona ao

socialismo, inclusive na perspectiva de fortalecer a dinâmica das lutas na sociedade contemporânea, libertando-o das amarras de uma ciência ilusória, acrítica, imposta por um pensamento burguês, centrado no passado, que leve o homem massa a desvendar a realidade e sua complexidade. Assim Gramsci afirma

Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é talvez o pensamento do passado), significa estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego e fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista crítico, o único fecundo da pesquisa científica. (1978, p. 31)

Gramsci se concentrava nas questões políticas e ideológicas, buscando desvendar os aspectos políticos e culturais da sociedade, bem como a ligação entre as massas e as ações dos intelectuais que lhes apresentam, pela ideologia, uma visão de mundo. O pensador italiano nos propõe que se aprofunde estudos sobre as diversas formas dos movimentos coletivos. Neste sentido, precisamos considerar como as ações coletivas explicitam a luta dos grupos ou classes no espaço em que se encontram inseridos, visto seus objetivos concretos imediatos e mediatos, buscando construir uma consciência de classe para si. Canezini ao examinar os movimentos da formação da vontade coletiva, aponta alguns momentos importantes para entender a relação de forças no espaço da sociedade Civil, num processo de investigação, assim

O primeiro momento de identificação das relações fundamentais refere-se às condições ou possibilidades objetivas existentes, dado que o desenvolvimento das condições materiais é que permite a emergência de agrupamentos sociais/classes e suas concepções de mundo independentemente da vontade dos homens (...). O segundo momento é o das relações políticas que traduz o nível de organização da consciência alcançado pelos grupos/classes em confronto(...). O terceiro momento é o da relação de forças militares(...), o técnico-militar e o político-militar. A eficiência do primeiro depende do segundo, ou seja, depende das estratégias de condução/direção, enfim da grande parte da luta travada no terreno político militar. (2001, pp. 106-107).

Os momentos propostos pela autora não são estanques, convivem gradualmente e ao mesmo tempo. Nesses, as experiências constituídas nas lutas e batalhas sociais, podem gerar a formação de uma consciência de classe, possibilitando uma transformação no seu modo de viver e de se relacionar com o mundo concreto, objetivo e material presentes.

Neste sentido, o método contribui para o desvelamento da realidade aparente sobre a atuação das Organizações da Sociedade Civil diante do ideário neoliberal. A opção técnica deve-se ao entendimento de que a pesquisa exige, cada vez mais,

uma postura crítica e dialética do pesquisador, visando à superação de contradições entranhadas no cotidiano das organizações, enquanto caso empírico.

Os procedimentos de investigação serão orientados sob a concepção teórica da pesquisa documental, com procedimentos analíticos com base na disciplina “Análise do Discurso”, a partir de sua ramificação chamada de “Análise Crítica do Discurso”. Quanto a pesquisa ou análise documental, segundo Kripka, Scheller, Bonotto

[...] é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos; é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo”. (2015, p. 58)

A pesquisa documental será consubstanciada pela disciplina de Análise do Discurso, a qual, segundo Caregnato e Mutti (2006) se caracteriza como uma disciplina de interpretação entre as várias epistemologias: da lingüística, enquanto discurso oral e ou escrito que expressa um significado e uma significação, muitas vezes não explicitados na realidade, necessitando de uma base interpretativa para seus desvelamento, do materialismo histórico, ao tratar da objetividade e materialidade do fatos e fenômenos sociais, enfatizando a hegemonia, ideologias e contradições inerentes à complexidade da realidade e da Psicanálise, a qual revela os aspectos subjetivos do inconsciente dos sujeitos e dos grupos, na possibilidade de construção de uma consciência de sua existência. Assim a Análise do Discurso articula o lingüístico ao social e ao histórico. Destaque-se que a escolha por esta linha ocorre em função do foco que esta atribui, no campo do materialismo histórico, ou seja, questões sobre ideologia, elemento constante de nossa análise no presente trabalho.

A análise do discurso é de natureza qualitativo-interpretativista que estuda o objeto considerando a realidade complexa e busca explicitar o sentido dos fenômenos. Nossa perspectiva é que essa forma de pesquisa auxilie o pesquisador, considerando o período de recorte temporal, a desvelar o posicionamento sociopolítico das Organizações da Sociedade Civil, através dos dados expressos nos relatórios anuais de atividades das unidades empíricas de análise, possibilitando chegar aos resultados, ou seja, se de conformação e de resistência daquelas organizações ao ideário neoliberal.

O discurso estabelece uma relação entre língua, discurso e ideologia. Assim, investigamos a documentação, identificamos na linguagem escrita dos programas/projetos organizados em relatórios anuais de atividades, os princípios e valores ideológicos e hegemônicos do ideário neoliberal, a partir da ação das unidades empíricas pesquisadas.

Segundo Silva e Araújo (2017) “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. Os autores complementam citando Michel Pêcheux (1975), fundador da análise do discurso de linha francesa, o qual diz que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. A língua somente existe dentro dos sujeitos sociais, os quais têm sua fala a partir de um lugar, sob o qual se identifica, mobilizando sua percepção e seus saberes de acordo com sua concepção de mundo. No discurso se mobiliza também conhecimentos construídos, reconstruídos e compartilhados coletivamente nas condições objetivas e materiais de sua existência, consignando assim objetos de discurso.

Na abordagem desta investigação o objeto do discurso é entendido como as manifestações da questão social e sua dinâmica, explicitados nos aspectos dos programas/projetos dos relatórios anuais de atividades, a saber: a pobreza, a fome, o desemprego, a negação de direitos fundamentais, como educação, saúde, habitação e saneamento básico, ou mesmo da negação de reconhecimento de identidades, em sua diferença e diversidade, a exemplo de gênero, raça, orientação sexual e outros.

O objeto de discurso tem sua própria dinâmica, ao longo das vivências e experiências dos sujeitos; eles vão se modificando, se transformando, alguns vão sendo substituídos por outros, se desativam e se reativam constantemente em função das necessidades e das condições objetivas e materiais de sobrevivência. Diante da perspectiva apontada, a ramificação da disciplina de análise do discurso, ou seja, a “Análise Crítica do Discurso (ACD)”, apresenta-se como a possibilidade de incorporar a língua e sua representação, como parte integrante da questão social material (MELO, 2012).

Nesta concepção o movimento e as práticas sociais, em sua estrutura e ação, a qual é um modo de agir em uma determinada sociedade como uma ação social que promove interações, reproduzindo ou não estruturas socialmente produzidas

pelos aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, desenvolvidos na vida cotidiana dos grupos e ou classes.

A dimensão da análise, as conexões e relações vinculadas às identidades sociais, bem como seus valores e convicções, enquanto elementos da consciência do sujeito, são expressos como parte de uma semiose, a qual representa a produção de significação, de significados e sua interpretação. Melo (2012) afirma que a Análise Crítica do Discurso é “a análise das relações dialéticas entre semioses e os outros elementos das práticas sociais”. Esta evidencia os processos de mudança profundos na contemporaneidade, por meio de análises na atuação das práticas sociais. Para tanto, afirma ainda o autor

São três as maneiras de atuação da semiose. Primeiramente, atua como parte da atividade social inserida em uma prática (...). Em segundo lugar, a semiose atua nas representações. Os atores sociais, no curso de sua atividade, produzem não só representação das práticas em que estão inseridos (representações reflexivas) como de outras, recontextualizando-as e incorporando-as às suas próprias(...). Em terceiro a semiose atua no desempenho de posições particulares (...). As pessoas de diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas, com experiências de vida diversas, produzem desempenhos distintos. (pp.309-310)

Nos aspectos das particularidades, as práticas sociais estão intimamente ligadas à ordem social, a qual no foco deste estudo é a ordem neoliberal capitalista, produzida na década de 90. A ordem social na dimensão da ACD é o aspecto semiótico da ordem do discurso, uma ordenação social particular, enquanto um sistema aberto sujeito às interações sociais, concentrada em uma determinada hegemonia, sustentada por um senso comum que legitima as relações de dominação de grupos ou classes.

Enquanto estrutura analítica a ACD, com base no pensamento do teórico crítico Roy Bhaskar (Bhaskar apud Melo, 2012, p. 311) apresenta o seguinte esquema: ênfase em um problema social; identificação de obstáculos pela análise das práticas em que o sujeito se encontra inserido em interação com outras práticas, o significado do discurso, apresentado no texto, a ordem social apresentada, a maneira possível para superar os obstáculos e a crítica estabelecida para superação do problema.

A concepção da metodologia e de seus desdobramentos possibilita caracterizar a identidade e o perfil institucional das Organizações da Sociedade Civil, especificamente as ONGs a serem pesquisadas, desde sua fundação, as alterações

nos documentos ao longo de sua trajetória, nos permitindo, ainda, a interpretação do contexto e de atuação daquelas Organizações no espaço da sociedade civil.

Para a compreensão dos reflexos das estratégias neoliberais na identidade e no perfil institucional das Organizações analisadas, enquanto unidades empíricas, os instrumentos de apreensão dos dados na pesquisa de campo consistem em levantamento de informações de caráter qualitativo, sustentados por dados quantitativos, capazes de revelar o processo de atuação das Organizações, Movimento de Organização Comunitária (MOC) e da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), através dos relatórios anuais de atividades, concebidos e executados no período de 1995 a 2002.

Considerando a natureza dessa pesquisa, utilizamos documentos de fontes primárias, ou seja, os Relatórios Anuais de Atividades, onde são explicitadas as atividades formatadas em Programas/Projetos, de cada ano, consideradas o período de recorte temporal da investigação, produzidos pelas próprias unidades empíricas, quando da realização de ações junto às suas comunidades assessoradas.

Os procedimentos metodológicos não se destinam a uma análise comparativa entre as atividades desenvolvidas pelas Unidades empíricas de investigação, ou seja, entre as atividades realizadas pela CESE e àquelas realizadas pelo MOC, pois as dimensões de atuação são distintas. O Movimento de Organização Comunitária (MOC) realiza atividades expressas em programas diretamente com os grupos/comunidades, ou seja, desenvolve atividades nas bases comunitárias dos grupos envolvidos. Já a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) atua em atividades indiretas, possibilitando financiamentos/concessões de recursos para execução projetos de ação. Para corroborar com as análises sobre a atuação dessas Organizações da Sociedade Civil, apresentamos quadros e gráficos elaborados pelo autor da presente Tese.

No que se refere aos Relatórios Anuais de Atividades de 1995 a 2002, elaborados pela equipe executiva das Unidades empíricas, para maior compreensão do leitor, fazemos esclarecimentos de algumas dificuldades encontradas quando do processo de análise, considerando o recorte temporal de investigação:

1. Não apresentam uma padronização de estrutura de tópicos ao longo dos anos;
2. Inconsistência de alguns dados quantitativos e qualitativos das atividades realizadas;

3. Não há padronização de nomenclaturas de Programas/Projetos; em alguns relatórios. Em determinados anos, houve mudança na nomenclatura, porém seus objetivos e descrições permaneciam conforme ano imediatamente anterior, havendo inclusive retorno de nomenclaturas de anos passados;
4. Redimensionamento ou inclusão de novas nomenclaturas de ações, dentro mesmo Programa/Projetos, em determinados anos;
5. Ausência de informações sobre os nomes de organizações apoiadas em alguns anos, especificamente nos relatórios anuais de atividades do MOC;
6. Ausência do indicativo de valores investidos nos programas desenvolvidos pelo MOC
7. Ausência de alguns dados qualitativos e quantitativos em ações que apareciam em alguns anos e em outros não. Ressaltamos quanto a parte do Relatório Anual de Atividades 2001 do MOC, sobre o qual não tivemos acesso a dados de nenhuma natureza na parte acessada, por isso inclusive, deixa de constar tabelas e gráficos do ano.

Tais dificuldades não nos impediram de seguir com a pesquisa, pois por não ser de natureza quantitativa e, a base de dados escolhida ser de natureza qualitativa, estes nos possibilitaram fazer a análise delineada metodologicamente, adequando as fontes originais a novas classificações (ver quadro 2) para melhor desenvolvimento analítico dos dados. Ademais, entendemos que as dificuldades ora apresentadas, fazem parte do processo de construção e aprimoramento das potencialidades das Organizações da Sociedade Civil. Observamos que as descrições e análise feitas pela equipe executiva das unidades empíricas referenciadas foram qualitativamente melhorando a cada ano, visto a qualidade de suas produções e dições anuais dos citados relatórios.

Assim, esquematicamente, podemos apresentar a forma dos procedimentos e os elementos concretos do processo empírico de coleta de dados da pesquisa, considerando o objeto proposto e seus desdobramentos, tanto das bases epistemológicas e empíricas (ver quadro 1), quanto da adequação classificatória de concepções originais de projetos/programas, quando dos levantamento de dados quantitativos, demonstrados em quadros (ver quadros 2 e 3):

Quadro 1 – Demonstrativo Metodológico dos Procedimentos de Pesquisa

Tema	Sociedade Civil e Neoliberalismo: a construção de caminhos frente às Políticas Neoliberais 1995-2002.	
Objeto de Investigação e recorte temporal	A atuação das Organizações da Sociedade Civil frente ao Projeto Neoliberal, no período de 1995 a 2002.	
Natureza da Pesquisa	- Acadêmica, interdisciplinar.	
Abordagem	- Qualitativa, Pesquisa Documental com utilização da disciplina Análise do Discurso.	
Quanto aos Objetivos	- Exploratória e Documental.	
Procedimentos Metodológicos	- Análise Crítica do Discurso (ACD): análise do discurso escrito, sob a perspectiva da interpretação das práticas sociais.	
Unidades Empíricas de Análise	- Organizações da Sociedade Civil atuantes no Estado da Bahia: Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC).	
Instrumentos de coleta de dados da investigação científica e aspectos de análise.	- Relatórios Anuais de Atividades – 1995 a 2002 (Projetos / Programas Sociais)	- Aspectos de Análise, considerando a relação Estado e Sociedade Civil: <ul style="list-style-type: none"> • Manifestações da questão Social, explicitadas pelos objetivos dos Programas/Projetos; • Hegemonia e Contra hegemonia; • Ideologia e suas intencionalidades; • Contradição; • Consenso.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da Tese, 2019

Quadro 2 – Demonstrativo Metodológico dos Procedimentos de Pesquisa (Classificação das variadas concepções de Programas/Projetos da CESE – Compactação)

Unidade Empírica	Classificação (adequação das fontes originais)	Fontes originais
CESE	- Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas;	- Projetos referentes a educação, resgate de direitos fundamentais, apoio a redes de comunicação, como rádios comunitárias, boletins etc, apoio a grupos culturais e viabilização de participação em congressos, reuniões sobre políticas públicas e participação em Conselhos.
	- Trabalho, Renda e Sindicalismo	- Projetos de apoio a trabalhadores urbanos e rurais no aspecto de pequenos negócios urbanos, produção agrícola e agropecuária rural, uso da Terra e da água, armazenamento e comercialização de produtos, apoio a congressos sindicais, fortalecimento de associações, cooperativas, sindicatos e outros.
	- Etnia, Gênero e LGBT	- Projetos sobre questões de fortalecimento das identidades, Negra, Indígena e de orientação sexual (direitos), bem como sobre a identidade e o papel social da mulher etc e outros.
	- Questões Ambientais	- Projetos de grupos ambientais para reuniões, congressos, encontros, formação sobre o uso racional, preservação e implementação de políticas públicas concernentes ao meio ambiente.
	- Saúde Popular	- Projetos sobre saúde da população de baixa renda, urbana e rural, em estado de pauperização, principalmente quanto a doenças transmissíveis.

Quadro 3 – Demonstrativo Metodológico dos Procedimentos de Pesquisa (Classificação das variadas concepções de Programas/Projetos do MOC – Compactação)

Unidade Empírica	Classificação (adequação das fontes originais)	Fontes originais
MOC	- Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	- Programas referentes a educação rural, resgate de direitos fundamentais, apoio a redes de comunicação, como rádios comunitárias etc, participação em congressos e reuniões.
	- Trabalho, Renda e Sindicalismo	- Programas de apoio e Assessoria técnica a trabalhadores das cidades do interior e áreas rurais no aspecto de pequenos negócios urbanos, produção agrícola e agropecuária rural, uso da Terra e da água, armazenamento e comercialização de produtos, apoio a congressos sindicais, fortalecimento de associações, cooperativas, sindicatos e outros.
	- Etnia e Gênero	- Programas sobre questões de fortalecimento das identidades, Negra (direitos), bem como sobre a identidade, o papel social da mulher, educação e orientações para constituição de pequenos negócios para mulheres da cidade e das áreas rurais etc e outros.
	- Movimentos Sociais e Políticas Públicas	- Programas de apoio a movimentos, eventos, fortalecimento e conscientização política de grupos e comunidades, bem como participação em eventos, reuniões sobre orçamento público, participação em Conselhos de natureza social e outros.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor da Tese, 2019

2.2 Para ver os caminhos: as categorias de análise.

2.2.1 Reconhecer a Ideologia, a Hegemonia e a Contra Hegemonia para se fortalecer na luta!

A Filosofia até fins do Século XIX, no que concerne a existência do homem apresentava-se sob duas correntes de pensamento: uma idealista de base hegeliana e outra de base materialista de base feuerbachiana. Tais correntes, na perspectiva de uma concepção para além do idealismo e do materialismo, não davam conta das condições de existência concreta do homem, considerando sua visão de mundo, suas paixões e sentimentos.

Para alguns pensadores da época, a concepção filosófica posta carecia de um maior aprofundamento objetivo e material, enquanto substância da existência real e social do homem, especificamente considerando a realidade alemã. Neste propósito Karl Marx e Friedrich Engels propõem superar a visão idealista, estabelecendo, através de oposições críticas, as bases para a compreensão do real e da materialidade concreta do homem em sociedade. Tal feito se encontra na obra “A Ideologia Alemã”, publicada em 1932, embora tenha sido concebida entre os anos de 1845 e 1846, inaugurando assim o nascimento do que chamaram de materialismo histórico.

O materialismo histórico proposto por Marx tem como fonte a produção da vida material do homem, sendo elas determinadas pela lógica da produção, bem como limitadas e condicionadas pela natureza. Nesta se concebe vários tipos de relações, enquanto processos humanos sejam de natureza individual ou coletiva. As relações se configuram como construções materiais sobre o real e em determinado momento da história dessas relações adentram o campo social, fornecendo substrato para a formação de sua consciência. A consciência deve estar a serviço da transformação do real que acontece a partir da prática sócia histórica, em um movimento constante e recíproco entre o real e o social e vice e versa. (FREITAS e FREITAS, 2016, p. 6).

O movimento entre o real e o social, inaugura uma dinâmica processual do conhecimento que para Freitas e Freitas essa dinâmica é

“premissa determinante na concepção materialista, inerente ao ser e ao pensar, (...), assumindo a ação transformadora como parte de sua ética-política, de forma ontológica, gnosiológica e axiológica do materialismo originário, denominado de dialética”. (2016, p. 6).

Na dialética estão presentes movimentos que interpelam a realidade apresentando sua concepção e dimensões, possibilitando a negação daquilo que se lhes apresenta, com possibilidade de avanços na concepção daquela realidade, pois o que se apresenta não é exatamente o que se percebe aos olhos da condição humana, é muito mais rica e complexa aquela realidade.

Na perspectiva do materialismo histórico, no corpo da dialética, encontra-se a *essência* que para Cury (1989, p. 23) trata-se da *coisa em si, objeto da dialética*, a qual não se manifesta de maneira clara e objetiva, mas que pode ser percebido em suas manifestações num determinado fenômeno natural ou social, explicitando uma totalidade de variadas relações. Simionatto apud Pinheiro afirma

Ao final de três momentos que Gramsci indica como os momentos da consciência política coletiva e ideológica das forças sociais ocorre finalmente a passagem da estrutura para as superestruturas mais complexas, colocando-se em confronto e entrando em luta, quando apenas uma ou uma combinação de ambas ideologias prevalece, e passa a se difundir sobre toda a área social, pondo a hegemonia de um grupo social sobre os grupos subordinados. Essa passagem da estrutura à superestrutura, do momento corporativo ao momento ético-político, esta tarefa ‘ontológico-dialética’ de construir um novo bloco histórico, é denominada por Gramsci de ‘Catarse’. É o momento da passagem da esfera dos interesses corporativos e individuais ao nível de consciência universal. Constitui o momento em que o proletariado, deixa de ser ‘classe em si’ e torna-se ‘classe para si’, objetivando a criação de novo bloco histórico. (2018, p. 11)

A totalidade é compreendida pelo homem a partir de sua visão de mundo, ou seja, de um bloco histórico, a qual é consignada por ideias, algumas vezes imposta pelo outro, ou mesmo por uma classe ou categoria como forma de dirigir as ações no campo social e político, bem como o empreendimento de dominação de uma determinada classe ou categoria sobre a outra, o que se pode chamar de hegemonia.

Neste sentido é preciso compreender que estar no mundo é participar ativamente com crítica tanto dos fenômenos e dos processos quanto de si mesmo, tanto no campo da ética, da moral tanto quanto no campo político, na busca de desenvolvimento da consciência política e da autoconsciência. Nos processos hegemônicos há o componente político que precisa se desenvolver e se destacar como consciência política, a qual possibilita promover a transformação, provocando

uma visão unitária, capaz de superar as adversidades, estabelecendo a crítica.

Afirma Gramsci

[...] o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa além do progresso político-prático, um grande processo filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (1981, p. 21)

A hegemonia representa uma unidade significativa de consciência política e de autoconsciência para o homem poder agir criticamente no mundo, considerando sua visão sobre ele, na perspectiva de que sua ação eticamente desenvolvida e consciente poderá contribuir para a transformação da sociedade, empreendendo esforços para superação de suas convicções, crenças e valores, inclusive para evitar que suas ações sejam de caráter individualista e inadequado. Há no exercício da hegemonia duas forças atuando: a “coerção” que se entende como força política desenvolvida pelo que Gramsci (1981, p. 22) chama de Sociedade Política, que é o Estado, exercida por uma classe dominante, e a força do “consentimento” da classe subalterna, sendo esta ao mesmo tempo as instituições da Sociedade Civil.

O exercício hegemônico concentra a dominação ideológica, a qual tem o poder de evidenciar a realidade em sua base material concreta, no sentido positivo ou mesmo falsear a realidade, no sentido negativo, advindo de discursos e representações, tanto da classe dominante quanto da classe dominada. Nesta concepção compreende-se ideologia como ideias, valores e convicções elaboradas com intencionalidade pedagógica, com objetivo de formar e inculcar no outro, verdades ou falseabilidades, asseguradas como absolutas, fortalecendo a força pela coerção e pelo consentimento. (GRAMSCI, 1978, p. 65).

Visto a difusão do termo e seu uso arbitrário Gramsci (1978) chama a atenção de que a ideologia é produto dos movimentos históricos e sociais, constituída através de consenso, enquanto visão de mundo, apresentando a realidade como ela se lhes apresenta, segundo a visão de mundo das classes dominante e dominada; está em constante mudança, podendo ser de rupturas e até mesmo de extinção. Assegura o autor ainda que se faz necessário distinguir as ideologias entre ideologias historicamente orgânicas e ideologias arbitrárias. Assim propõe

As ideologias historicamente orgânicas são necessárias a certa estrutura tem uma validade que é validade “psicológica”, “organizam” as atividades humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência da sua posição, lutam etc. Enquanto as “arbitrárias” não criam

outra coisa senão “movimentos” individuais, polêmicas, etc. [...]. (Gramsci, 1978, p. 65)

No sentido arbitrário, segundo Souza (2017, p. 78)

A ideologia tem sim o poder de nos fazer dóceis e amáveis, mesmo perante situação controversa. Ela pode tornar a sociedade apática e acrítica diante das próprias calamidades sofridas. Ela ainda possui o poder de naturalizar os fatos sociais e torná-los necessários. A ideologia minimiza, obstrui e deprecia a capacidade humana de transformar e reconstruir sua própria realidade. Ela possui o poder de nos fazer enxergar o que não existe e de nos fazer cegos diante da realidade.

Depreendemos das proposições acima que ao processo de formação de consciência política e ética adequada ao exercício da hegemonia deve-se considerar que as ideologias historicamente orgânicas são extremamente necessárias à condição e à correlação de forças entre as classes dominantes e dominadas com vistas à transformação, a um novo projeto de sociedade.

No que concerne à correlação de forças, o fato é que elas ocorrem através dos sistemas hegemônicos dos aparelhos dos Estados e atuam em determinados períodos históricos em que se apresentam movimentos, tensões e conflitos, em geral entre relações sociais extenuadas nas forças produtivas, concebida de forma objetiva, alheia à vontade dos homens da classe subalterna, os quais constituem grupos sociais considerando as diversas posições na produção. As forças políticas do estado, entendido por Gramsci como sociedade política, correspondente à organização de grupos de grau homogêneo e corporativo, podendo haver relações de forças internacionais e nacionais ou mesmo no interior do próprio Estado; no que diz respeito às suas relações políticas militares, refere-se ao aparato técnico militar de caráter político-militar. Neste cenário Gramsci (1978, p. 189) afirma que

Dentro da lógica das relações produtivas e das relações de produção produtos das relações sociais, encontram-se as relações dialéticas, pois as relações sociais de classe são contraditórias e ideológicas, constituídas na correlação de força entre capitalistas e trabalhadores, fruto da divisão social do trabalho.

Estas são relações ideológicas que representam interesses de classes no âmbito da relação entre sociedade civil e sociedade política (Estado). Cury apud Cardoso (1989, p. 47) distingue na ideologia dois momentos: o momento da implantação e o momento da manutenção.

Na implantação há um esforço significativo dos dominadores para justificar-se perante a situação posta, utilizando-se de todos os meios possíveis para convencer os denominados, publicizando suas ideias; na manutenção apresenta-se a luta e o enfrentamento de correlação de forças sociais entre aqueles que desejam a mudança e a transformação e aqueles que implantaram a ideologia, buscando assegurar sua manutenção.

Neste sentido, a hegemonia investida de direção ideológica exercida por uma classe dominante sobre a classe subalterna, na qual se apresentam interesses diversos, muitas vezes contraditórios e conflituosos, realiza um exausto processo de articulação política e cultural de interesses privados, buscando assegurar um consenso de interesse geral e o pleno consentimento dos participantes das classes sociais antagônicas. Assim assegura Cury

Isso se faz possível porque a ideologia dominante articula, inclusive satisfaz certos interesses das classes subalternas. Através desse mecanismo, a classe dominante desarticula o projeto de dominados e o rearticula em torno do seu. Contudo esse mecanismo é contraditório, porque na defesa de seus interesses as classes subalternas permitem reelaborar o discurso dominante, rearticulando em face de suas necessidades. (1989, p. 48)

Observamos que o interesse das classes dominadas é de interesse da classe hegemônica dominante no que concerne a busca pelo consenso, inclusive constituindo mecanismos de regulação, a exemplo de leis, que atendam das classes subalternizadas.

A sociedade entendida como “regulada” é constituída de hegemonia que incentiva a participação da sociedade civil, a qual vai sendo ampliada com a participação de suas instituições, hegemonicamente privadas, absorvidas pela sociedade civil, através de consenso. Trata-se de um tipo de sociedade a ser construída paulatinamente, com a perspectiva de regular suas relações sociais.

Nessa condição considera-se importante pensar um dos componentes significativos do pensamento de Gramsci que é a “vontade”. Na dimensão de uma vontade coletiva Gramsci destaca que esta é capaz de superar todos os entraves ou obstáculo do campo da economia, evidenciando-se como elemento constitutivo da consciência para a necessidade política. (FREITAS e FREITAS, 2016)

A lógica da contradição espriada na correlação de forças entre as classes sociais sustenta a possibilidade de uma reação para o enfrentamento da manutenção hegemônica ideológica dominante, buscando a superação de teses,

como uma síntese reparatória das relações de submissão e possível transformação da realidade, na direção de uma contra hegemonia.

Para Souza (2017, p. 71) ao analisar o pensamento de Gramsci, considera que em qualquer sociedade em que haja a presença de uma hegemonia ideológica de uma classe dominante pelas relações de produção, em função das classes sociais e, em enfrentamento da questão por uma classe dominada, a ideologia marxista se apresentará com uma posição contra hegemônica. Assim explica que para Gramsci a ideologia é um componente central e estruturador de um determinado grupo ou sociedade, que uma vez utilizado com consciência política, minimiza a coerção exercida pelo Estado.

Nesta perspectiva Souza assegura que para Gramsci, tanto o senso comum quanto o consenso servem de referência para a leitura de mundo dos sujeitos, mesmo que essa leitura não seja tão adequada á realidade que o cerca. Acredita que no exercício das relações e trocas cotidianas entre os sujeitos, formaram-se novas ideias enriquecendo seu conhecimento no campo cultural, desenvolvendo uma maior autonomia, fortalecendo a consciência de seus pares, inclusive a consciência de classe para o enfrentamento da hegemonia dominante, numa luta contra hegemônica.

A luta contra hegemônica não deve se apresentar apenas num determinado campo, a exemplo: campo econômico ou campo político. Deve também se travar no campo cultural, através do intelecto, dialético, extremamente necessário ao processo de evolução e revolução. É no campo cultural intelectual que se constrói a crítica, a consciência de classe e sua autoconsciência para a efetividade e fortalecimento dos grupos no enfrentamento de questões que envolvem as relações sociais de classe, pois, muitas das vezes, segundo Souza a ideologia hegemônica de grupos dominantes apresentam fragilidades de natureza política e econômica e nessa fragilidade que deve se fazer a contra hegemonia (SOUZA, 2017, p. 74)

Na luta contra hegemônica, novas e antigas instituições da sociedade civil, bem como novos e antigos atores, entendidos como intelectuais orgânicos atuam de modo a desenvolver consciência e autoconsciência, capaz de produzir uma Revolução Passiva que produza uma sociedade regulada na perspectiva de absorção da sociedade política (Estado) pela sociedade civil.

2.2.2 És Intelectual? Em que bases foi forjado?

A efetividade e concretização da hegemonia de uma organização e ou Instituição e até mesmo do enfrentamento de suas ideologias, ou seja, a contra hegemonia, dependem frontalmente da função, ação e atividades desenvolvidas pelos seus intelectuais.

Os intelectuais são constituídos e forjados nas centelhas da história, considerando que sua qualidade e função são construídas nas relações no movimento histórico dos grupos que representam, numa com a condição de representatividade, formados para atuar nos diversos campos da atividade humana, seja ela social, política ou econômica. Gramsci (1989, p.3) afirma que existem várias formas que o movimento histórico produziu para a formação da categoria de intelectual. Dentre as várias formas o autor destaca duas que considera importante: aquela em que cada grupo social de base dentro da produção econômica cria para si, que ele chama de orgânico, homogêneos em consciência de sua função; a segunda refere-se àquela em que cada grupo social “essencial”, oriundo de estruturas históricas anteriores, encontra categorias de intelectuais que já existiam e já atuavam naquelas estruturas, as quais não sofreram profundas rupturas no processo histórico social mais recente.

Em termos práticos, considerando os intelectuais atuantes na esfera da produção econômica, podemos reconhecer a posição dos empresários, enquanto intelectual que com sua capacidade e habilidade, dirigem ações e técnicas de suas empresas, sendo um organizador capaz de criar novos intelectuais para atuar nas diversas áreas da vida humana, gerando constantemente novos padrões de cultura. Esses intelectuais formados em seus grupos ou classes, especializados, e têm a capacidade de ordenar uma sociedade, com toda sua complexidade, bem como de organizar estruturas estatais e seus comandantes na busca de assegurar a consolidação do poder de sua classe para controlar outras estruturas a ela relacionadas.

Os intelectuais que nascem da segunda forma, ou seja, do grupo social, destacado por Gramsci (ibidem) como essencial, é bem representado pelas categorias que servem à ideologia das classes, buscando fortalecer e perpetuar a hegemonia historicamente construída ao longo da história, em geral, também

assegurando o poder de sua classe, muitas das vezes vinculadas à riqueza e à opressão, enquanto continuidade das relações históricas.

Gramsci (ibidem) afirma que todos os homens são intelectuais (...), mas que ao mesmo tempo nem todos os homens desempenham a função de intelectual nos seus espaços sociais. Jesus (1989) assegura que

Gramsci define o intelectual por sua função e não por um aparato de intelectualidade, ou por características de classe, sendo, portanto, mais importante para ele a função do intelectual do que ser intelectual, ou seja, a categoria intelectualidade. (...) Assim, o intelectual é definido como 'representante da hegemonia', 'funcionário da superestrutura', 'agente do grupo dominante' e aquele que é responsável pelo consenso ideológico (poder+hegemonia) da massa em torno do grupo dirigente e articula a superestrutura à infraestrutura. (1989, p. 63).

O exercício da função intelectual qualifica o grau de hegemonia da classe ou do grupo, suas intencionalidades e objetivo. Através do exercício de sua função o intelectual busca formar a consciência homogênea, estabelecendo os parâmetros de ação e comportamento dos demais membros da classe, na busca de garantir o poder da classe sobre outras, partilhando/disseminando uma concepção de sociedade e de mundo. Gramsci (1978, p. 114) afirma que as "sociedades são representadas pela média de seus intelectuais", pois são eles que tomam para si a complexidade de suas estruturas e seu grau de entendimento e de capacidade que se mede pelas funções e atividades desenvolvidas por aqueles que a difundem.

Segundo Jesus (1989, p. 64), Gramsci classifica os intelectuais em duas categorias centrais: o intelectual orgânico e o intelectual tradicional. O intelectual orgânico é produzido no seio da organicidade do grupo social, o qual no seu modo orgânico cria camadas de intelectuais que trabalham em prol da homogeneidade e consciência do seu grupo no campo econômico, social e político, penetrando na interioridade efetiva da ação prática, organizando e dirigindo os trabalhos, não só no chão da fábrica, mas também na sociedade, muitas das vezes, servindo ao Estado no exercício de sua autonomia.

Ao intelectual orgânico se confere a consciência dos princípios e valores do seu grupo social, apresentando-se como intermediário pelo exercício da coerção estatal na busca de garantir a obediência, disseminando a ideologia do seu grupo, com a possibilidade de um consenso para consolidação da hegemonia. (JESUS, 1989). Nesse processo percebemos que o intelectual orgânico da classe dominante ao representar os interesses do seu grupo, mantém veladas as contradições postas

pela sociedade, construindo um sistema de submissão nas massas, num alto grau de passividade, perpetuando assim a dominação pela ideologia presente na hegemonia.

Quando da não apropriação da ideologia pela massa que se insurgem no processo, de forma organizada e unida, percebemos a emergência de uma camada de intelectuais orgânicos da classe proletária, lutando, em múltiplas atividades e movimentos, historicamente contra a submissão do ideal da classe dominante, em um aguçado processo de contra hegemonia, fruto do movimento e ativismo político, buscando acessar seus mecanismos políticos de sua hegemonia, organizando uma contracultura de enfrentamento à cultura imposta pela classe dominante, representada pelos aparelhos ideológicos do Estado. Esta luta é sustentada e mobilizada pelos intelectuais da contra hegemonia, na busca de despertar e consolidar a consciência de grupo ou de classe como pressuposto ideológico da sua contra hegemonia.

Gramsci (1989, p.15) afirma que a formação dos intelectuais tradicionais está intimamente ligada à escravidão do mundo clássico e à posição de indivíduos livres na organização social do Império Romano. Assegura o autor que nesse período muitos intelectuais já residentes ou até mesmo aqueles atraídos para viver em Roma, acabaram por constituir categorias sociais de intelectuais 'imperiais', à qual foi continuada a partir do clero católico que abarcou as atividades intelectuais e de direção cultural, criando inclusive várias sanções a quem ameaçasse a hegemonia da organização eclesiástica. Jesus (1989, p. 68) corrobora na análise sobre o pensamento de Gramsci, ao afirmar que a categoria de eclesiásticos são ligados a aristocracia. Trata-se de uma categoria autônoma, independente, que representam a continuidade histórica da cultura, da filosofia, das artes etc. Assevera o autor que:

o eclesiástico, que, ligado à aristocracia fundiária, com a qual divide a propriedade feudal da terra, exerce influência negativa e desagregadora dentro da luta de classe. O predomínio desse tipo de intelectual tem consequências de grande importância no campo ideológico e político, principalmente no que diz respeito à consolidação da hegemonia da classe dominante e ao dificultar a contra hegemonia. (Jesus, 1989, p. 68).

Por tal efeito, é preciso considerar que a função de um intelectual tradicional é extremamente perigosa em suas ações direcionadas às camadas subalternas, dominadas, pois seu alcance pode continuamente combater a formação de uma

consciência de classe para o empreendimento de ações para o enfrentamento das ideologias e consequente hegemonia dominante.

No que se refere ao posicionamento dos intelectuais, Gramsci ainda distingue intelectuais de tipo urbano e intelectuais de tipo rural. O de tipo urbano carrega em si os processos de um sistema de produção da indústria, bem como seus fundamentos e valores, sem autonomia, servindo a interesses de seu próprio grupo ou classe em altas funções executivas para empreender uma ideologia coercitiva junto à massa de proletariado. Para Gramsci os intelectuais do tipo rural, são 'tradicionais' ligados à massa de trabalhadores rurais e da pequena burguesia das cidades; é um tipo de intelectual que faz a ponte e intermediação delas com o aparato estatal, com seus intelectuais orgânicos burocratas, e que por exercer essa função junto as massas é de grande importância para a formação da consciência político social, no processo de mediação política. (GRAMSCI, 1989). Assegura ainda o autor que o ponto crucial da questão em relação aos intelectuais se refere à distinção entre intelectuais como categoria orgânica e intelectual como categoria tradicional.

Jesus (1989) procura esclarecer a função de cada tipo de intelectual frente à manutenção de sua hegemonia; o intelectual orgânico da classe dominante procura desenvolver a consciência de sua própria classe, com vistas ao *status quo*, utilizando-se de modos de persuasão e coerção; já o intelectual orgânico pertencente a classe subalterna procura conscientizar sua classe, desenvolvendo atividades em diversas organizações, trilhando caminho para a construção de uma concepção de mundo, intencionalmente homogênea e autônoma, estabelecendo críticas às ideologias dominadoras como uma ação coletiva de natureza pedagógica, com intenção de desenvolver um saber mais político consciente; o intelectual tradicional procura difundir com precisão a hegemonia da sua classe, a dominante, reforçando a dominação, penetrando nas camadas das classes subalternas, as dominadas, para seduzir os intelectuais lá atuantes e, assim, legitimar os interesses da sua classe dominante. (JESUS, 1989, p. 70).

Gramsci assegura que o grande erro de um intelectual é considerar que é possível saber sem compreender, e até mesmo sem sentir e se apaixonar, tanto pelo saber em si, tanto pelo objeto do saber. Um intelectual precisa sentir as paixões do povo, compreender a dimensão histórica que os envolve dialeticamente com as leis da história... e afirma que não se faz política-história sem paixões, ou seja uma plena conexão entre intelectuais e povo-nação (GRAMSCI, 1981, p. 139).

2.2.3 Consenso: em que pese a tolerância, pela intransigência da convicção!

Os intelectuais, no exercício de suas funções nas diversas esferas de ação, seja da sociedade civil, sejam da sociedade política, buscam o consenso, o qual está intimamente ligado à concepção da hegemonia. O consenso pode ser entendido como a direção moral e intelectual, construído a partir das classes subalternas em seu estado ativo, na perspectiva do fortalecimento da consciência de classe, na busca de fazer incorporar seus princípios e legitimidade em outras classes, ora promovendo a aceitação, ora empreendendo um processo de rejeição de princípios de sujeição e subalternidade, estabelecendo a classe numa direção moral. Assegura Gorender (1988),

A Sociedade Civil seria o âmbito em que se moveriam as instituições destinadas a obter o consenso das outras classes sociais que formam com a classe dominante aquele bloco histórico, que dá estabilidade à formação social. (...) formariam as consciências que aceitariam a ordem vigente. Mas, aceitação, aqui, não significa submissão passiva e resignação ou ilusão de uma ordem ideal. Uma classe subalterna pode aceitar determinada ordem social, mesmo vendo-a injusta. Porém, ao considerá-la eterna, impossível de mudar, adquire a confiança de que poderá melhorar sua posição, conquistar reformas. Nesse sentido, ela dá o seu consenso, sua adesão e apoio à existência dessa ordem social. E a isto que Gramsci chama de hegemonia de uma classe dirigente. Uma classe é hegemônica, é dirigente, na medida em que consegue obter o consenso das classes subalternas, na medida em que supera a visão corporativa, em que não pensa apenas nos seus interesses imediatos e consegue interpretar os interesses das outras classes sob o enfoque do seu domínio, da sua posição de supremacia. Se a classe dominante consegue fazê-lo, obtém o consenso. (1988, p. 5)

As classes subalternas compreendem a necessidade da busca do consenso, no sentido da promoção de uma hegemonia e ou de uma contra hegemonia, que possa fortalecer legitimamente a classe ou mesmo no confronto para minimizar a negação de direitos ou de opressão. Tal ação representa a expressão ativa, direta da classe, o qual se funda na participação dos sujeitos, no espaço da Sociedade Civil, na busca da direção ético-política e social, como forma de superação das condições de passividade e de submissão imposta, reconstruindo uma visão de sociedade e de mundo. Pinheiro (2018) diz que Gramsci compreende o espaço da Sociedade Civil

como um conjunto de organismos privados que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade, compreende assim, o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições, e portanto, o espaço de disputa pela hegemonia. Assim, por meio da teoria sintetizada pela ampliação, “a nova função estatal, de

direção social, de consenso, de hegemonia é dada na esfera de sociedade civil”, sendo o espaço onde se confrontam interesses, e diversos projetos de sociedade, percebendo a incorporação das lutas de classes na esfera estatal. (2018, p. 6).

O consenso é considerado ativo quando se estabelece na relação entre governante e governado, no qual os interesses do governado é assumido pelo governante, visto o consentimento daqueles, pois aceitam que os governantes os representem, ou seja, os governados participam de todas as ações e políticas dos diversos aparelhos do Estado, no sentido hegemônico. O consenso passivo, ou também chamado de consenso indireto, significa que o consenso sob uma determinada condição não é substancial e significativo, o que acaba por gerar uma crise no Estado. Neste, os governados aceitam formalmente seus governantes, quais, por representação os dominam e os oprimem. (LIGUORI, 2017). Bianchi e Aliaga (2011), no que se refere ao controle da liberdade através do consenso, sustenta que O consenso não seria, entretanto, um meio eficaz para manter a liberdade sob controle, uma vez que ele seria ‘mutável como a forma da areia a beira-mar’. Além disso, o consenso não existiria sempre, nem seria total, uma vez que sempre haveria descontentes.

Assim, outra forma de consenso, é o chamado consenso espontâneo, originado da confiança obtida por um determinado grupo ou classe dominante, em razão da posição que ocupa e ou função em determinada atividade de produção. Segundo Liguori (2017) a gestão desse tipo de consenso para Gramsci, é de natureza subalterna de hegemonia social e de governo político, plenamente desenvolvido pelos intelectuais da classe dominante, função esta que cabe ainda zelar pelo perfeito funcionamento dos aparelhos ideológicos do Estado, dentro do princípio de coerção, pronto a ser ativado quando não houver disciplina nem consenso ativo ou passivo da grande massa da sociedade, quando dos períodos de crise, preparando assim, o terreno para a obtenção de um consenso. Afirma o autor, ao traduzir o pensamento de Gramsci

À capacidade máxima do legislador se pode deduzir do fato de que, à perfeita elaboração de diretrizes, corresponde uma perfeita predisposição dos organismos de execução e de controle e uma perfeita preparação do consenso espontâneo das massas de que devem viver aquelas diretrizes, modificando seus hábitos, sua vontade e suas convicções, de acordo com aquelas diretrizes e com os objetivos que elas se propõem atingir. (Liguori, 2017, p.143)

As diretrizes do Estado se apresentam para os governados como uma direção política, como forma de coerção, para a docilidade e aceitação das ideologias consubstanciadas na relação entre governantes e governados, na forma de um consenso espontâneo, embora mínimo e restrito, porém com desejo obter um consenso amplo e majoritário, que acomodem as relações no sentido de fortalecimento da hegemonia da classe dominante sobre a classe subalterna.

Segundo Sgambati apud Bianchi e Aliaga, (2011)

o conceito de consenso utilizado pelos elitistas não deve ser identificado com um meio de ativação política e intelectual da massa, pelo contrário, ele assume uma forma muito mediada pela força, tornando-se efetivamente 'o meio para a conservação de um estático equilíbrio das relações sociais vigentes'. (2011, p. 5)

Nesta mesma direção, Gorender (1988, p. 6) afirma que “consenso e coerção fazem um jogo, em que um elemento aumenta à custa do outro, em certas conjunturas, mas, em nenhum momento, qualquer dos dois desaparece”. É extremamente ilusório, embora revelativo, que a prática da coerção dos aparelhos ideológicos do Estado, fortemente exercido pelos intelectuais orgânicos, exerce posição clara na luta para obtenção do consenso ativo, a partir de um consenso espontâneo, visto o perigo que as massas, ao construir a consciência de classe no processo de participação democrática, agrave a crise do Estado, num processo contra hegemônico, capaz de absorver o próprio Estado, enquanto sociedade política.

2.2.4 Contradição: materialidade e complexidade histórica!

Nas diversas formas e ações empreendidas tanto pelos intelectuais da classe dominante, dirigente, como daqueles das classes subalternas, dirigidas, na busca pelo consenso seja ativo, passivo ou até mesmo espontâneo, com uso da coerção, há um constante movimento daquelas classes na perspectiva de compreender o que é a realidade, na possibilidade de que a mesma realidade possa vir a ser, num constante contínuo processo de interpretação do real, uma produtiva relação entre os homens e entre estes com o mundo que o cerca.

Este movimento dialético em que cabe a contradição representa um combustível que sustenta o movimento dentro da realidade em sua totalidade

subjetiva-objetiva, numa dinâmica de ações e relações no devir, seja em caráter universal, seja em caráter particular das coisas e ou dos fatos, dos fenômenos e dos objetos envolvidos. Neste sentido, é preciso configurar filosoficamente, conforme a Teoria do Conhecimento (Cury, 1989), que a categoria e natureza do fenômeno serão determinantes para a compreensão da realidade, vez que a contradição se lhes apresenta em função da sua posição categórica, se universal ou particular e quanto á sua natureza, se afirmativa ou de negação. No âmbito de mesma posição categórica e de diferente natureza o fenômeno se apresenta no contrário, enquanto oposição dada entre si, porém se o fenômeno diverge em categorias e naturezas, a contradição ali se expressa, provocando rupturas, capazes de provocar destruição, mas ao mesmo tempo uma energia de restauração, fruto de criatividade, como forma de superação daquilo que o fenômeno é, potencialmente ao que pode vir a ser. Cury assim reforça:

Assim, a realidade no seu todo subjetivo-objetivo é dialética e contraditória (...) A contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. Essa relação se dá na definição de um elemento pelo que ele não é. Assim, cada coisa exige a existência do seu contrário, como determinação e negação do outro. (...) A Contradição, pois, ao interpretar o real, capta-o como sendo o resultado de uma inadequação pugnativa entre o que é e o que ainda não é, numa síntese contraditória. Por isso, todo real é um processo que contém, sem encerrar, o possível numa unidade de contrários. (1989, p.30)

Tal processo e efeito podem ser traduzidos nos fatos e ou fenômenos das relações econômicas e sociais. Liguori (2017, p.146) esclarece que a contradição dentro de um aspecto paradigmático de produção, ocorre em função da acentuada e gradativa queda de um determinado modo de produção e no aparecimento, ao mesmo tempo de um outro modo em oposição. Afirma ainda o autor que esse tipo de contradição, pode inclusive gerar uma convulsão social que se aprofunda à medida que os limites naturais, superestruturais, políticos avança, em função pelo reforço do que ele chama de consciência revolucionária da classe operária. (LIGUORI, 2017). Corrobora nesta perspectiva Cury (1989) quando assegura que

Na sociedade capitalista, o movimento se dá em consequência do desenvolvimento das contradições que existem em seu seio. Tais contradições se revelam no papel motor da luta de classes na transformação social. É através desse jogo pugnativo que a sociedade avança. Sem dúvida que essa luta se dá em condições objetivas e sua solução não é resultado fatal do crescimento das forças produtivas. (Cury, 1989, p. 33)

A luta se faz na identificação e no reconhecimento da contradição, visto a profundidade das relações sociais, em condições objetivas, materiais e concretas, onde é possível compreender que as próprias condições e relações sociais, em si, são contraditórias, revelando ao mesmo tempo em que, se o são é porque a própria consciência dos homens é contraditória, fruto do seu movimento histórico e dialético em sociedade, em busca de superação de conflitos enquanto sentido para sua sobrevivência. A contradição nas relações sociais, em referência ao modo de produção e de reprodução capitalista, propõe a luta constante contra a ideologia hegemônica de classe, determinadas no processo de lutas de classe, como forma de superação contínua do desenvolvimento daquelas contradições nas relações da Sociedade Civil.

2.2.5 Conformação: não pelo favor, mas pela sobrevivência!

Gramsci (1981, p.12) afirma que pela concepção de mundo que se tem, o homem está ligado, e porque não dizer, condicionado a um determinado grupo, e partilham entre si, maneiras de pensar e de agir, tornando-se homens-massa ou homens-coletivos. Por tal efeito é preciso considerar que a forma de pensar e de agir, quando são acríicas e não coerentes, acaba por desagregar a unidade e fortalecer a concepção de homens-massa, causando-lhes uma concepção de mundo deturpada da realidade, vivenciando conformismos sociais, lutando para vencer o ideal de individualidade acríica e transformar-se em homem-coletivo.

O conformismo, ao longo da história, sempre existiu, fazendo parte de uma hegemonia de grupos, em processos de dominação de classes subalternas. Esse conformismo pode ocorrer de cima para baixo, como também de baixo para cima; neste último caso, haverá possibilidade de autodisciplina, ou seja, a conquista da liberdade individual e do homem coletivo. O termo está relacionado à ideologia de base econômica, política e cultural. Liguori (2017), ao analisar o termo nos *Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci* (no texto de origem, representado pelo símbolo Q, da palavra original italiana *Quaderni del carcere*), mais precisamente nos cadernos Q 13,7,1,565, assegura que

Assim, o termo assume, às vezes, um significado próximo a 'ideologia' e vem relacionado à luta pela hegemonia. (...) 'a socialidade, o conformismo é o resultado de uma luta cultural. Trata-se de lutar contra o conformismo 'autoritário', 'reacionário' para alcançar o 'homem-coletivo', desenvolvendo a 'individualidade e a personalidade crítica', na base de uma nova relação entre indivíduo e coletividade. (Liguori, 2017, p.138)

A afirmação imediatamente citada nos remete à questão da formação dos homens, em seus grupos de pertencimento, na busca de uma ação direta para formação da consciência e da personalidade crítica para compreender sua realidade e desenvolver uma concepção de mundo, capaz de identificar os elementos ideológicos que permeiam o conformismo, numa constante luta hegemônica. Nesta perspectiva retomemos os termos de "Intransigência- Tolerância / Intolerância- Transigência" (Gramsci, s/i), sobre o qual o conceito de "Intransigência", é um traço marcante e necessário ao caráter do indivíduo, no qual se expressa um objetivo claro e concreto, pautado na autodisciplina e maturado em seu grupo social, o qual o sujeito e seu grupo, em nenhum momento, pode deixar de considerar e nem mesmo permitir tergiversação sobre o objetivo proposto na busca de um conformismo mais adequado e coerente à sua existência. Assim afirma Gramsci (1990).

Por isso, para que um organismo social possa ser disciplinado intransigentemente é necessário que ele tenha uma vontade (um objetivo) e que o objetivo seja racional, seja um objetivo verdadeiro e não um objetivo ilusório. Não basta: é preciso que cada componente do organismo esteja convencido da racionalidade do objetivo, para que ninguém possa refutar a observância da disciplina, para que aqueles que querem que a disciplina seja observada possam exigi-lo como cumprimento de uma obrigação livremente contratada e, mais ainda, uma obrigação que o próprio recalcitrante ajudou a estabelecer. (1990, p. s/i).

Portanto, a questão intransigência em relação da clareza e da concreticidade do objetivo, seu foco e objetividade, enquanto princípios ideológicos na luta hegemônica contra o conformismo das classes dominantes são essenciais para a formação dos homens-coletivos, na estruturação crítica de uma nova concepção de mundo que assegure a existência histórica e dialética dos indivíduos e seu grupo dentro de um novo conformismo social. Sendo assim, Gramsci (1990), ainda afirma que somente se pode ser intransigente, quando se é tolerante na ação, com outros membros dos grupos que ainda não se encontram com formação de consciência para compreender a realidade que o cerca, deve-se em discussões e debates buscar ajudar os menos esclarecidos na compreensão dos fenômenos que fazem parte da sua existência, e assim afirma ainda que

Naturalmente esta tolerância _ método das discussões entre homens que fundamentalmente estão de acordo e devem encontrar coerência entre princípios comuns e a ação que devem desenvolver em comum _ não tem nada que ver com a tolerância compreendida vulgarmente. Nenhuma tolerância com o erro, com o despropósito. Quando se está convencido de que alguém está errado _ e este alguém foge da discussão, se recusa a discutir, argumentando que todos têm o direito de pensar como quiserem -, não se pode ser tolerante. Liberdade de pensamento não significa liberdade para errar ou cometer despropósitos. Somos contra a intolerância que é um fruto do autoritarismo e da idolatria somente, porque impede os acordos duráveis, porque impede a fixação de regras de ação obrigatórias moralmente porque todos participaram livremente do processo em que elas foram fixadas. Porque esta forma de intolerância leva necessariamente à transigência, à incerteza, à dissolução dos organismos sociais. (Gramsci, 1990, p. s/i)

É preciso garantir nos grupos sociais de pertencimento dos indivíduos, o direito a tolerância, enquanto forma de liberdade de expressão do seu sentir, pensar e refletir, como forma de conhecimento para superar o conformismo imposto ideologicamente, possibilitando sair da condição de homem individual, acrítico, incoerente e inadequado, para homens coletivos com traços marcantes de uma personalidade intransigente, embora permeados de tolerância histórica e dialética, trabalhando constantemente a formação das classes populares para elaboração de uma nova concepção e de convicção de mundo numa profunda luta hegemônica existencial.

2.2.6 Estado: quem te mandou? Se não sei, não te reconheço!

A concepção de Estado a partir da lógica moderna se constitui como uma entidade econômica, vinculado às relações de produção e de reprodução do capital. Para Gramsci essa concepção de Estado tem um sentido mais amplo, pois não produz a situação econômica e sim representa a própria expressão econômica, assegura ainda, assim como na tradição marxista, a ideia do Estado com a função produtiva das classes sociais. (LIGUORI, 2017).

Gramsci (1978, p.230) analisa a concepção de Estado em Hegel, a qual toma a concepção de Estado também político, como parte integrante e essencial à economia, pois este Estado obtendo o consenso organizado dos governados, educa esse mesmo consenso com as associações políticas e sindicais, enquanto organismos privados. Assegura, a partir das revoluções trazidas pela burguesia na

primeira metade do século XIX, trouxe como consequência à função do Estado, o processo do conformismo do direito e do Estado. Assim se refere Gramsci

As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras no sentido que não tendiam a elaborar uma passagem orgânica das outras classes à sua, a alargar a sua esfera de classe 'tecnicamente' e ideologicamente. (...). A classe burguesa coloca-se como organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico: toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se 'educador', etc. (1978, p. 232).

A efeito, a classe burguesa travava uma luta ideológica e hegemônica contra classes subalternas, no sentido de compelir, criar barreiras, de natureza, política, cultural e econômica para que não houvesse transformação de suas estruturas conservadoras. Para tanto se valia de estratégias vinculadas às funções de um Estado, com largo poder coercitivo, para conter os avanços para a transformação da sociedade da época. Gramsci reflete que sobre as funções do Estado, entendendo-o como organização político-jurídica, reflete um estado cujas funções estão condicionadas à tutela da ordem pública e de obediência cega às leis. Garante que esta forma de conceber o Estado, nunca existiu senão no papel, pois a direção sempre foi mantida pelas forças privadas, à sociedade civil, que é também Estado. (GRAMSCI, 1978).

O Estado para Gramsci trata-se de um dos pilares do plano da superestrutura, fazendo parte de um dos polos, onde o outro é a Sociedade Civil, enquanto conjunto de organismos privados destinados à hegemonia. Liguori assevera que

Nas sociedades ocidentais, Gramsci vê esses dois planos dialeticamente unidos no conceito de "Estado Integral"; (...) usa também a expressão "Estado ampliado", entendendo o novo protagonismo do Estado registrado no século XX, em contextos políticos diversos, tanto no campo econômico, quanto na organização da sociedade e na criação do consenso. (2017, p. 261).

Neste sentido, nas sociedades ocidentais, o conceito de "Estado integral" ou também de "Estado ampliado" pode ser tomado, tanto como expressão da Sociedade Civil, ou seja, a Sociedade Civil pode ser o próprio Estado e, considerando a amplitude de suas funções, pode esse Estado também ser entendido numa equação: Estado seria igual a Sociedade Civil mais a Sociedade política.

Gramsci (1978) ainda apresenta algumas expressões para as concepções de Estado presentes desde o século XIX e bastantes presentes ao longo do século XX. O 'Estado Ético' o qual é fundado na filosofia, com forte base intelectual, com funções autônomas, educativas e morais, completamente desvinculado de dogmas e princípios religiosos balizados pelos resquícios feudais. Equipara a natureza desse Estado à "sociedade regulada" e à Sociedade Civil, minimizando as ações de coerção do Estado, vez que a hegemonia se apresenta como forte componente para obtenção do consenso.

Além do Estado Ético, Gramsci ainda apresenta reflexões sobre outra natureza de Estado, o "Estado Intervencionista", o qual tem sua origem nos processos econômicos, fortemente consignados com ideais protecionistas e nacionalistas, suas funções são exercidas, segundo Gramsci por intelectuais de origem rural (GRAMSCI, 1978).

Por fim, Liguori (2017, p. 265) apresenta uma terceira expressão de Estado no pensamento de Gramsci, o "Estado guarda-noturno". É uma forma de Estado onde suas funções se concentram à segurança pública e às leis; as condições propostas para o desenvolvimento da sociedade, em suas dimensões civis, ficam a cargo da Sociedade Civil. Afirma o autor que se trata de um 'Estado mínimo', de natureza liberal, onde o Estado não deve intervir nas políticas econômicas, concentradas nas relações de mercado e o suas funções políticas podem ser administradas pelo próprio Estado em reforço à garantia da liberdade econômica.

2.3 Quando te vejo, os caminhos se abrem: as unidades empíricas de pesquisa.

A pesquisa tem como objetos empíricos 02 (duas) Organizações da Sociedade Civil, as quais foram fundadas e sobreviveram ativamente ao processo de ditadura militar, de redemocratização a partir do ideário neoliberal do Estado brasileiro, no período de 1995 a 2002, ambas de origem confessional e multiconfessional e que vêm atuando com classes pauperizadas nos municípios baianos, na perspectiva de garantir direitos básicos, minimizando assim as desigualdades sociais.

Essas Organizações são: Movimento de Organização Comunitária (MOC), com sede no município de Feira de Santana, Estado da Bahia, uma organização confessional, que nasce a partir da necessidade de alguns paroquianos e comunitários do município de Feira de Santana, com a perspectiva de enfrentamento das manifestações da questão social que gera e agrava as desigualdades, empreendendo formas e mecanismos de colaboração e ou de pressão contra o Estado neoliberal, em prol de grupos das comunidades bastante pauperizadas pelos processos políticos e econômicos impostos pela lógica da produção e reprodução do capital desde início da década de 70, embora sua fundação date de 1967.

As atividades realizadas pela equipe técnica do MOC centram-se em atividades de assessoria e de educação comunitária quanto à criação de alternativas e possibilidades de sobrevivência de instituições comunitárias, desenvolvendo novas formas para identificar os problemas, estabelecimento de mecanismos para a luta e enfrentamento das manifestações da questão social, capazes de ampliar os conhecimentos políticos dos diversos grupos de sujeitos das comunidades quanto a sua existência, consignada no cotidiano, na busca por uma vida mais justa e digna. (Relatório MOC, 2015)

A Organização, em 2002, completou 32 (trinta e dois) anos e atualmente (2019) 49 (quarenta e nove) anos de atividades comunitárias (considerando a formalização legal e registro em 1970, embora sua fundação date do ano de 1967), atuando em várias frentes da questão social, contribuindo para elaboração de políticas públicas na área de pequena produção agrícola, de gênero, erradicação do trabalho infantil, movimento de mulheres, sindicalismo rural, políticas públicas para a juventude, formação de base política dentre outras, junto às comunidades da Bacia do Jacuípe e do Sisal para enfrentamento das estratégias excludentes do Estado Neoliberal Brasileiro.

A segunda unidade de análise empírica é a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE). Trata-se de uma Organização fundada em 1973, criada por Igrejas Cristãs, multiconfessionais, composta pelas seguintes Igrejas: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana – CNBB, Aliança de Batistas do Brasil, que tem a missão de fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, financiando projetos, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais.

A Organização nasceu no contexto da Ditadura Militar, em grande efervescência de opressão política, com exílios, desaparecimentos de militantes das diversas causas e presos políticos. Neste sentido a CESE, representa uma reação política, propositivamente de resistência, pois quando da sua fundação, seu primeiro projeto de apoio, foi sobre os Direitos Humanos, em articulação nacional, com organismos internacionais. (Relatório CESE, 40 anos, 2013).

As ações realizadas pela equipe técnica desde sua fundação em 1973, centram-se em atividades de assessoria financeira comunitária quanto à criação de alternativas e possibilidades de sobrevivência de instituições comunitárias, financiamento de projetos, desenvolvendo novas formas para identificar os problemas, estabelecimento de mecanismos para a luta e enfrentamento das manifestações da questão social, buscando minimizar as desigualdades.

A Organização, em 2002, completou 29 (vinte e nove) anos e atualmente (2019) 46 (quarenta e seis) anos de atividades comunitárias, atuando em várias frentes das manifestações da questão social, contribuindo para execução de projetos que ensejam políticas públicas na área de Crianças e Adolescentes, Organizações populares/ Movimentos Sociais, Trabalhadores (as) urbanos (as) / Sindicatos Urbanos, Mulheres, Negros (as), Povos indígenas, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Moradores (as) de áreas de ocupação, Jovens, Comunidades tradicionais, Lideranças e educadores (as) populares, Populações de rua dentre outras, junto às comunidades de todo o Brasil, embora nesta Tese, fizemos o recorte para análise de suas atividades no município de Salvador e de alguns municípios do interior do Estado da Bahia.

3. SOCIEDADE CIVIL: QUAL O ESPAÇO PARA INICIAR A CAMINHADA?

O capítulo trata das diferentes concepções sobre a categoria “Sociedade Civil, situando-a no tempo-espaço, enfatizando sua relação com o Estado no que se refere à luta e ao enfrentamento das múltiplas manifestações da questão social”. Nesta apresentamos conceitos e dimensões, tanto da sociedade civil, quanto da questão social, envolvendo os elementos característicos das suas manifestações.

A Sociedade Civil se constitui como espaço de luta e de enfrentamento entre classes ou grupos heterogêneos, ideologicamente hegemônicos, em uma sociedade de classes antagônicas e de interesses contraditórios e inconciliáveis. Sob esta ótica, não podemos conceber essa sociedade como um espaço homogêneo, harmônico e conciliatório, que se encontra alheio às relações de mercado e tampouco que se abstém de relações com o Estado, regulador do mercado e das relações sociais. É nesse processo das relações que se dá cotidiano e a vida concreta dos grupos sociais que a classe é subalternizada e que, a depender da correlação de forças, emergem as potencialidades e as possibilidades de novas formas de relação e de construção de mecanismos de pressão enquanto forças potencializadoras para a luta por interesses específicos e pela afirmação de direitos conquistados, criação de novos direitos e novas formas de construção do consenso.

A sociedade civil busca assegurar o seu espaço após através de lutas, enfrentamentos das diversas manifestações da questão social, fazendo pressões políticas com a participação coletiva dos grupos ou classes, as quais possuem uma identidade cultural, de interesses diversos, laços de solidariedade e de cooperação, bem como posicionamento político e ideológico, a partir das condições concretas de vida dos cidadãos.

Diante dos ditames do capitalismo, a sociedade civil, quando desconsiderados seus interesses e violados os seus, se posiciona frente às ações do Estado, os quais aviltam direitos sociais e políticos, bem como promovem um vasto processo de acentuação de desigualdades. Afirma Fernandes que

Estar na sociedade civil implicaria um sentido de pertença cidadã com seus direitos e deveres, num plano simbólico que é logicamente anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos do governo. Marcando um espaço de integração cidadã, a sociedade civil distingue-se, pois, do Estado; mas, caracterizando-se pela promoção de

interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado (2005, p. 27).

Diante do exposto, Martins (2008) afirma que, para Marx, a Sociedade Civil compreende o processo de materialidade no desenvolvimento de forças produtivas, identificando-se com a sociedade burguesa, a qual se apropria do Estado para defender seus interesses privados. Já Portelli (1977, p. 20) afirma que, para Marx, “a Sociedade Civil é, pois, considerada como um conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado”.

Com base na linha de pensamento Marxiano, Duriguetto (2008) afirma que Gramsci concebe que nos processos econômicos e sociais estão presentes em duas esferas, a saber: a sociedade civil e a sociedade política. No que se refere à sociedade civil, esta participa da superestrutura e é representada pelo conjunto de aparelhos, estruturas sociais que servem para dar à sociedade uma direção intelectual e moral, composta por associações políticas e sindicais, as corporações, organizações privadas, enquanto conteúdo ético-político do Estado. Segundo a autora, o conteúdo ético-político em Gramsci significa o comportamento e a forma de conduzir as relações em sociedade, principalmente com a sociedade civil. Então, afirma Gramsci

A divisão dos poderes e toda a discussão que se verificou pela sua realização e pela dogmática jurídica nascida do seu advento, são o resultado da luta entre sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico, com um certo equilíbrio instável de classes, determinado pelo fato de que certas categorias de intelectuais (ao serviço direto do estado, especialmente burocracia civil e militar) estão ainda demasiado ligadas às velhas classes dominantes. (1978, p. 224)

A sociedade política enquanto extensão ideológica da sociedade civil é representada pelos aparelhos e atividades coercitivas do Estado, assegurando a hegemonia da classe dominante. Segundo Duriguetto

A noção de hegemonia como ‘direção intelectual e moral’, assume relevância central na estratégia da ‘guerra de posição’. A conquista progressiva de uma unidade político-ideológica – direção de classe – requer a busca do consenso dos grupos sociais aliados, alargando e articulando seus interesses e necessidades (2008, p. 85).

A afirmação demonstra que a concepção Gramsciana de Sociedade Civil e sua constituição hegemônica por uma classe dominante, reforçam o seu cunho essencialmente político e apresenta a possibilidade de lutarem pelo poder

econômico e político das classes subalternizadas. A “guerra de posição” demarca o território do enfrentamento da questão social, expressivamente, da relação entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil, ora conformando, ora resistindo aos ditames do Estado. É neste sentido que o pensamento Gramsciano reforça o caráter de suas relações no que diz respeito à intransigência e à intolerância; são termos que expressam a impossibilidade de aplicação de elementos não adequados para se atingir o objetivo do grupo, sendo o pensamento do grupo coerente com o todo; já o termo tolerância significa a faculdade de ouvir e discutir as ideias do grupo, estabelecendo conexões e coerência com os princípios estabelecidos. É preciso também ser intolerante contra o autoritarismo, e podendo ser também tolerante com as possibilidades de incertezas (DURIGUETO, 2008).

Ao analisar os “Cadernos do Cárcere” de Gramsci, Portelli (1977) apresenta categorias que se articulam à sua concepção de Sociedade Civil. Dentre esses, destaca a ideia de ideologia, a qual abrange todos os ramos da arte à ciência, incluindo a economia, o direito etc. Traz, ainda, a visão de mundo da classe dirigente. Essa é difundida em todas as camadas sociais para vinculá-la à referida classe (...), e a direção ideológica da sociedade, que, segundo o autor em pauta, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a ‘estrutura ideológica’ – isto é, as organizações que criam e difundem – e o ‘material’ ideológico, isto é, os instrumentos técnicos da difusão da ideologia. Coutinho (1977) afirma que para Gramsci a ideologia ‘é uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva’. O autor explica que esses elementos são essenciais as ideologias ‘orgânicas’ as quais são esclarecidas pelo autor aquelas

(...) vinculadas a uma classe fundamental. Inicialmente limitada ao nível econômico dessa classe, a ideologia propaga-se à medida que se desenvolve, a hegemonia, sobre todas as atividades do grupo dirigente. (...) Os diferentes ramos da ideologia, qualquer que seja sua aparente independência, constituem as diversas partes de um mesmo todo: a concepção de mundo da classe fundamental (Coutinho, 1977, p. 23).

Coutinho observa ainda que, como a classe dirigente se apropria dos diversos ramos da ideologia, ela procura incutir em todos os grupos sociais sua concepção de mundo, espalhando seus fragmentos na cultura popular, através da filosofia, traduzida no nível cultural de folclore, senso comum e religião. Utiliza-se de material

ideológico para difundir suas doutrinas, através de meios de comunicação social com o objetivo de influenciar a 'opinião pública', bem como aparelhos oficiais do Estado, Igrejas, Organizações Escolares e de imprensa, em articulação dentro da sociedade civil, buscando aumentar seu poder hegemônico (COUTINHO, 1977, pp. 22-30).

Neste sentido, compreendemos que a ideologia é sustentada por uma base hegemônica de uma determinada classe para consolidar seus objetivos. Assim, há sempre um tensionamento de relações, visto muitas vezes que aqueles que detêm o poder hegemônico, a classe dirigente, possuem uma visão de mundo e interesses antagônicos à classe subalterna no que concerne às relações e aos direitos sociais, à apropriação dos resultados da produção e dos diferentes ramos da ideologia.

Wanderley (2012), ao analisar os textos de alguns autores sobre o tema da Sociedade Civil, destaca críticas de Simionatto (2010) em relação a três concepções de Sociedade Civil: a primeira se expressa na concepção de sociedade civil liberal democrática (Jurgen Habermas, Cohen e Arato), a qual substitui categorias e conceitos relacionados à estrutura e à superestrutura por argumentações subjetivas relacionadas à dinâmica do 'mundo da vida' (Habermas apud Wanderley, 2012). Ressalta Duriguetto (2008) que esta concepção adotada pelos demais autores gerou dois sistemas: sistema da economia e da administração pública, ou seja, a orientação das pessoas pela busca do lucro e do poder político, a qual a autora classifica como racionalidade instrumental, e o segundo sistema, o da interação social, que aqueles autores, como Habermas, entendem como 'mundo da vida', onde participam associações voluntárias, dotadas de autonomia e auto-organização econômica e política, o que Habermas denomina de Sociedade Civil, constituindo assim uma racionalidade comunicativa.

Wanderley afirma que Simionatto entende que esta concepção esvazia a compreensão de sociedade civil como arena de luta política para além das conquistas do direito da cidadania. A segunda denomina-se liberal-corporativa ou neoliberal (situada pela autora a partir do pensamento de Walzer, Taylor, Wolf dentre outros), com ênfase no tema da participação como inovação metodológica desenvolvida pelos autores, a exemplo das ONGs, reduzindo a concepção de sociedade civil a interesses privados e corporativos, centrada no processo de participação como uma inovação metodológica, sem conflitos e sem prática política, sem interferências do Estado (WANDERLEY, 1988). Duriguetto (2005) ressalta que

a concepção liberal-corporativa ou neoliberal serve de instrumento à operacionalização da estratégia neoliberal, justificando a desresponsabilização do Estado e do capital quanto à questão social.

Duriguetto (2008) afirma que, no campo neoliberal, a concepção de sociedade civil é “usada para legitimar a falta de responsabilidade estatal no campo das políticas públicas, mas também é nela e a partir dela que são construídas prospecções para a construção do aparato estatal democrático e de direito”.

A assertiva se constitui como uma reflexão de materialidade concreta, pois na atual conjuntura econômico-política, o seu *ethos* está comprometido pelas investidas do projeto neoliberal com a minimização do Estado, porém é nessa mesma conjuntura que as organizações que compõem a sociedade civil, na perspectiva gramsciana, encontram substratos políticos ideológicos como combustíveis para um novo projeto de sociedade, em que, no dizer de Wanderley (2012), é possível “romper as bases deste modo de produção, nas articulações conflitivas entre Sociedade Civil e a sociedade política” (Estado Neoliberal).

A terceira concepção assinala a sociedade civil como instrumento de projeto ‘radicalmente classista’, essencialmente política (Gramsci, Coutinho, Duriguetto, Simionatto dentre outros) que prima a luta pela hegemonia e a conquista de poder pelas classes subalternizadas. Trata-se de um projeto de sociedade que exige a montagem de diversas estratégias dos diversos agentes sociais, ampliando o espaço de luta e de conflitos diversos onde se convergem interesses antagônicos e suas contradições, na perspectiva de atendimento aos interesses das classes subalternas e de sua hegemonia, na perspectiva de universalização de direitos e de emancipação (WANDERLEY apud SIMIONATTO, 1988).

3.1 Questão Social e suas múltiplas manifestações! E agora?

As concepções ora apresentadas se configuram em formas de conceber a Sociedade Civil. No nosso caso assumimos a concepção gramsciana por entender que, no espaço da Sociedade Civil, em uma sociedade de base classista, não é possível haver neutralidade e nem apoliticismo, pois se trata de espaço político onde se situa correlação de forças antagônicas e contraditórias sustentadas por grupos de

interesses privados e coletivos para enfrentamento da questão social. Carvalho e Yamamoto afirmam

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (1983, p. 77).

Numa linha de pensamento mais voltada à relação entre questão social e dominação, Teles afirma que

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação” (1996, p. 85).

Neste sentido, entendemos a questão social como expressão de uma sociedade de classes, heterogênea, ideológica, com uma contradição central de inconciliação entre os interesses de classe, consubstanciados por diversos conflitos entre burguesia e proletariado. (NETTO, 2001). Nesse tensionamento se produz desigualdades sociais, seja de natureza econômica, política, identitária, cultural ou social, em constante opressão por aqueles que detêm os meios de produção e concentram a maior parte da riqueza.

A terminologia “questão social” emergiu no cenário da Europa Ocidental no final do Sec. XIX, sob o auspício do alargamento da produtividade e acumulatividade da lógica da produção capitalista, o que gerou o acirramento do fenômeno do pauperismo, evidenciado nas lutas do proletariado contra a burguesia. O capitalismo naquele século era centrado no processo de industrialização crescente, principalmente na Inglaterra, e demandava um grande número de trabalhadores para a produção. Esses trabalhadores eram originados de áreas rurais, a procura de melhores condições de vida amontoavam-se em condições precárias de habitação, saúde e alimentação. Santos afirma que

A concentração da produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem das fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva à concentração da população operária que residindo, nos seus arredores, vai incrementar o processo de urbanização. Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida

operária, significativos níveis de morbidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (2012, p. 37).

A imagem posta pela citação acima demonstra as condições de sobrevivência do trabalhador, a qual estava condicionada a subcondições humanas de sobrevivência, arraigados no fenômeno de pauperização da classe trabalhadora, expressão da pobreza radical que se generalizava a partir das relações entre trabalho e capital. Essa pauperização era consequente dos aspectos sociopolíticos demandados na relação entre os donos dos meios de produção, a burguesia e os trabalhadores, os quais passaram a não aceitar esta condição imposta pelas relações de produção, pois quanto mais se produzia a riqueza, mais a pobreza da classe trabalhadora crescia.

Até a segunda metade do Séc. XIX, a classe trabalhadora organizou-se em vários protestos, ocorrendo inclusive atos de violência; tal fato evidenciou para a sociedade da época as condições de vida precária dos trabalhadores e o seu movimento de reação à ordem burguesa poderia comprometer as estruturas sociais. lamamoto e Carvalho afirmam que

A questão social deixa de ser apenas contradição entre (...) dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado (...). A nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbano-industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a possibilidade objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa (2012, p. 135).

Na segunda metade do Século XIX a luta pela manutenção da ordem burguesa, a compreensão da questão social é naturalizada em suas manifestações, ou seja, as desigualdades, a fome, o desemprego, as doenças. As condições precárias de vida são vistas como algo natural, que jamais poderá ser extinto, podendo apenas ser minimizado por ações políticas. Percebe-se, como afirma Netto, tal forma de enxergar a questão social configura-se como um pensamento conservador laico, e acrescenta

O cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (2001, p. 155).

O pensamento conservador laico busca converter o enfrentamento da questão social em uma ação moral e de conservação da propriedade privada e da ordem social burguesa, acentuando as manifestações da questão social, na perspectiva de produzir efeitos catalisadores de controle da classe trabalhadora, assegurando a lógica do capital em seu processo de acumulação. A questão social é produzida continuamente na relação trabalho-capital, na qual se devem considerar as relações de trabalho e de produção, no sentido de se entender os processos de exploração e de espoliação engendrados naquela relação na sua integralidade, mediadas ao longo dos anos, constituindo-se em traços marcantes da classe trabalhadora em seus movimentos históricos, políticos e culturais.

O Século XX, especificamente em sua segunda metade, décadas de 60 e 70, e seu grande auge na década de noventa, o capitalismo, não obstante às crises econômicas pelas quais tinha passado, foi se acentuando nas sociedades periféricas, nos então chamados países do Terceiro Mundo, que embora subdesenvolvidos, foram provisionadas como sociedades potencializadoras para a garantia do consumo.

No caso do Brasil, o capitalismo centrou seu desenvolvimento a partir da exploração dos trabalhadores, principalmente no que concerne ao baixo custo da força de trabalho. Some-se a essa situação a crescente informalidade e aos altos índices de desemprego ocorridos ao longo da década de oitenta e noventa. Santos assegura que

Já nos anos de 1980, a retração dos investimentos no setor produtivo acentuava a dualidade entre empregos formais e informais na economia brasileira, fazendo com que as conquistas alcançadas pelo fortalecimento do movimento sindical, não fossem universalizáveis ao conjunto dos trabalhadores. (2012, p. 196)

Após grandes movimentos da classe trabalhadora contra as investidas do capital que, em seus pressupostos de exploração, acentuava a pobreza e as desigualdades, o capitalismo em todo o mundo, expressivamente na Inglaterra e nos Estados Unidos, tratou a aplicação de uma ofensiva política para seu processo de restauração, produzindo em larga escala um processo de globalização em conjunção a estratégias neoliberais, acentuando, através de suas investidas contra as manifestações da questão social, afetando diretamente o intencionado projeto de desenvolvimento social da classe trabalhadora, num caráter hegemônico sem

precedentes, em que a dominação e a exploração se configuraram como expressão maior.

A hegemonia é explicitada pela dominação e esta pode ocorrer através da força coercitiva da classe dominante do Estado para oprimir outra classe e controlá-la, embora nem sempre a coerção seja necessária, pois a hegemonia pode ocorrer pelo consenso construído, enquanto mecanismo ideológico exercido pelos intelectuais da classe opressora ou dominante, num processo de conformação, ou seja num processo acrítico e incoerente transformando os homens em homens-massa (GRAMSCI, 1981).

Segundo Cloux (2012) para Gramsci a Hegemonia não seria somente dominação, mas também uma fusão entre dominação e direção: dominação em função do exercício da força do Estado e direção pelo convencimento que geraria o consenso dando legitimidade ao processo. Neste sentido a globalização pode ser entendida como um mecanismo hegemônico do projeto neoliberal, dentro do bloco histórico, entendido como bloco de poder dominante concebido por Marx. Ainda assegura Cloux ao analisar o pensamento de Almeida (2003) sobre as esferas que compõem um bloco histórico

Existem quatro esferas componentes do bloco histórico, sendo elas: a economia, onde se encontra o setor produtivo e moto da sociedade capitalista/hegemônica; a sociedade civil, onde estão todas as organizações não partidárias, como sindicatos (de trabalhadores e patronais), organizações não governamentais, clube de mães, clube de xadrez. (...) Cada esfera deste bloco estabelece uma relação de dominância dialética com a outra. E para que uma classe (ou fração de classe) consiga exercer hegemonia sobre as demais, deve conquistar todas as quatro esferas. Esse movimento se dá, do ponto de vista da conquista da legitimação da legitimação da hegemonia (direção), com a construção de uma cultura hegemônica. (2012, p. 227).

Tanto a globalização quanto as estratégias neoliberais hegemonicamente causaram grandes erosões nos projetos de desenvolvimento social pensados pela classe trabalhadora pauperizada, e o advento de novas manifestações da questão social (processos de discriminação, gênero, classes, etnias, orientação sexual). Atentos a estas investidas de acentuação das desigualdades e ao processo de exclusão social promovida pela estratégia neoliberal, as Organizações da Sociedade Civil colocam-se nos espaços públicos, na arena da Sociedade Civil, para empreendimento de lutas e asseguramento de direitos das classes pauperizadas pelo capital, num grande e efetivo processo contra hegemônico.

A contra hegemonia é um processo de enfrentamento de interesses ideológicos em contra partes, negando a posição hegemônica do grupo ou classe dominante, contrapondo-se ao processo de dominação e exploração por parte de uma classe, buscando assumir a liderança do processo, na perspectiva de construir um projeto de sociedade alternativo a aquele imposto. Esse projeto é antagônico entre as classes, construindo uma “guerra de posição”, ou seja, a classe contra hegemônica demarca sua posição política de liderança em contraposição às imposições e interesses da outra classe. Cloux apresenta algumas características para se reconhecer um grupo contra hegemônico

Primeiramente a) criticar publicamente a hegemonia e apresentar alternativa; b) em documentos sobre princípios norteadores, missão e propósitos, deve criticar e apresentar hegemonia alternativa; c) defender constantemente, seus integrantes da contra hegemonia; d) fazer um resgate cultural e histórico (tradição seletiva) de valores alternativos. Na segunda característica, referente às práticas, destacamos três aspectos. Primeiro deve ter ações Contra Ordem, mas respeitando seus limites dentro dela. Constituir ações contra hegemônicas, no movimento social, que respeitem a legalidade burguesa do Estado ampliado hegemônico, tanto do ponto de vista de ação prática quanto de questionamentos de contradições da própria legislação. Segundo, ações Contra a Ordem, mas Fora da Ordem, ou seja, que conspiram e pratiquem atividades fora da legalidade hegemônica, portanto ilegais e subversivas. Em terceiro lugar, valorizar os espaços de decisão horizontal, dividindo tarefas e animando os sujeitos. (2012, pp. 229-230)

Algumas das Organizações da Sociedade Civil, a exemplo das ONGs, numa tentativa contra hegemônica, retratam fielmente a luta para mobilização política dos diversos grupos e comunidades, vez que, desde o período de sua expressão e visibilidade, a partir da década de noventa, no auge das políticas estratégicas neoliberais, abraçaram a causa da questão social. Não se pode deixar de registrar aqui que, muitas ONGs que vêm atuando no Brasil, sentiram os efeitos das crises econômicas alastrada em todo o mundo globalizado, desde a década de oitenta, e, com o retraimento da oferta de recursos internacionais e nacionais, muitas vezes tiveram que conformar em suas ações a lógica empreendida, em grande medida pela estratégia neoliberal e em outros momentos resistiram às investidas, trabalhando na orientação política aos grupos e comunidades, assegurando a luta pelo enfrentamento da questão social (WANDERLEY, 2012).

Na perspectiva de contribuição para a compreensão e o acionamento de ações capazes de enfrentar as manifestações da questão social, pensada e

instituída num regime democrático que, necessariamente, exige a participação de sujeitos na elaboração e decisões de políticas no âmbito político, econômico e social, faz-se essencial a participação das classes subalternas que compõem a sociedade civil, pois estas, com suas organizações e instituições, configuram-se como o espaço central da vida associativa com seus conflitos e tensões.

Segundo Wanderley (2012) a sociedade civil brasileira foi profundamente marcada pelo Regime Militar de 1964 e, a partir da década de 1970, ocorreu um significativo ressurgimento, estruturado a partir de um eixo de oposição ao Estado autoritário. Na mesma linha de pensamento, Duriguetto (2005) cita Coutinho (2000, b:13) quando este afirma que no período militar, a luta contra a ditadura, a oposição Estado / Sociedade Civil, esta última era entendida como espaço de movimentos populares e da luta antiditatorial contra o espaço do estado militarizado, buscando fortalecer a sociedade civil para enfraquecer o governo militar.

Duriguetto (2005) assegura que a categoria sociedade civil no Brasil foi largamente empregada no final da década de 1970. A concepção se pautava na fórmula de reativação de movimento sindical, ação dos chamados ‘novos movimentos sociais’¹, empreendendo atividades em defesa, luta por conquista e ampliação de direitos de várias naturezas. Já nos anos de 1990, afirma a autora, o projeto neoliberal buscou transferir às organizações da Sociedade Civil a função de promover o bem-estar social, estimulando-as a práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas. Segue afirmando que o projeto neoliberal transforma a sociedade civil no Brasil em “instrumento para a operacionalização de estratégia de desresponsabilização do Estado e do capital com as respostas à questão social, particularmente no que se refere às políticas sociais” (DURIGUETTO, 2005).

Com o processo de transferência da função de promover o bem-estar social por parte do Estado às organizações da Sociedade Civil, o projeto neoliberal assume a estratégia de fortalecer um suposto chamado “terceiro Setor”², onde participam associações filantrópicas, grupos, organizações comunitárias, ONGs etc, instituindo ali uma esfera pública entendida como não-estatal (DURIGUETTO, 2005). Dentre muitas estratégias do projeto neoliberal, podemos apontar o discurso da inoperância

¹ Expressão utilizada por alguns autores a exemplo de Melucci, Offe, Touraine e outros para designar os movimentos contemporâneos que defendem manifestações do tipo, direito dos homossexuais, comunidades de povos tradicionais dentre outras.

² Expressão cunhada pela estratégia neoliberal para regulação, organização, controle e fiscalização das Organizações da Sociedade Civil por parte do Estado.

das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado, implementando a ideia de que a sociedade civil deve se constituir como um terceiro setor, diminuindo, assim, as responsabilidades sociais do Estado.

É no campo da sociedade civil que se desenvolve a luta de grupos, de movimentos sociais, de ONGs e associações, dentre outros que, de forma associativa, empreendem ações, lutam ativamente contra processos de negação de direitos e contra as desigualdades sociais. Tanto os grupos quanto as atividades ou instituições associativas e movimentos poderão lutar, não só pela melhoria das condições de vida e trabalho, dos direitos conquistados ou mesmo por novos direitos, mas, também, para fortalecer o espaço da sociedade civil, pois trata-se de um espaço heterogêneo, conflituoso e contraditório, onde se evidenciam os interesses de grupos e classes, tensões, lutas, contradições e controle social da sociedade e dos cidadãos, condicionando e alienando sujeitos e instituições à luta pela cidadania.

Os sujeitos que participam da luta social na arena da Sociedade Civil assumem uma identidade que não se restringe apenas a conteúdos específicos transmitidos, mas à dimensão da organização e do desenvolvimento da cultura política participativa. Para o sujeito enquanto cidadão, que se autoconstrói, como também constrói a história, trata-se de uma oportunidade para construir processos de mudança na realidade social vivenciada. Neste aspecto, a cidadania é construída a partir das ações políticas, como resultado de um processo de educação coletiva que se dá no concreto vivido.

As formas das ações educativas daí implementadas se manifestam e são geradas com o objetivo de desenvolver a consciência coletiva voltada para o atendimento de demandas coletivas, buscando reorientar as relações sociais entre Sociedade Civil e Estado, tornando este último mais responsável no que diz respeito à sua função sociopolítica.

Tendo por base a experiência nos processos de luta e de resistência, que se dá com certa objetividade, embora sustentada por estados de subjetividade como fios tecidos a partir de vivências, desejos, anseios, sonhos, paixões e escolhas extremamente heterogêneas dos diversos membros que compõem o espaço da Sociedade Civil, esses compromissos são assumidos em um contexto sociopolítico permeado por conflitos e contradições, compartilhados de forma explícita ou tácita.

O trabalho coletivo é um princípio extremamente significativo para o reconhecimento dos direitos e da cidadania. Contribui, essencialmente, para a construção da consciência dos sujeitos, faz-se nas arenas de confrontação e, muitas vezes de resistência, com vistas a aproximar as ações que são concebidas para o bem comum das comunidades ou grupos no seu processo de luta, envidadas em passeatas, marchas, reuniões, seminários e encontros para discussão de assuntos pertinentes à questão social e que ganham caráter de compromisso político coletivo.

Assim, a necessidade de fortalecimento da sociedade civil se constitui em um espaço de enfrentamento da questão social por considerarmos que a reprodução do capital ocorre com sua penetração em todos os espaços da vida econômica, política e social dos grupos e classes. Gradativamente, os processos de produção e de reprodução, vinculados às forças produtivas, também estão no cotidiano dos sujeitos, nas relações de trabalho, no seu fazer laboral, independente dos vínculos formais de emprego, a ser enfrentado, principalmente nos momentos de crise econômica e política do capital.

4. NEOLIBERALISMO: DIGA - ME A QUEM SERVES, E EU TE DIREI QUEM ÉS!.

Este capítulo enfoca a questão do neoliberalismo como estratégia de classe hegemônica da aguda crise que o capital atravessou a partir da década de 70 e ainda atravessa. Neste se apresenta os fundamentos do neoliberalismo e suas estratégias ideológicas de reformas e contra reformas, na perspectiva de garantir sua hegemonia sobre os países centrais e periféricos, e, assim, conter os avanços de contestação e resistência por parte das organizações da sociedade civil. Trata-se de capítulo fundamental e categórico à compreensão da realidade complexa em que vive o Brasil, como ponto crucial à reflexão de nossa Tese.

A crise econômica e política que afeta o mundo contemporâneo tem por base a crise do processo de produção, com acumulação do capital e suas dimensões que acabam por impactar nas condições de sobrevivência digna das sociedades, em sua forma, sem precedentes históricos. No que se refere ao capital, na concepção marxista, compreendemos como modo de produção e de reprodução, modo este que se instala entre força produtiva e as relações de produção, que, em seu bojo, traz elementos de dominação, sejam na expressão e ação do dominante sobre o trabalhador. No que concerne à expressão dominante, esta, em diversos modos de produção, constituirá a formação econômica e social; esses modos ainda conformarão outros modos dominados que possibilitam o nascimento de outras formas sociais de exploração, que, na sua dinâmica, apresentam contradições ao longo da história.

Em primeiro momento, o capital realiza a destruição dessas forças, realinhando seus discursos e mecanismos, reequilibrando o potencial produtivo humano. A crise, em sua estrutura, diz respeito às relações de produção capitalista, que afetam conjunturas, em longo prazo, gerando graves contradições na vida política econômica e social das sociedades. A saída da crise foi anunciada, ao longo dos anos, desde a crise mais aguda no fim da segunda Guerra Mundial em 1945.

O período pós “Guerra Fria”, ou seja, após a segunda grande guerra mundial, ocorrida entre 1930 a 1945, concebeu, para aquele período, um mundo polarizado entre duas grandes potências mundiais: de um lado os Estados Unidos da América e de outro a União da República Socialista Soviética, a Rússia. Nesse mesmo período, a institucionalização da Organização das Nações Unidas (ONU), com o ideário de

Democracia, dentre muitas funções, precisava criar alternativas políticas e sociais que garantissem a ordem mundial, principalmente aquelas dos países capitalistas, e ainda, proteger o mundo de regimes antidemocráticos.

A agravamento das desigualdades no mundo é fruto do desenvolvimento capitalista. Na década de 60, numa escala mundial, houve crescimento da economia, embora com ritmos desiguais, porém, nos anos 70, esta mesma economia não se desenvolveu em sua totalidade. A situação econômica de alguns países, principalmente os periféricos, se degradou ao longo dos anos, a capacidade e valor da renda foram afetados e o desemprego se alastrou em altos índices, gerando, assim, desestabilização das condições sociais dos trabalhadores e das famílias. Tal fato gerou as crises de natureza política e econômica dos Estados, comprometendo o próprio desenvolvimento e expansão do capital, vez que o Estado era o interlocutor principal nas relações mundiais.

Em fins da década de 80, anunciou-se o fim da crise, embora, nos anos 90, o capitalismo ainda enfrentasse muitas dificuldades para sua expansão, configuradas em relações de produção e seus modos, bem como forças produtivas comprometidas pelas relações de trabalho, insuficiência e limitações nos processos de impedimento de intervenção pública estatal nas relações de mercado, comprometendo a expansão do ciclo do capital (NETTO, 2001).

A proliferação e grave expansão da pobreza, na maioria dos países chamados “emergentes”³, também considerados periféricos, se apresentavam como um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento e manutenção das grandes nações mundiais, geralmente capitalistas, bem como servia, pelo menos em discurso, como uma grande ameaça à própria população em estado de pobreza (NETTO, 2001).

Visto as ameaças ideológicas que pairavam sobre as “cabeças” de nações capitalistas, quanto à inserção em seus espaços geopolíticos de ideologias comunistas, e os povos que se encontravam vulneráveis, em função de seu estado de pobreza, poderia ser o foco principal para as ameaças daquelas ideologias. Assim o capitalismo em crise, em seu processo de reelaboração das forças de produção e de reprodução, criou estratégias para a superação dos entraves

³ Terminologia atribuída a países periféricos da América Central e da América do sul, com baixos índices de desenvolvimento e crescimento econômico, social e humano.

econômicos e políticos, principalmente apresentados pelos países periféricos, estabelecendo princípios e estratégias a partir de antigos princípios basilares do liberalismo conservador, instituindo-se assim o neoliberalismo.

O neoliberalismo significa, antes de tudo, um regime político e econômico que visa o crescimento e fortalecimento do mercado, a partir de uma força hegemônica, capaz de anular as conquistas advindas do Estado de Bem-Estar Social em franco desenvolvimento em países da Europa nas décadas de 60, 70 e 80 (MARTINS, 2009).

Martins (2009, p. 33), ao analisar a obra de Friedrich Hayek, um dos principais pensadores das diretrizes do neoliberalismo no capitalismo contemporâneo, afirma que, nos fundamentos do projeto neoliberal, existem muitas premissas de natureza econômica, política e social, que ele chama de teses, as quais são sustentadas por outras pequenas premissas, sendo que a primeira tese básica é o mercado. Este, segundo o autor, tem superioridade a qualquer tipo de regulação econômica e política e a qualquer instituição social, pois o mercado não interfere nas 'liberdades de escolhas' e nem na 'livre concorrência' entre indivíduos, empresas ou nações. A segunda tese trata da noção de 'individualismo como valor moral radical', colocando o indivíduo e sua liberdade como centro de todas as preocupações políticas e econômicas do mundo. Esta aceção ressalta a importância da liberdade de escolha do homem, sempre visando ao lucro; exclui-se aqui, para o autor, que, no pensamento de Hayek, a coletividade reduz as potencialidades do indivíduo, prejudicando, assim, sua liberdade de escolhas.

Já na terceira tese, Martins (*ibidem*) trata da 'Liberdade', enquanto aquela que orienta a vontade de cada indivíduo para fazer suas escolhas, as quais são apresentadas pelo mundo, resguardando que a escolha não pode ofender o direito à vida, ao lucro e à propriedade. O sentido de liberdade para Hayek, afirma Martins, apresenta dois campos práticos: a defesa da liberdade econômica, enquanto princípio natural, e a orientação do ordenamento de uma base legal para impedir outras forças que possam comprometer a liberdade econômica. Na quarta e última tese, é apresentada a concepção de Estado para os neoliberais. Nesta concepção, o Estado é um ser dotado de vontade, de racionalidade e de iniciativas próprias, tendo como função precípua preservar um ambiente de liberdades de escolhas e empregar o uso da força para a defesa do indivíduo autônomo e do mercado (MARTINS, 2009).

As teses apresentadas demonstram que o neoliberalismo desconsidera toda e qualquer condição de homem ou instituição em estado de coletividade. Busca inibir as formas de associativismo e de propensas potencialidades de realização de objetivos comuns, descentrando o homem de grupos ou mesmo de classes ou categorias sociais coletivas, criando nas esferas públicas obstáculos para conter iniciativas mais colaborativas, assegurando o funcionamento das instituições privadas e da livre concorrência de mercado. A ofensiva atinge diretamente a ideia de coletividade e de formação de consciência política para o enfrentamento de questões que oprimem e impõem ao sujeito a condição de *homoeconomicus* e ou *homofaber*, apenas para a produção e reprodução do capital, sem apropriação de sua produção e sem consciência da situação de classe, sujeito da classe trabalhadora em situação de permanente exploração.

O neoliberalismo reforça esta afirmação enfatizando três ideias centrais, quais sejam: a própria reestruturação produtiva, crescente-se o processo de acumulação desenfreada com concentração de riqueza e má distribuição de renda; o processo de Reforma do Estado, minimizando-o em suas estruturas, principalmente quanto à responsabilização sobre o enfrentamento coletivo da questão social, minimizando ou até mesmo retirando direitos civis e políticos; por fim, a terceira ideia, que, a nosso ver, é a mais perversa e perigosa, a reconversão da ideologia da sociedade civil, palco de lutas, conflitos e tensões, dos movimentos e mobilizações e de constituição de processos associativos em dimensões esféricas setorializadas que além de servir aos interesses do capital, passam a enfrentar o regime de desproteção social devida pelo Estado.

Numa análise, tendo por base o pensamento dos autores, Behring (2008), Duriguetto (2008), Montañó (2010), Netto (2001), Pereira (2006) e Santos (2012) sobre as investidas do capital na década de 80, dentro do ideário neoliberal, a meta de garantir uma base estável para a economia não se concretizou; dentre alguns fatores que determinaram essa não concretização, podemos destacar o endividamento dos países chamados centrais e dos periféricos, o qual demonstrou que as bases eleitas pelo capital para a sua reprodução não eram sólidas. A maximização do lucro criou graves problemas políticos e sociais para trabalhadores e para a classe empresarial. O fato provocou a necessidade de novas formulações estratégicas políticas e econômicas nos últimos anos do século XX, a exemplo de

reformas trabalhistas, reestruturação do aparelho do Estado, políticas de privatização dentre outras.

A crise de reestruturação do capital, em suas diversas fases, representa fortemente uma ação contra o trabalho, enquanto categoria de produção e das relações de produção que se estabelecem no âmago do chão da fábrica, incorporados por aspectos de remuneração e de direitos trabalhistas e sociais assegurados na contrapartida das relações de trabalho. A ofensiva do capital se faz responder em esferas propositivas de reformas, especificamente das reformas dos estados nacionais, de lastro trabalhista, políticos e econômicos, minimizando direitos, conforme orientações de instituições neoliberais externas, a exemplo das determinações preconizadas em Carta pelo *Consenso de Washington* para os países da América Latina na segunda metade do Séc. XX (MARTINS, 2009).

Em fins da década de 80, nos Estados Unidos da América (EUA), na sede do Fundo Monetário Internacional (FMI), capital dos EUA, realizou-se reunião técnica de trabalho com a participação de funcionário do alto escalão do governo norte americano, bem como outros funcionários de diversos órgãos financeiros internacionais e diversos economistas, representantes dos governos dos países membros da América Latina para avaliar as reformas econômicas realizadas naqueles países. O relatório dos resultados dessa reunião, apresentados pelos países membros, acopladas às considerações dos diversos órgãos financeiros dos demais representantes dos países não situados na América Latina, informalmente chamamos de Consenso de Washington.

O encontro não tinha nenhum caráter formal e nem deliberativo; a intenção era avaliar as ações coordenadas por parte das Instituições responsáveis pelas reformas orientadas pelo FMI, banco Mundial e BID. Avaliou-se, em grande consenso o êxito das reformas iniciadas em quase todos os países da América Latina, com exceção do Brasil e do Peru, os quais, até aquele período, não demonstrava a eficiência conforme as recomendações do governo norte-americano como critério para que os referidos países pudessem receber apoio financeiro externo numa relação bilateral ou mesmo multilateral. A justificativa contida na recomendação tinha como promessa o desenvolvimento de sistemas de cooperação de natureza intelectual com bastante recursos humanos e financeiros, capazes de colocar os países da América Latina em páreo com países desenvolvidos, em largos

patamares de crescimento e desenvolvimento, como países modernos, em graus de competitividade e estabilidade econômica.

Para inserir o Brasil no rol desses países, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), publica em 1990 um documento intitulado 'Livre para crescer – Proposta para um Brasil moderno' onde está posta uma agenda de reformas conforme àquela definida na cidade de Washington. (BATISTA, 1994). Nesta agenda se recomendava que a inserção do Brasil no cenário internacional fosse realizada pela agricultura de exportação. Essas propostas de reformas encontraram sustentação na forma em que as classes dirigentes latino americanas consideravam que a grave crise econômica de seus países eram efeitos de processos interno, de má gestão de sua economia, sem ter em conta as raízes externas, a exemplo das constantes altas elevadas de preços e de taxas internacionais, tanto no que se refere a bens, serviços e altas taxas de juros, aceitando assim, a solução milagrosa da modernização, propostas pelo ideário neoliberal.

Concorreram para a absorção das propostas neoliberalizantes, o ressurgimento de antigas ideias liberais, a promoção de organismos financeiros externos no que se refere ao fornecimento de recursos para financiamentos de projetos, programas e ações, realização de vários seminários, debates e diversas atividades extracurriculares acadêmicas no interior das Universidades latino-americanas, já assoladas por muitas crises financeiras, bem como a imprensa local e o marketing das ideias neoliberais.

O cenário das constantes crises econômicas dos países da América Latina acentuou a tese de incompetência e falência do Estado, admitindo assim que este não tinha condição e capacidade de formular políticas macroeconômicas, de natureza monetária e fiscal, bem como para gerir os recursos naturais, tão abundantes nos países, como o caso do Brasil, e assim gerar crescimento e desenvolvimento para a garantia da soberania nacional. Visto essa dificuldade, se fortalece a ideia de um regime de cogestão, com a participação de instituições internacionais, multilaterais, a exemplo de Organizações Não Governamentais dos países desenvolvidos.

Em nome de controlar e minimizar os altos índices inflacionários que assustavam o Brasil, em 1990, no Governo do então Presidente Fernando Collor de Mello, sacrifica-se os empregos, os salários e o projeto de desenvolvimento,

renunciando à autonomia soberana e nacional, vinculando, inclusive a moeda nacional à moeda norte americana. (BATISTA, 1994). Embora o Consenso de Washington tente explicitar uma relação de interdependência entre o político e a economia de mercado, as evidências dos discursos e das ações demonstram a importância da economia e sua sobreposição em relação às questões políticas e democráticas. As manifestações da questão social não eram prioridades no Consenso de Washington, a exemplo de educação, saúde, pobreza, distribuição de renda dentre outras. Estas se resolveriam como consequência das reformas sociais, naturalmente concebidas a partir da liberalização econômica.

As questões econômicas devem sobrepor-se a quaisquer outros elementos da sociedade, sejam eles culturais ou religiosos. Os estudos realizados na década de 90 pelo banco Mundial, em virtude do espraiamento da miséria em todos os países da América Latina, economicamente estruturada em ideias e políticas liberais, o que leva o próprio Banco Mundial, o BID e o FMI a introjetar em suas políticas, através de projetos e programas, ações de natureza política e social, com a intenção de estruturar medidas para combater a pobreza. Essas ações não poderiam ficar a cargo do Estado; houve a descentralização do poder público para o locus da municipalização e a mobilização dos recursos foi feita pelas Organizações Não Governamentais, em sua maioria sediada no exterior, desqualificando assim os aparelhos e funcionamento do Estado na gestão de políticas públicas de caráter político-social, tornando-o mínimo.

A política neoliberal, travada no Consenso de Washington, justificava a retirada de funções de natureza econômica e político-social, através de reformas, para minimizar o peso do Estado, alegando que o mesmo tinha excessos de regulamentações, ineficiência na condução de processos de estimulação e motivação para o desenvolvimento da economia, conduta fiscal irresponsável no equilíbrio das contas públicas, o que faziam gerar graves crises econômicas que comprometiam as forças produtivas e a liberdade de mercado auto regulável. Neste sentido o ideário neoliberal centra-se no equilíbrio das finanças públicas, tendo como foco principal a questão fiscal para conter a inflação que corrói os lucros para o financiamento do ciclo das forças produtivas que alimentam a produção e a reprodução do capital. No ideário neoliberal, por razões muito mais ideológicas que econômicas, se estabelece um falso conceito de responsabilidade fiscal, assim afirma Batista

em nome de um falso conceito de responsabilidade fiscal, buscar um equilíbrio em nível tão baixo de receitas e despesas que inviabilize o desempenho pelo Estado de funções essenciais de incentivador de desenvolvimento, de promotor do pleno emprego e da justiça social. (...) o que parece que se pretende na verdade, é reduzi-lo a nível tão ínfimos que desorganizariam a máquina estatal e podem comprometer até a sua missão clássica de provedor de segurança contra ameaças internas à ordem pública ou externas à integridade territorial. (1994, p. 20)

Depreende-se que o processo de neoliberalização dos países da América Latina, não estava voltado para garantir a soberania nacional e à garantia da cidadania de sua população, no sentido de manter o acesso condigno a bens e serviços, na condição de minimizar a pobreza e fortalecer o Estado democrático. A intenção, ideologicamente marcada, buscou assegurar o compromisso com o desenvolvimento das forças neoliberais, com garantia de desenvolvimento de forças produtivas capazes de fortalecer a economia internacional em detrimento do sentimento de nacionalidade e soberania daqueles países, obrigando-os assim a se enquadrar em alto grau de dependência.

No caso do Brasil especificamente, na década de 90, o país estava afetado profundamente pela crise da dívida externa. Várias cartas de intenção do governo brasileiro foram encaminhadas ao FMI, embora o Brasil não conseguisse cumprir as metas fiscais e monetárias, as quais não conseguiram ser sanadas em diversos planos econômicos abalando a confiabilidade no estado brasileiro, embora desde final da década de 80, o Brasil vinha resistindo às pressões norte-americanas. Com o governo do então presidente Collor houve assunção ao projeto neoliberal, consolidados no Consenso de Washington, comprometendo o governo brasileiro a implantar uma plataforma essencialmente neoliberal, realizando profundas reformas na legislação, enviando ao Congresso, inclusive, matérias com todas as reivindicações norte-americanas consubstanciadas nos postulados neoliberais. Assim o fez assegurando a liberalização do processo de importação com abertura unilateral do mercado brasileiro.

Nos seus primeiros anos de governo Collor estabelece uma política macroeconômicas no que se refere à dívida externa e credencia, sem nenhuma reserva, nos moldes do Consenso de Washington, a renegociação da dívida a partir das definições dos credores, negociação esta concluída mais tarde, pelo seu então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, sem aprovação final do FMI quanto à política fiscal proposta para o Brasil. O fracasso do governo Collor acabou por comprometer as negociações para o alinhamento proposto no Consenso de

Washington, porém o neoliberalismo continuava a influenciar o panorama político, mesmo após o processo de *impeachment*, e consegue, em bases negociais, que na condição de sucessão presidencial, os candidatos prometeriam continuar as políticas com as propostas neoliberais.

A Carta, entendida enquanto receituário destinava-se a estabelecer critérios para concessão de novos empréstimos e estabelecimento de convênios de cooperação econômica e financeira que pudessem corroborar a aceleração do desenvolvimento, a partir de abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico daqueles países.

Dentre algumas orientações destaca-se a disciplina fiscal a ser cumprida a partir de cortes de gastos públicos, com minimização da dívida pública; a reforma tributária minimizando a carga de tributação sobre empresas; a minimização do tamanho do Estado, principalmente em áreas de atuação comercial e financeira, com processos de privatização, assegurando a atuação da iniciativa privada em vários setores de infraestrutura e economia; o incentivo à abertura e penetração de capital estrangeiro e, por fim, a minimização da função social do Estado, redução dos processos de regulamentação sobre controle econômico e financeiro, bem como daquelas que regulam leis trabalhistas. Martins acrescenta que

Além da evidente insuficiência e inadequação da política neoliberal ortodoxa, dois outros aspectos parecem ter sido decisivos. O primeiro diz respeito ao fenômeno da ocidentalização das sociedades modernas e de um traço mais forte: a ampla organização da sociedade civil e o equilíbrio entre essa instância e o aparelho estatal. As forças neoliberais passaram a reconhecer que a participação popular poderia ser considerada como articuladora da nova sociabilidade (...). O segundo relaciona-se à problemática das políticas sociais (2009, p. 60).

A citação nos remete à reflexão sobre a importância da organização das diversas instituições que atuam na sociedade civil, pois o projeto neoliberal, ao reconhecer a importância e contribuição das instituições da sociedade civil, reconhece o seu poder de influência e de intervenção em projetos societários, sua força e resistência na luta pelos direitos, a capacidade potencializadora da mobilização e luta, constituindo-se com isso, a ordem social vigente.

Duriguetto (2005, p. 90) nos alerta que a estratégia do projeto neoliberal se materializa na transferência da produção e/ou redistribuição dos serviços sociais à sociedade Civil (...). Estes são ofertados por instituições públicas não-estatais, (organizações comunitárias, associações filantrópicas, ONGs dentre outras),

entendidas como organizações da Sociedade Civil, muitas vezes financiadas pelo capital, constituindo em suas ações uma lógica solidária e de filantropia, assentada no voluntarismo e no apoliticismo.

Ratifica-se, assim, a preocupação quanto à questão do espaço da sociedade civil, pois a investida do capital pode provocar uma despolitização dos atores envolvidos, ao passo que a heterogenia das identidades, dos interesses e das relações venha a dar lugar à homogenia, garantindo, como bem quer o capital, a funcionalização burocratizante, instrumental e racionalizada de funções, capazes de alienar aqueles atores ideologicamente comprometidos com causas sociais, atuando no fortalecimento do Estado neoliberal, na esfera produtiva tanto das condições informais do trabalho quanto na esfera das condições formais do trabalho. O efeito é um processo de desarticulação que afeta o cotidiano dos sujeitos e dos atores envolvidos nas lutas que envolvem a questão social, bloqueando, inclusive, o desenvolvimento da consciência coletiva para o enfrentamento dos domínios do capital (DURIGUETTO, 2005).

No campo da Sociedade Civil, a investida do capital quanto à fragmentação dos processos associativos e conseqüente enfraquecimento da luta dos cidadãos e, em boa escala, dos trabalhadores, tem fundamento na crise e reestruturação produtiva do capital em fins do Séc. XX em consonância com o projeto neoliberal em confrontação direta com as questões do trabalho e ainda como princípio de sustentação, a Reforma do Estado, principalmente dos países periféricos da América Latina.

Na América Latina, o projeto neoliberal teve por objetivo retirar das garras do Estado às atividades econômicas, promovendo a expansão do capital e a plena sujeição do trabalho às políticas capitalistas, sob a égide de uma proposta de modernidade estruturada a partir de princípios de integração, privatização, controle de inflação e estabilidade econômica sob uma base objetiva e racional, capaz de subordinar o social à lógica do Estado regulador e do Mercado.

Tal fato suscitou, e ainda suscita o desenvolvimento do individualismo em contraposição ao populismo nacional e às orientações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). As políticas neoliberais, financiadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BIRD) estavam voltados para garantir o fortalecimento do processo de acumulação capitalista, asseguradas por uma burguesia nacional,

iludida pela perspectiva de lucro rápido e fácil, a qual financiou, ostensivamente, a ofensiva neoliberal nos países latino- americanos.

4.1 Hegemonia neoliberal brasileira: a nossa ordem do dia!

A década de 80 caracterizou-se pela proeminente crise de endividamento internacional, exigindo adequações dos estados nacionais, no que se refere a ajustes de base estrutural e fiscal, bem como do empreendimento de profundas reformas dos aparelhos do Estado, especificamente no campo da administração pública, para atendimento à lógica do Mercado.

Pós impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello, precisamente em dezembro de 1992, em plena crise do Estado brasileiro, os compromissos assumidos pelo ex-presidente junto ao organismos internacionais de postulado neoliberal, FMI, Banco Mundial e BID, referendados na agenda do Consenso de Washington precisavam continuar e assim ser assumido pelo seu sucessor, o então Vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco, ou simplesmente Itamar Franco.

O processo de privatização das estatais e as reformas estruturais profundas emergiram sob a égide de um interesse maior que era a Reforma do Estado Brasileiro. O governo de Itamar se defrontava constantemente com os interesses de antigas estruturas oligárquicas, que a todo custo buscavam manter o poder e defender seus interesses corporativos privados. Os altos índices inflacionários continuavam a abalar a credibilidade do governo, gerando desconfiças e retraindo a possibilidade de nova entrada de investimentos estrangeiros no país. Visto as ameaças que pairavam ainda sobre a instabilidade da economia, o governo decide implementar um novo plano de estabilização econômica sob a batuta do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir do ano de 1994, alçado à Presidência da República, eleito naquele mesmo ano.

Apoiado por uma aliança política forte, composta por partidos conservadores, instituições privadas representativas do corpo de grandes empresários, entidades representativas patronais, a exemplo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), órgãos de imprensa e de pesquisa, Empreiteiras

e grandes oligopólios nacionais e internacionais, bem como de grande parte da população brasileira, esta em função a manutenção e estabilidade da moeda, Fernando Henrique Cardoso (FHC) chega ao poder com credibilidade, ciente que seu compromisso maior seria continuar a implantação e implementação do Projeto neoliberal no Brasil, conforme compromissos assumidos pelos seus antecessores, Collor e Itamar Franco.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), no momento de sua posse explicitou seus compromissos, os quais se referiam diretamente à reestruturação do estado brasileiro, no que se referia às suas funções como o processo de gerenciamento da coisa pública, promoção dos processos de privatizações com maior eficiência, assim assegurou o controle de gastos públicos, reformas de uma maneira geral, política, tributária, trabalhista, cambial e monetária, incentivando e promovendo contratos de gestão de parceria entre o setor público, governo e setor privado. Assim, dentro do ideário e preceitos neoliberais, o governo de FHC intencionava a recuperação de investimentos nacionais e internacionais para financiar a adequação da infraestrutura do Estado, como geração de energia, saneamento, comunicação e transportes, bem como alavancou o processo de privatização das estatais brasileiras sob o argumento de que as funções essenciais do Estado deveriam ser apenas de regulação e de fiscalização econômica, retirando o estado do processo de produção, assim como estava estabelecido no Consenso de Washington.

Sallum Jr. (1999) afirma que este ideário liberal básico se materializou em iniciativas que mudaram institucional e patrimonialmente a relação entre Estado e mercado. Seu alvo foi quebrar alguns dos alicerces legais do Estado nacional-desenvolvimentista, parte dos quais fora constitucionalizado em 1988. Neste sentido, podemos destacar: recepção constitucional de empresas de capital estrangeiro, concentração do monopólio de exploração, refino e transporte de petróleo e gás, concessão do direito de exploração do setor de comunicação por empresas privadas. E afirma ainda que as iniciativas ora apontadas instituíram um novo bloco político-hegemônico (SALLUM JR, 1999). Visto, no interior desse bloco ocorreram uma série de disputas referentes à política econômica frente às ações do Estado.

Muitas foram as crises no interior do bloco hegemônico do governo de FHC, especificamente quanto à distribuição do volume de recursos econômicos que acabaram por afetar vários segmentos socioeconômicos, a exemplo da fragilização

da economia nacional diante da economia internacional, recorrendo diversas vezes ao sistema financeiro internacional para cobrir déficit externo em função dos altos juros da dívida externa, inclusive com desvalorização da moeda em aproximadamente em 50% em fins de janeiro de 1999.

Ocorreram baixas taxas de crescimento do produto interno bruto, elevação dos índices de desemprego, elevação do endividamento público interno, déficit da previdência pública e privada. Diante desse quadro o Estado reorientou suas políticas públicas minimizando sua atuação empresarial através do processo de privatizações, atuando apenas como órgão normativo e de controle, se restringindo apenas às atividades de compra de bens e serviços, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso de empresas estrangeiras a empréstimos e financiamentos fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), favorecendo empresas multinacionais em setores estratégicos como o setor da indústria automotiva e de telecomunicações, em detrimento às empresas nacionais e locais.

Ao longo do primeiro mandato de governo de FHC, que se estendeu de 1995 a 1998, o que se pôde perceber foi uma política marcante de reenquadramento dos Estados na questão do equilíbrio fiscal pela esfera Federal, ainda num grande processo de centralização, pois o processo macroeconômico estabelecido durante a implantação do Plano Real, as condições financeiras dos Estados entraram em profundo desequilíbrio. Corrosão de despesas, estagnação das receitas que não se ampliaram, perda de valores de operações financeiras, elevadas taxas monetárias de juros com sobrevalorização cambial, agravando o endividamento dos Estados, agravamento este que acabou por exigir uma nova e complexa política de reestruturação para saneamento dessas dívidas. (KUGELMAS, SOLA, 1999)

Sob a tutela do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual decidiu transformar a Secretaria da Presidência e a Secretaria de Administração Federal, no Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o qual tinha por objetivo reformar o Estado brasileiro.

Para o exercício do cargo de Ministro, assumiu o Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira, que, ao se ocupar da reforma administrativa, também empreendeu reformas constitucionais, a exemplo da reforma fiscal, reforma da previdência social e a eliminação dos monopólios estatais, propondo, inclusive, flexibilizar o estatuto da estabilidade dos servidores públicos. Nesta perspectiva e com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), buscou-se instalar uma nova forma de

organização dos aparelhos do estado, estruturando os sistemas dentro de uma administração pública menos burocrática e mais gerencial. A reforma tornava o Estado mínimo em sua atuação efetiva, na alegação de se tornar, também, mais eficiente e com maior possibilidade de atendimento às demandas sociais.

Esse Estado mínimo, segundo os neoliberais, tinha por responsabilidade garantir os direitos de propriedade e os contratos, retirando-se dos processos da economia e do mercado. Na análise de Pereira (2001), esta concepção estava equivocada, pois o estado mínimo não apresentava legitimidade política. O papel estratégico das políticas públicas no capitalismo contemporâneo era muito extenso e não poderiam ser substituídas apenas pela coordenação do mercado. Na concepção da autora a crise do Estado se dá por uma crise fiscal, crise de *modus operandi* de intervenção estatal e crise da forma burocrática em que o Estado é administrado.

Afirma Pereira

A reforma provavelmente significará reduzir o Estado, limitar suas funções como produtor de bens e serviços e, em menor extensão, como regulador, mas implicará provavelmente em ampliar suas funções públicas não-estatais para realização de atividades nas quais as externalidades ou direitos humanos básicos estejam envolvidos necessitando serem subsidiados, e em dotar o Estado de meios para que se possa apoiar a competitividade internacional das indústrias locais (2001, p. 6).

No processo de reforma do Estado deve-se considerar a estrutura de setores capazes de contribuir efetivamente para atuação de um Estado eficaz. Um “núcleo estratégico” onde se definem leis, seu cumprimento enquanto realização de políticas públicas; “atividades exclusivas”, as quais envolvem o poder do Estado no cumprimento e fiscalização das políticas públicas através de suas agências de regulação e controle. Os “serviços não exclusivos”, aqueles que o estado provê, e não necessariamente somente pode ser oferecido por ele, mas também pelo setor privado e pelo setor público não estatal, a exemplo dos serviços de educação, saúde, pesquisas dentre outros e por fim, “setor de produção de bens e serviços” constituídos pelas empresas estatais (PEREIRA, 2006).

Destacamos aqui o setor de “serviços não exclusivos” do Estado, visto que este setor, segundo Pereira (2001, p. 16) pode ter o controle do Estado, pode ser privatizado e, ainda pode ser financiado pelo Estado e controlado pela sociedade. Estes serviços podem ser realizados por organizações de natureza pública, porém não-estatal, chamadas no Brasil como “Organizações Sociais”. Os objetivos deste

setor foram apresentados no Plano Diretor de Reforma do Estado brasileiro (1995, pp. 46-47), a saber:

- Transferir para o setor público não estatal estes serviços, através de um programa de “publicização”, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária;
- Lograr, assim, uma maior autonomia e uma conseqüente maior responsabilidade para os dirigentes desses serviços;
- Lograr adicionalmente um controle social direto desses serviços por parte da sociedade através dos seus conselhos de administração. Mais amplamente, fortalecer práticas de adoção de mecanismos que privilegiem a participação da sociedade tanto na formulação quanto na avaliação do desempenho da organização social, viabilizando o controle social;
- Lograr, finalmente, uma maior parceria entre o Estado, que continuará a financiar a instituição, a própria organização social, e a sociedade a que serve e que deverá também participar minoritariamente de seu financiamento via compra de serviços e doações;
- Aumentar, assim, a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor.

Aponta, ainda, o Plano Diretor a forma de transferência das atividades não exclusivas do Estado para o setor público não estatal, através das Organizações Sociais e Publicização (115, pp. 60-61), apresentando objetivo, conceito e dimensões.

- O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não estatal;
- Entende-se por “organizações sociais” as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária;
- As organizações sociais terão autonomia financeira e administrativa, respeitadas condições descritas em lei específica como, por exemplo, a forma de composição de seus conselhos de administração, prevenindo-se, deste modo, a privatização ou a feudalização dessas entidades. Elas receberão recursos orçamentários, podendo obter outros ingressos através da prestação de serviços, doações, legados, financiamentos etc.;
- As entidades que obtenham a qualidade de organizações sociais gozarão de maior autonomia administrativa, e, em compensação, seus dirigentes terão maior responsabilidade pelo seu destino. Por outro lado, busca-se através das organizações sociais uma maior participação social, na medida em que elas são objeto de um controle direto da sociedade através de seus conselhos de

administração recrutado no nível da comunidade à qual a organização serve. Adicionalmente se busca uma maior parceria com a sociedade, que deverá financiar uma parte menor, mas significativa dos custos dos serviços prestados;

- A transformação dos serviços não exclusivos estatais em organizações sociais se dará de forma voluntária, a partir da iniciativa dos respectivos ministros, através de um Programa Nacional de Publicização;
- Terão prioridade os hospitais, as universidades e escolas técnicas, os centros de pesquisa, as bibliotecas e os museus;
- A operacionalização do Programa será feita por um Conselho Nacional de Publicização, de caráter interministerial.

Essas organizações são constituídas a partir de contratos de gestão, os quais estabelecem a provisão de recursos com pessoal, com material e com o financeiro, a partir de metas definidas e indicadores de desempenho. Nesse quadro fez-se necessária a criação de um marco legal e jurídico, que culminou na promulgação da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, oportunizando/obrigando àquelas organizações obter vantagens fiscais no desenvolvimento de suas ações de natureza econômico-financeira, o que repercutirá na identidade e perfil daquelas organizações, pois passarão a assumir as funções do Estado, adequando-se e colaborando, fortalecendo a lógica do capital, participando da esfera pública, embora sendo denominada de “natureza não estatal”. (BRASIL, Congresso Nacional, Brasília, 1999)

Nos anos que se seguiram, considerando que alguns artigos e incisos da citada Lei precisavam de regulação, foram construídos alguns documentos legais, e seu conjunto é chamado de “Marco Regulatório”. Estes orientam os caminhos para obtenção de recursos junto ao Estado e a outras organizações e ou Instituições nacionais e internacionais. Nos “marcos” encontram-se, ainda, orientações para a concepção de projetos em conteúdo e forma, bem como condução de ações junto a grupos e ou comunidades, algumas vezes eleitas pelo Estado, o que condiciona a organização a realizar projetos específicos com a possibilidade de garantia para obtenção dos recursos. Wolffenbüttel conceitua e define marco legal como

Conjunto de normas, leis e diretrizes que regulam o funcionamento dos setores nos quais agentes privados prestam serviços de utilidade pública. A regulação é sempre feita por um organismo independente com condições de defender os interesses dos cidadãos, do governo e das empresas concessionárias que obtiveram o direito de explorar o setor. O marco regulatório é responsável pela criação de um ambiente que concilie a saúde

econômico-financeira das empresas com as exigências e as expectativas do mercado consumidor. Além de estabelecer as regras para o funcionamento do setor, o marco regulatório contempla a fiscalização do cumprimento das normas, com auditorias técnicas, e o estabelecimento de indicadores de qualidade. A criação de um marco regulatório claro e bem concebido é fundamental para estimular a confiança de investidores e consumidores e para o bom andamento do setor. (2006, p. 01)

Nota-se claramente que a institucionalização de “marcos regulatórios” é uma forma de adequar e enquadrar as diversas organizações e instituições à lógica de mercado, de forma a monitorar e controlar suas ações como estratégia de dominação e controle dentro da sociedade, garantindo, de forma legal e jurídica institucionalizada, o comportamento funcional desejado, ou seja, atendimento ao mercado e ao sistema de consumo.

O espraiamento do ideário e das estratégias neoliberais impostas ao Brasil, a partir da década de 80, em suas investidas de reforma do Estado, quanto a sua minimização e desresponsabilização de funções político-sociais exclusivas, exigiu na década de 90, uma série de Leis e Decretos para regulação da relação entre Estado e Sociedade Civil. A Constituição Federal de 1988 (CF 1988), precisamente em seus Arts. 194 afirma que *“A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”*. No seu parágrafo Único, diz que *Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em objetivos, expressos em incisos que, para efeito de nossa Tese, destacamos alguns:*

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

(...)

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, (...).

A análise do texto da Carta Magna expressa claramente a responsabilidade do Estado, quanto ao que a CF de 1988 cunhou como Seguridade Social, trata-se pois, que no âmbito do poder público, deve haver ações integradas para garantir os bens e serviços à população, principalmente das classes pauperizadas,

independente de convicções ideológicas reativas a oposições, impregnadas em seus processos hegemônicos de governo. Tal fato precisa ser assegurado, assim delinea os princípios da Carta Magna ao conferir objetivos de forma normativa quanto aos princípios de universalidade, uniformidade e equivalência, seletividade e distributividade, diversidade e o caráter democrático e descentralizado a ser desenvolvido pela administração pública.

Cabe então atender os atos dos cidadãos brasileiros com equidade, cumprindo a obrigação de financiamento da seguridade social, ofertando o acesso com qualidade à população brasileira, sem risco de provocar estados de vulnerabilidade social e de aguda pauperização. A assertiva confronta as perspectivas do ideário e das políticas neoliberais, no que concerne a minimização do Estado e da desresponsabilização do mesmo frente às manifestações de questão social.

Assim, todas as esferas públicas, União, Estado e Municípios, a partir da arrecadação de receitas e das contribuições sociais e trabalhistas garantem os direitos determinados constitucionalmente. Em seu processo de regulamentação visto que a Carta Magna, ou seja, a Constituição Federal de 1988, pela sua natureza principiológica, muitas Leis e Decretos ao longo da década de 90 foram promulgados, as quais na relação entre Estado e Sociedade Civil, o ente normativo buscou o consentimento das classes sociais para a efetividade e implementação de suas políticas normativas.

Logo em 1991, a Lei 8.212, de 24 de julho, instituiu a Lei Orgânica da seguridade Social, a qual apenas reafirmou os princípios constitucionais, estabeleceu o orçamento da seguridade social, centralmente a partir das receitas da União e de outras contribuições sociais. No mesmo ano é promulgado o Decreto 356, minimizando a responsabilidade de cobertura da Seguridade Social pela União, começando o processo de desresponsabilização do Estado quanto à ação social. (MONTAÑO, 2010, p. 201).

Já em 1993 a Lei 8.742, revisada na Lei 9.720 em 1998, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é determinado que a assistência social é *direito do cidadão e dever do Estado*, o qual tem por obrigação constitucional garantir um “mínimo social” em atendimento às necessidades básicas, através de ações integradas entre o poder público e a sociedade. Seguindo a rota das regulamentações na década de 90, podemos considerar que o final do primeiro e

início do segundo mandato do Governo FHC, precisamente entre os anos de 1998 e 1999, foram bastante férteis, no que refere a processos de regulamentação sobre a atuação de diversas Organizações da Sociedade Civil em sua relação com o Estado, enquanto poder público de uma esfera altamente política.

Segundo Montañó (2010, p. 203) podemos destacar a Lei 9.608 de fevereiro de 1998, que versa sobre o serviço voluntário, determinando que esse serviço não gera vínculo empregatício, obrigações trabalhistas nem previdenciária. Lei 9.637 de maio de 1998, que qualifica a natureza jurídica das Organizações Sociais como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, transferindo as atividades estatais de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ambiental, à cultura e a saúde para a ação e articulação do setor privado.

E finalmente a Lei 9.790 que também qualifica institucional e juridicamente como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIP). Por se tratar de um documento legal mais detalhado quanto às competências e atribuições das Organizações da Sociedade Civil, reverberando quanto à proposta de investigação de nossa Tese, faremos um destaque especial da referida Lei, com análise de alguns artigos, incisos e alíneas constantes, na perspectiva de oferecer ao leitor, como o referido documento expressa os princípios, valores e convicções ideológicas e hegemônicas do ideário neoliberal, regulamentando a relação entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil, assumidos com efetividade na sua implementação nos dois mandatos do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma vez explicitada a qualificação institucional e jurídica das Organizações da Sociedade Civil, na análise da Lei das OSCIP, merece destaque o seu Art. 3º e alguns incisos, por estabelecer o princípio de Universalização dos serviços prestados pelas Organizações qualificadas, considerando seus objetivos sociais e estabelecendo finalidades para aquelas.

Primeiramente seu *inciso I* sobre a finalidade da *promoção da assistência social*, já mantida pela CF de 1988, como um dos tripés da seguridade social, pois autoriza aquelas Organizações uma penetração mais efetiva no atendimento às necessidades básicas do cidadão, possibilitando sua ampliação na sociedade, tendo apoio do poder público, em geral acesso de captação de recursos, para a realização da finalidade; o *inciso VIII*, quando trata da finalidade de *promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza*, inciso este que

apresenta uma íntima conexão com o *inciso IX* sobre a *experimentação, não lucrativa de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito*. Esses incisos demonstram claramente a intenção do Estado neoliberal, no sentido de, mesmo com objetivos e finalidades sociais, as Organizações da Sociedade Civil precisam apresentar uma parcela de contribuição para o crescimento e desenvolvimento econômico, visto que quando estabelece a finalidade também de novos modelos sócios produtivos” e “sistemas alternativos de produção”, as Organizações estarão alimentando as perspectivas de giro de capital, alimentando o sistema financeiro de um modo alternativo às contribuições formais, estimulando o desenvolvimento de Mercado.

Ressalte-se o Parágrafo Único do referido Art. 3º, in verbis: *Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins*. Com efeito a atuação das Organizações está condicionada a doações, sejam elas, físicas, humanas e financeiras, retirando assim a obrigatoriedade de investimento e ou financiamento por parte do Estado em gradativo processo de desresponsabilização. Ademais as Organizações da Sociedade Civil, estão sob controle institucional e jurídico do Ministério da Justiça, conforme rezam os Art. 5º, 6º, 7º e 8º, seus parágrafos e incisos respectivos.

Merece ainda maior destaque, o capítulo II da Lei 9.790 de 1999, precisamente dos Art. 9º ao 15, com seus respectivos parágrafos e incisos, pois trata de instituição de um instrumento de controle, para efeito de fiscalização e avaliação, enquanto documento de vínculo de cooperação, na relação entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil, para a realização de seus objetivos e finalidades no processo de execução de atividades de interesse público, conforme os Arts. 9º e 10 da citada Lei, in verbis: *Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei*.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

O sistema de controle, fiscalização e avaliação de desempenho das Organizações da Sociedade Civil por parte do Estado, está explícito nos seguintes parágrafos e incisos a partir do Art. 10:

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou

causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores sequestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

A análise desses artigos e seus desdobramentos legais nos permite afirmar que há um forte processo de controle e fiscalização, por parte do poder público (Estado), explicitada no texto da Lei. Tal afirmação é corroborada quando a lei trata de termos inerentes à gestão das empresas e sua atuação no mercado, a saber: especificação clara e objetiva do “objeto de trabalho” das Organizações para uma avaliação autorizativa e criteriosa se realmente o objeto definido é de “interesse público”, o qual determinará ou não a parceria; o estabelecimento e perseguição rigorosa de “metas e resultados”, com “prazos” estabelecidos em cronograma, critérios estes que podem condicionar as novas ofertas de parceria, caso sejam atingidos e cumpridos; critérios de “avaliação de desempenho”, mediante estabelecimento de “índices de resultados”; controle das “remunerações e

benefícios” de gestores e técnicos que atuam nas atividades das Organizações; apresentação a órgãos do poder público de relatórios e prestação de contas sobre a execução das atividades, evidenciando o cumprimento de metas e resultados alcançados, relatórios estes sujeitos a avaliação por parte de comissão mista composta pelo poder público e por agentes da Sociedade Civil, enquanto representantes de Conselhos.

Esta forma de controle e fiscalização demonstra que o Estado faz a transferência de aspectos e critérios da dos princípios de organização da administração empresarial, consignadas pela lógica de mercado, seja por “Contratos de Gestão”, conforme a determinação da Lei 9.637 de 1998, seja por “Termos de Parceria” conforme a presente Lei, por ora analisada, seja pelo processo de “isenção de impostos”, ou também “renúncia fiscal” por parte do Estado, estratégias estas assumidas desde a década de 80 e fortalecida na década de 90, por organismos e agências internacionais de cooperação, inclusive de Organizações Não Governamentais Internacionais, para a regulação das atividades das Organizações da Sociedade Civil, conforme orientações neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A relação estabelecida nestes termos acabou por afetar as políticas sociais, muitas delas, por efeito de descentralização para Estados e Municípios, sofreram grandes impactos no que se refere aos investimentos para sua execução. No primeiro período do governo de FHC, ao observar com uma lente mais cristalina, podemos perceber muitas contradições entre as políticas de desenvolvimento e de estabilidade econômica e a promoção de políticas para o desenvolvimento social do Brasil. O fato se expressa com o aumento da taxa de desemprego, fruto da recessão econômica e dos constantes cortes de recursos para investimento na área social, na maioria das vezes recomendadas pelos organismos internacionais e ou agências multilaterais, em nome da necessidade do equilíbrio fiscal da União, Estados e Municípios.

Em face destas recomendações, concretamente, foram realizadas reformas e implantação de mecanismos de regulação no sistema de proteção social, de programas sociais, inclusive deslocando seu vínculo constituinte que, anteriormente estava centrado nas relações de trabalho e, a partir desse período, passou a ser vinculado à questão da renda, descaracterizando assim a lógica constitucional de

proteção social transferindo-a para seguridade social Assim, a questão social no governo de FHC, foi reduzida à questão da pobreza, por consequência, as políticas sociais, vista enquanto serviço público de responsabilidade do Estado, se tornou cada vez mais dependente dos poucos recursos destinados para a referida área. Neste sentido assegura Cohn

No caso brasileiro, a insuficiência de recursos para cobrir as necessidades sociais, respeitando os direitos universais dos cidadãos (...) erige-se o postulado da ineficiência intrínseca do Estado na área social e a exigência de se buscar novos modelos de solidariedade social que permitam ao Estado ver-se aliviado de tamanha responsabilidade de ser o provedor dos direitos sociais básicos dos cidadãos brasileiros. (1999, p. 188).

As condições postas corroboram com os postulados do projeto neoliberal, visto o discurso de insuficiência de recursos para investimentos na área social, com estabelecimento de prioridades no crescimento e desenvolvimento econômico, discurso este que recaiu num grande e atual debate sobre o econômico, o político e o social, na perspectiva de elucidação das relações entre eles, evidencia a natureza dessas relações e a busca de superação das contradições que os cercava, enquanto movimento hegemônico e ideológico sobre as políticas sociais, minimizando direitos, a partir da lógica de um Estado mínimo, incapaz e ineficiente para gerir as políticas públicas e sociais e assegurar os direitos das classes mais pauperizadas. Serra (2000) ao analisar o documento do IPEA (1997), frente a Constituição de 1988, e sobre os direitos sociais quanto à primazia do Estado na condução da política de assistência social, destaca os mecanismos a serem tratados pela agenda pública:

- 1) reforço da seletividade e focalização em atendimento a setores mais vulneráveis e espacialmente localizados;
- 2) combinação de programas universais e seletivos, rejeitando-se a oposição universalismo *versus* seletividade centrando-se no caráter de complementaridade entre as dimensões desses programas entre si;
- 3) programas de renda mínima – as transferências necessárias para famílias carentes acopladas a rendimentos escolares ou saúde dos filhos menores;
- 4) parceria público/privado no sentido de estimular a ampliação dos setores privados e organizações não governamentais, na oferta de serviços sociais

- 5) ampliação de programas de tipo produtivo, tendo em vista contribuir para o reforço da capacidade e da produtividade dos segmentos pobres na geração de renda.

As políticas sociais estavam centradas num processo de combate à pobreza e não sobre a superação da mesma, vinculadas aos limites impostos pela questão econômico-financeira do Estado, bem como as estratégias de focalização direcionadas a determinados grupos sociais, a exemplo do desafio para universalização, tanto da política da educação quanto da política da saúde. (COHN, 1999). Cohn (*ibidem*) ainda assegura que no período do Governo de FHC, houve a conformação de um sistema duplo de proteção social traduzidos em potencialidades de níveis de renda, com capacidade contributiva e os segmentos excluídos no processo de globalização, com um certo nível de acesso a serviços sociais, financiados com recurso orçamentários, ou seja um sistema público, e um sistema privado, subsidiado pelo Estado, em políticas de renúncia fiscal, destinados a grupos sociais com grande poder econômico.

O governo criou novas formas de gestão para as diversas Instituições respondentes através dos aparelhos hegemônicos e ideológicos do Estado, instituindo as chamadas Organizações Sociais, as quais foram constituídas como parte da reforma administrativa do Estado, fortalecendo o princípio de minimização e de desresponsabilização do Estado atribuindo ao mercado a apropriação pela produção de serviços sociais. Behring faz um balanço da situação da seguridade social no governo FHC e considera que

O ataque à seguridade social passou também pela política de abertura econômica, no que diz respeito a baixar o 'custo Brasil', de uma força de trabalho que é das mais baratas do mundo – em termos de salários indiretos / direitos sociais, para que unidades produtivas transnacionais se instalassem no país com mais facilidade. (...) desde 1994, mas, sobretudo, do final de 1998 (...) houve uma tentativa incansável do governo federal, com amplo espaço na mídia, de demonstrar que o ajuste fiscal, em curso (naquele período) não iria atingir os mais pobres, e de que houve uma forte preocupação com a área social embutida nos termos do acordo do FMI de 1999, a partir da inserção recente de salvaguardas sociais. (2008, pp. 162,163).

No que concerne às políticas sociais, o ideário e as políticas neoliberais, trouxeram consequências desastrosas, embora em todo o seu discurso, e a todo momento, conforme afirmado por Behring, as expressões da questão social estavam sendo consideradas pelo governo FHC, resguardadas dos impactos dos ajustes

ficiais e políticas de reformas neoliberais. O que se pôde notar, é que, naquele período, houve grande aumento das taxas de desemprego, aumento da pobreza, com privatização de serviços públicos e negação de direitos sociais.

Behring (2008, p. 197), numa crítica preliminar à concepção de 'reforma' do Estado, esclarece que há uma concepção centrada em aspectos unilaterais e monocausais da crise. "Afirma a autora que, na realidade, as mudanças propostas tratam de uma reação do capital quanto à "refuncionalização" do Estado, correspondendo às transformações no mundo do trabalho e da produção, da circulação e da regulação". Isso em função da localização do país no mercado mundial, a correlação de forças entre as classes sociais, a cultura política, as escolhas dos segmentos que detêm a hegemonia, dentre outras mediações (BEHRING, 2008, p.197). A crítica é pertinente, qualificando-se como uma nova ofensiva do capital, num processo de reinvenção, buscando assegurar sua hegemonia, na perspectiva de refrear e minar os campos e focos de resistência, a exemplo dos enfrentamentos por parte da classe trabalhadora e de organizações da sociedade civil organizada.

4.2 Bahia neoliberal: às suas ordens, Senhor!

As opções da política econômica e social assumidas pelo governo federal, ao longo do período do governo de FHC, obrigaram as Unidades Federativas, Estados, a corroborar com os mesmos princípios neoliberais em suas políticas internas, como forma de adequação e contribuição ao pacto federativo, buscando assegurar a sustentabilidade econômica e política, como forma de manutenção do seu poder político. Diante do fato, é preciso ressaltar que, cada Estado, considerando suas características históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais incorporou os ditames neoliberais ao seu modo, fato este, que algumas vezes, apesar de muitos esforços e a custo de esfacelamento do próprio Estado e até mesmo sua desestrutura, a exemplo dos altos índices de desemprego, aumento das desigualdades sociais, desequilíbrios e instabilidade das bases econômicas, acabaram por não alcançar os resultados esperados e pré-definidos nas estratégias e políticas do ideário neoliberal.

Na perspectiva de apontar os efeitos e impactos nos Estados, visto o foco da presente Tese, centraremos nossa análise quanto as políticas econômicas e sociais implantadas no Estado da Bahia, o qual numa dimensão política e ideológica de estrutura de classes, e, em função de sua cultura política, apresentou-se numa condição pouco efetiva, na perspectiva dos resultados propostos para política federal do governo de FHC. Para tanto se faz necessário compreender as dimensões sociais da Bahia a partir de seus primórdios.

Desde os tempos coloniais do Brasil, o Estado da Bahia foi se configurando como um espaço de lutas e de representação política e social determinante para a população brasileira. A forma de condução da política colonial estava concentrada sob um poder de uma Metrópole presa ao passado europeu, estagnada num processo político e econômico sobre o qual se assentava sua decadência diante de outros países, a exemplo da Inglaterra e da França. As estruturas de poder ali montadas e transferida à colônia, ainda apresentava bases feudais, inclusive em sua estrutura social. O processo histórico da Bahia, em muitos momentos, desde o período colonial, se concentrava na possibilidade de enfrentamento e resistência aos modos impostos pela metrópole portuguesa. Nos movimentos políticos, como a Inconfidência Mineira, Conjuração dos Alfaiates e a Revolução Pernambucana se configuravam a luta pela ruptura com a política de dominação da colônia, na busca da liberdade e de igualdade social. (PINHEIRO, 1999).

Mesmo na fase do Império a Bahia, com movimentos populares, de classes profissionais e de classe política a exemplo da Oligarquia se fez presente nos movimentos pela independência, contribuindo significativamente para estruturação do regime político a ser estabelecido no Brasil independente. Não obstante sua participação e apoio, a Bahia, em seu contexto oligárquico, em busca da manutenção de sua autonomia e assegurar o seu poder político, apresentou algumas resistências à política federal, inclusive àquelas que se manifestaram por intervenções militares em seus domínios. Vários movimentos de resistência foram desencadeados ao longo do início do Século XIX, a exemplo da Revolução Federalista de 1832-1833 e a Sabinada em 1837.

No entanto, apesar do protagonismo de grande relevância nos movimentos para a emancipação política do Brasil, a Bahia na segunda metade do Século XIX, e por forte influência de sua estrutura política centrada numa classe política de poder dominante, a Oligarquia, apresentava-se contaminada com forte grau de um

passado tradicional, onde havia grande concentração de riquezas, fruto da política econômica da antiga colônia, estagnada e isolada das perspectivas de desenvolvimento político e econômico nacional e assegura Pinheiro

A Bahia, a partir desta estagnação, entrou num processo de profunda recessão política. Perdeu de forma significativa o papel de vanguarda dos movimentos político que teve antes. (...) Já nas últimas duas décadas do império, o Brasil foi sacudido, principalmente no centro-sul, por campanhas políticas que visavam operar importantes transformações no país. (...). a Bahia não tem nenhum envolvimento importante nestas campanhas, nem nos seus problemas. Aliás a oligarquia baiana é profundamente escravista. Ela é defensora unânime do *status quo*. (...) A Bahia no final do império (...). Está atrasada em relação à contemporaneidade republicana, que já se impõe. (1999, pp. 57-58).

Nota-se que a grande questão da estagnação do Estado da Bahia, na sua retirada dos movimentos políticos e sociais, esteve sob os auspícios de classe dominante, detentora do poder político durante muitos séculos, a qual, a todo momento criou mecanismos de retenção por interesses privados, buscando garantir a perpetuação no poder, como forma de manutenção da hegemonia, enquanto classe dominante, para o controle do poder político, econômico e social. Esta oligarquia, gradativamente, ia perdendo o poder econômico e cada vez mais, na possibilidade de assegurar seu *status quo*, se apegava ao poder político, infroando-se nas estruturas do Estado, estabelecendo formas de clientelismo, já praticadas no passado. Assim tudo permanecia como antes, seu poder se espalhava por todos os segmentos sociais, forma esta que assegurava sua perpetuação no poder.

Essa mesma oligarquia se posicionou contra os movimentos republicanos, apoiando a monarquia, inclusive assegurando aos monarquistas uma jurisprudência que fortalecia as posições advindas dos mesmos. Reforça-se assim, a ideia de que para a oligarquia baiana, a qual representava a elite, precisava assegurar seus privilégios na manutenção de seu poder diante de outros. Alguns homens dessa classe, acabaram por aderir os ideais republicanos logo após a promulgação da República, porém em sua maioria, manteve a Bahia isolada do processo e nos primeiros anos da República o estado ainda se encontrava isolado do projeto político nacional, e, essa grande parte da elite oligárquica buscou manter o poder entre si, como uma espécie de privatização do aparato do Estado. Pinheiro (1999, p. 62) reforça, afirmando que “o poder na Bahia da primeira república circula entre os grupos. É uma referência para eles. Começa e se esgota dentro da mesma classe que os detém”.

Na fase da Revolução de 30 a Bahia continuava em seu processo de estagnação, centrada no poder dos coronéis, expressivamente da elite rural, com um Estado apático, pautado nas relações de clientelismo; continuava um tanto isolada do projeto nacional. Nesse mesmo período, vai se desenvolvendo uma nova ideologia, que já se apresenta com forte ideal americano, centrado no papel do estado enquanto ente interventor. O governo da Bahia nesse período desenvolve algumas ações criando programas para fortalecer as políticas econômicas e financeiras do Estado, a exemplo do programa de criação de autarquias destinado à defesa e incentivo às atividades da lavoura cacaueteira e do fumo.

No que se refere à questão social, a década de 30, representou um período de políticas sociais fragmentadas e assistencialistas, num largo processo de descentralização com referência a uma legislação desconecta das necessidades humanas como saúde, habitação, educação e previdência social. Tal efeito capitaneado pelo Estado de caráter patrimonialista e corporativista, considerando sua relação com os trabalhadores em sua maioria atuantes na zona urbana do Brasil.

Já em fins dos anos 30 e na primeira metade da década de 40, foram planejadas, implementadas e executadas outras ações em nível federal que ajudaria no desenvolvimento das matrizes econômica e financeira como ao criação do banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas Brasileiras S/A. (MIDDLEJ apud ORTEGA, CERQUEIRA, SILVA, 2016, p. 56). Mesmo considerando os avanços ocorridos nesse período, os grupos hegemônicos da Bahia estavam insatisfeitos, pois ansiavam por um maior desenvolvimento urbano e industrial e o Estado continuava com uma forte característica agrária.

Nos anos 50 vê-se na Bahia, uma sociedade mais desenvolvida e complexa, surgem novos centros urbanos além de Salvador, no âmbito da indústria petrolífera, está um número grande de trabalhadores, muitos deles engajados politicamente em sindicatos, embora no Estado ainda permanece uma estrutura carente, atrasada, com trabalhadores sem qualificação adequada ao desenvolvimento da indústria, falta de incentivo ao desenvolvimento técnico e quase sem nenhuma infraestrutura para o desenvolvimento econômico que já se implementava no país. Nesse período, as políticas sociais continuavam no mesmo perfil das décadas de 30 e 40, sem nenhuma mudança que pudéssemos considerar significativa para melhoria da qualidade de vida da população brasileira e quiçá do Estado da Bahia.

Nesse período da década de 50 ainda foram criados na Bahia o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (CONDEB), o qual tinha uma natureza política e que contava com a participação de algumas instituições governamentais; foi criada também uma Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), a qual tinha por função estudar e apresentar alternativas para o desenvolvimento do Estado da Bahia, através de programas e projetos capazes de superar o atraso do Estado. Esse sistema de planejamento oportunizou uma alavancagem no crescimento da economia baiana. Em fins da década de 50 a Bahia instituiu o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB) para combater a seca e contribuir para a mudança na economia baiana, dentro de um projeto que modificasse o perfil da sociedade baiana, de uma sociedade oligárquica a uma sociedade capitalista industrial, embora o ponto de concentração industrial tinha como polos a Região Metropolitana de Salvador (RMS), o que se seguiu ao longo da década de 70.

Até a primeira metade da década de 60, ocorrem alguns avanços tímidos nas diversas manifestações da questão social no Brasil. Porém nesse período também há de considerar que, no campo dos movimentos, mobilizações e de organização política e sindical, houve uma significativa participação da população urbana, embora o fator de crescimento econômico tenha agravado a concentração de renda nas mãos de poucos, em geral da elite política e econômica, com altos custos sociais que eram assumidos através de práticas assistencialista. Neste período da administração militar, esse caráter foi fortalecido, considerando que não foi permitido nenhum avanço e ou transformação do estágio político e social no Brasil. Tal fato coadunava com a sociedade baiana, ainda de natureza oligárquica, centrada em seus “feudos” político, partidários e eleitorais. Portanto os princípios estabelecidos pelo movimento militar de 64, não encontrou nenhuma resistência expressiva no Estado da Bahia, vez que esse Estado era centralizador e autoritário (Pinheiro, 1999).

Ao longo da década de 70, o que se pode ver foi um caminhar desenfreado da corrupção, da fragilidade da hierarquia administrativa e do profundo clientelismo. Nesse período se acentuava os baixos indicadores educacionais representados pelo fracasso de políticas de erradicação do analfabetismo, insuficiência de oferta de vagas, baixa produtividade escolar, além do insuficiente acesso a saúde, da baixa efetividade da política de habitação (BAPTISTA, 2006, p. 96). O Estado, preocupava-se mais em desenvolver seu papel de investimentos, relegando os problemas

sociais que vinham se acentuando no Estado. Assim afirma Ortega, Cerqueira e Silva, com base no pensamento de Silva, Souza e Alves, em relação ao papel do governo do Estado da Bahia

O governo Estadual também assumiu o papel de investidor em grandes empreendimentos, e o governo federal participou por meio das agências de fomento. O Estado promoveu a construção e/ou ampliação de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos e energia), a qualificação de mão de obra, ações concentradas na região litorânea e na região metropolitana de Salvador (RMS) acirrando as desigualdades econômicas e sociais da Bahia. (2016, p. 61)

Esse processo foi corroborado pelos interesses das elites baianas, agora qualificadas pelo poder econômico e pelo poder político que detinham, embora em seu estágio de desenvolvimento o Estado não conseguiu se desenvolver suficientemente, capaz de construir novas relações sociais mais condizentes com a realidade iminente. No campo das políticas sociais, podemos destacar que houve pequena melhora, pois a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), aumento de acesso quantitativo em educação, saúde e habitação, embora não se configuraram como uma política de Estado.

Contudo, ao final da década de 80, a Bahia continuou com suas formas arcaicas de relações de poder junto às comunidades, num largo processo de desorganização e de ineficiência quanto a questão dos altos índices de desigualdades, muito mais por iniciativas privadas, colocando sua população à margem do processo e desenvolvimento econômico e social brasileiro, em alto grau de dependência e em situação de extrema pobreza.

A aguda crise econômica que assola o país no início da década de 90 apresenta-se como principal foco de atenção por parte do governo e as políticas sociais, entram em quase que abandono total. A grande preocupação estava no processo de reconstrução do estado, de seu papel e função diante da política externa internacional de cunho financeiro. Assim a preocupação se centrou na descentralização administrativa. Os anos se iniciam com forte e incisiva implantação de estabelecimento de políticas econômicas de natureza neoliberal, traduzidas em processos de desregulamentações, privatizações e convocação da sociedade civil para maior ação na sociedade no que se referia às políticas sociais.

Na segunda metade da década de 90, a Bahia voltou a crescer economicamente, atingindo uma performance muito positiva neste aspecto, pois no

que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, houve um aumento de 27,3%, maior que o PIB nacional que teve crescimento de 23,5%. (Relatório SEI-BA, nº 59, 2003, p.5). Houve grande estruturação e ampliação no setor industrial, com consolidação de grandes investimentos, diversificação na produção agrícola do Estado, o qual se encontrava em grande crise. Nesse mesmo período, o Estado fez ajustes de natureza administrativa, fiscal e financeira, que geraram recuperação de crédito nacional e internacional na perspectiva de captação de novos investimentos e instituição de programas de incentivos fiscais e financeiros.

Estes avanços no Estado e o crescimento significativo do seu PIB, não contribuíram para mudar o grave quadro social da Bahia, especificamente no que se refere aos aspectos de emprego e renda, visto as dificuldades estruturais impostas pelo modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo Estado na década de 90, determinados em escala nacional, como ajustes macroeconômicos que acabaram por impactar negativamente nos níveis de emprego e renda e na efetividade de execução de políticas públicas na área social.

Assim, o Estado apresentava ao longo da década altos índices de desemprego, alta ocupação de trabalho de natureza precária (sem garantia de direitos trabalhistas, de natureza não formal), pequena melhora não significativa, na distribuição de renda, onde o índice de medida de desigualdades sociais, o Gini, apresentou queda de 3,8%, pois a concentração da riqueza estava nas mãos de 10% da população mais rica em 1999. (Relatório SEI-BA, nº 59, 2003, p.6).

No que se refere à educação, a Bahia continuou como campeã nacional em números de analfabetos; na saúde os coeficientes de mortalidade, com alta incidência de doenças crônico-degenerativas, infecciosas e parasitárias, se agravaram. O mesmo ocorreu com os serviços de infraestrutura básica; mais de 60% dos domicílios, em 1999, não tinham ligação com redes de esgotamento sanitário, tudo isso, fruto das precárias condições de vida da população. (Relatório SEI-BA, nº 59, 2003).

O advento do “Plano Real” tentou aproximar as políticas econômicas às políticas sociais, buscando desenvolver ações que possibilitasse a trabalhadores menos qualificados ter algum ganho para sair da extrema pobreza. Embora o que se pode perceber é que essas políticas sociais eram consequências das prioritárias políticas macroeconômicas como a reforma da previdência social, abertura de novos

mercados com investimentos privados, muitas vezes em função de concessões de “renúncia fiscal”.

Alguns programas foram criados ao longo da década de 90, a exemplo do Programa Comunidade Solidária, a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), o qual tratava da questão do combate à fome, bem como iniciativas propostas para geração de empregos, recuperação do poder aquisitivo dos salários, a partir de eixos como programas de incentivo à produção alimentar, políticas de comercialização agrícola, distribuição e consumo de alimentos e um conjunto de ações emergenciais de combate à fome (Baptista, 2006, p.89). As políticas sociais foram reorientadas para tratar unicamente da questão da pobreza, em largo processo de desregulamentação de direitos sociais.

Na Bahia, estava se iniciando um novo ciclo de desenvolvimento com implantação de Indústrias de produção de bens finais, através de concessão de incentivos fiscais e capitais privados. Os governos da década de 90 buscaram organizar a Bahia em regiões econômicas, considerando seu grau de potencialidade; definição esta que estruturou o Estado da Bahia em 15 regiões econômicas, estas concentradas em critério de cidade de maior porte, com boa atividade produtiva, o qual revelava o potencial econômico da região, num grande processo de seletividade territorial em detrimento de outras áreas, a exemplo do semiárido; isso representou o auto dos índices de desigualdades econômicas e sociais.

Assim vejamos: na educação o quadro não era animador, pois o rendimento e a produtividade no campo escolar eram negativos com altos índices de déficit escolar, rede física de péssima qualidade, alto índice de professores leigos e de analfabetos. Na saúde os índices de mortalidade infantil eram altos, em função de inadequação de serviços hospitalares, falta de saneamento básico, de habitação e problemas de efetividade no que se referia a segurança pública.

Buscava-se a superação da pobreza com criação de cooperativas, serviços de assessoria técnica e outras ações sociais.

Ortega, Cerqueira e Silva corroboram com esta afirmação ao observar nos seguintes dados no período de 2001 a 2006

Em 2001, do total de 3.421.888 famílias baianas, 1.079.112 (31,55%) residiam no meio rural e 2.342.226 (68,45%) residiam no meio urbano. A renda *per capita* média da família baiana era de R\$ 452,12; maior no meio

urbano (R\$ 536,46) e muito menor no meio rural (R\$ 190,04). Na Bahia, o chefe de família possuía, em média, seis anos de estudo; no meio urbano, sete anos; no meio rural, somente três anos de estudo (2016, pp.64-65).

Os dados apresentados pelos autores demonstram a elevada concentração de renda per capita no meio urbano da Bahia no início da década de 2000, evidencia ainda as condições insuficientes de estudo e conseqüente conhecimento escolar das famílias domiciliadas e residentes na área rural, o que demonstra a grave desigualdade entre as populares em suas áreas de sobrevivência. Ressalta ainda os autores, tendo por base a análise de Lacerda (2009) sobre o “Índice Multidimensional de Pobreza – (IMP)”, o qual trata de questões sobre moradia, saneamento, educação, trabalho, renda e demografia, que há grandes distorções entre as diversas áreas do território baiano em 2001.

Na RM de Salvador, a proporção de indivíduos em 2001 era de 30,61%, enquanto nas áreas urbanas não metropolitanas era de 47,53% e nas rurais não metropolitanas, de 66,26%. A proporção de pobres nas áreas urbanas não metropolitana era aquela que mais se aproximava da média do estado, 49,67%. Assim, na visão multidimensional, em 2001, era nas áreas rurais que se concentravam as maiores proporções de pobres do estado, 66,26%, mais elevada do que as estimativas baseadas somente em critérios monetários, 46,95% (Ortega, Cerqueira, Silva, 2016, pp. 64-65).

A afirmação dos dados, de tal monta, explicita o quanto as áreas não urbanas do Estado da Bahia, foram relegadas pelo Estado no que se refere a investimentos sociais para o desenvolvimento da população local. Portanto a definição de áreas por regiões econômicas, demonstravam, assim como na política econômica estabelecida no Brasil, que as políticas macroeconômicas neoliberais não se voltavam, na mesma proporção ao desenvolvimento social, agravando assim a desigualdade e a elevação de altos índices de pobreza e miséria.

5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: ALGUÉM VIU AS ONGS AÍ?

Neste capítulo, apresentamos o processo histórico do surgimento das ONGs, sua evolução e atuação desde a década de 60, destacando os anos 90, quando as ONGs ganham visibilidade no cenário nacional e internacional. O capítulo é central para a discussão da Tese, pois busca retratar as condições sociopolíticas das organizações como meio de luta na sociedade civil, podendo, em determinados momentos, servir como um instrumento de conformação e mesmo como instrumento de resistência ao ideário neoliberal.

5.1. Organizações Não Governamentais (ONGs): caminhos tortuosos, com luzes neon! Esse brilho pode cegar!

Organização Não Governamental (ONG) é uma expressão utilizada desde a década de 40 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esta designaria diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público. A expressão “organizações não governamentais” (ONGs) se acentuou na Europa Continental como maneira de designar instituições que promoviam ações definidas no sistema de representações humanitárias das Organizações das Nações Unidas, através de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento nos países periféricos, nas décadas de 1960 e 1970.

As ONGs, em sua maioria, promoviam e apoiavam financeiramente projetos de desenvolvimento naqueles países, construindo ações, muitas das vezes estruturadas em projetos, estabelecendo parcerias com outras ONGs internacionais, buscando fomentar o surgimento de novas ONGs ou mesmo fortalecer aquelas já existentes nos países classificados como de Terceiro Mundo, geopoliticamente, países em desenvolvimento. Coutinho afirma que

Em primeiro lugar, as ONGs representavam formas de ação política que opunham ao autoritarismo, com formas tradicionais de representação e participação. Em segundo lugar pareciam que eram núcleos de energia social que transcendiam o nível corporativo das suas orientações de ação e destinavam-se a favorecer a participação dos excluídos, dotadas de uma forte identificação com os setores populares, as bases sociais. Em terceiro possuíam uma total autonomia com relação ao Estado; a sua independência do poder político. E por fim sua capacidade de fazer política de uma maneira diferente, (...) com estreita vinculação com os novos movimentos

sociais emergentes (...), portadoras de uma nova cultura política, ante a incapacidade do sistema político de dar respostas às demandas sociais. (1998, pp. 43-44)

A respeito da oposição ao autoritarismo no período da ditadura militar, Fernandes destaca sua dimensão política

Sua origem no período autoritário e seu horizonte internacionalizado numa época de exacerbação dos embates ideológicos globais resultaram numa ênfase na dimensão política das ações aproximando-as do discurso e da agenda das esquerdas. Na América Latina, inclusive no Brasil, é mais abrangente falar-se de “sociedade civil” e de suas organizações. Esse é um conceito do Século XVIII (...). Designava um plano intermediário de relações entre a natureza, pré-social, e o Estado, onde se completaria a socialização pela obediência a leis universalmente reconhecidas. (1994, p. 26)

Essas organizações, como afirma Fernandes (1994, p. 26), foram, durante muitos anos, tidas como “alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda” ou até mesmo frutos de movimentos sociais. Situam-se, frequentemente, enquanto temática das novas relações entre Estado e Sociedade, com funções e papéis diversos, atuando como co-gestoras das políticas públicas e serviços necessários ao bem estar da sociedade. Algumas das Organizações que atuavam na década de 70 realizavam atividades de ação coletiva como campanhas na área de saúde e promoção de cursos profissionalizantes, capazes de contribuir na melhoria das pequenas rendas dos trabalhadores dentre outras formas objetivas para o desenvolvimento e sobrevivência humana com o mínimo de dignidade.

No Brasil, o termo ONG, até a década de 70 não tinha visibilidade, muito menos publicização. Landim (1993) afirma que, nesse período, se estabelecem redes de entidades que buscam dar visibilidade ao “nome”, criando padrões de legitimidade e consolidação de posições sociais. Nesse processo, as regras são interiorizadas, o objeto e a legitimidade das ONGs estavam relacionados aos conhecimentos adquiridos nas relações com as agências internacionais e com redes horizontais nativas. A grande luta por parte dos agentes, considerando o fenômeno ONG, concentrou-se no espaço dos movimentos sociais e das ações do movimento popular, diz a autora.

O Peruano Mario Padron, segundo Landim (1993) foi um dos representantes mais afincos do processo de visibilidade ao termo ONG, dando-lhe uma identidade, estabelecendo um perfil ‘a serviço de movimentos populares’, o qual contribuiu

significativamente para a consolidação e politização das organizações. Nesse período, houve vários revezes quanto à consolidação do nome, outros apareceram como Associações Privadas de Desenvolvimento (APD), embora, no seu desenvolvimento e evolução, foi considerada uma forma particular de ONG, a qual tinha por função o estudo e a execução de programas e projetos de desenvolvimento em países do Terceiro Mundo e a ação direta com os setores populares (LANDIM apud PADRON, 1993).

Os debates do período, especificamente realizados no Encontro de 86, centravam-se em questões de natureza relacional, ou seja, a relação das ONGs com o Estado, com os Movimentos Sociais e com as Agências de Cooperação Internacional. As ONGs, nesta fase, se alocavam no processo de redemocratização da sociedade, enquanto espaço de luta, enquanto contra poder ao regime imposto pelo Estado.

A partir da lógica empreendida pelo Estado, a ineficácia de suas políticas e até mesmo a falta de alcance à população mais carente de serviços públicos, as ONGs são obrigadas a rever seu papel e suas funções, criando mais autonomia numa dimensão mais clara e consolidada enquanto “não governamental” – na luta para atendimento aos interesses comuns das comunidades e sociedade, fortalecendo os movimentos e os princípios democráticos, no contexto e cenário da Sociedade Civil e na conquista de direitos pela Cidadania (LANDIM, 1993).

O “Encontro Nacional de Centros de Promoção Brasileiro”, realizado em 1986 no Brasil, é marco fundacional do termo ONG. A expressão ONG refere-se às organizações de Cooperação Internacional compostas por Igrejas católicas e protestantes, organizações de solidariedade, dentre outras. A construção do nome e sua consolidação enquanto entidades institucionais percorreram um longo caminho no Brasil, especificamente a partir da década de 80.

A coordenação do encontro foi realizada por instituições, também chamadas de Centros, com larga experiência no campo das lutas para atendimento de interesses comuns, a exemplo da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Centro de Estudos pesquisa e planejamento (CENPLA). Em seu primeiro momento, fase preparatória, encontra-se o *Instituto* de Estudos da Religião (ISER) e o *Instituto* de Desenvolvimento e Apoio à Cidadania (IDAC). Nesse encontro participaram mais de 30 entidades brasileiras e mais algumas instituições latino-americanas,

acompanhadas de agências internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a NOVIB/OXFAM Inglesa, estas agências internacionais reforçaram o processo de legitimação do nome ONG, dando a ele visibilidade e publicização a partir do referido encontro (LANDIM, 1993).

A maioria das ONGs é fruto de movimentos sociais estruturados em subconjuntos de organizações, a exemplo dos movimentos de ambientalistas, negros, mulheres, entre outros, que procuraram legitimar suas ações dentro do campo político social do país. Os canais de confiança construídos com as agências internacionais, e os espaços nacionais abertos pela religião tiveram um papel fundamental na formação do campo e corpo das ações das Organizações com objetivo de intensificar os movimentos contra as ditaduras na América Latina. Nas ONGs, há reunião de pessoas ligadas a projetos de intervenção junto a grupos populares chamados “grupos de base”, e têm por objetivo avaliar e discutir as práticas de promoção social difundida de certa maneira dispersa em todo o país (LANDIM, 1993).

Essas Organizações realizavam, e ainda realizam diversos encontros, que em geral, são patrocinados e financiados por outras Organizações Não Governamentais Internacionais, em geral, com sede na Europa, que já desenvolvem trabalhos no país, financiando projetos sociais de natureza assistencial. Esses encontros contam com a participação de agentes de todo o país que trabalham com projetos de intervenção social e, ainda, de algumas agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento.

Os primeiros trabalhos desenvolvidos para atendimento das necessidades da classe pauperizada foram originados em trabalhos de base, sob inspiração do Cristianismo da Igreja católica, em áreas rurais, via o Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS) da Conferência Nacional dos bispos no Brasil (CNBB). (VIEIRA, 2008)

As relações com as Agências de Cooperação Internacional, a exemplo da Organização Internacional do cacau (ICCO – sigla na expressão inglesa), Christian Aid, EZE e PPM, no que se refere ao financiamento das próprias Instituições, ou dos seus programas e projetos, reforçaram as parcerias, embora muitos dos critérios impostos por aquelas agências, tenham se chocado com os critérios concebidos pelas ONGs brasileiras, a exemplo da concepção cultural dos projetos,

documentação de constituição legal das associações comunitárias. Afirma Landim (ibidem) que, ademais, havia problemas quanto à desigualdade entre parceiros, relações ambíguas com negação da natureza das instituições nacionais e com sua política de financiamento, aquelas agências minimizaram custos infra estruturais, salários que acabaram por profissionalizar seus quadros dentre outros.

Na década de 80, os Movimentos Sociais foram perdendo força política e mobilizadora junto às comunidades de base, e nesse espaço, as ONGs surgem realizando trabalhos em parcerias com o Estado e ou empresas, reformulando princípios e modelos de atuação próprios dos movimentos sociais. O foco, na década de 90, passou a se concentrar em 'ecologia', a exemplo da ECO 90, 'democratização', 'diversidade cultural', 'geração de emprego e renda', 'gênero', 'direitos da cidadania', recebendo, inclusive, recursos públicos do Estado para a consecução de seus objetivos, sendo interlocutoras daquele estado e legitimadas com credibilidade para a construção e execução de políticas públicas. (MONTAÑO, 2010)

A ocorrência de políticas focalizadas decorrentes do processo de neoliberalização, seja no campo da economia ou no campo das políticas sociais, atingiram as ONGs, no que se refere às suas ações junto às populações mais pobres. As mudanças provocadas pelo contexto, tanto político, quanto econômico, forçaram aquelas instituições a redefinir suas atividades e ação, visto as estratégias e políticas neoliberais a exemplo de redefinição de liberação de recursos e sua escassez, gerando, assim, o enfraquecimento de um setor regido pelas organizações de caridade e filantropia, tradicional e conservador, e até mesmo o das ONGs que exerciam um papel opositor parcial ou total ao Estado e ao mercado, na busca do desenvolvimento social sustentável.

As ONGs estiveram presentes no cenário nacional com o objetivo de atuar nas lacunas das funções de seguridade social e de asseguramento de direitos aos cidadãos relegados pelo Estado e constantemente violados pela lógica excludente do Mercado. No que concerne às questões políticas e de instituição de políticas públicas, algumas ONGs, nascidas dos movimentos populares e sociais, atuavam num processo de enfrentamento às negligências e ausências do Estado no cumprimento de suas obrigações, desenvolvendo atividades junto aos cidadãos na perspectiva de prepará-los para o conhecimento e luta pelos seus direitos.

Até o início da década de 90, as ONGs não tinham expressão política e social para a população brasileira (LANDIM, 1993). Muitas dessas instituições se mantinham a partir do financiamento de ONGs internacionais, as quais remetiam àquelas organizações recursos financeiros majoritários suficientes para a manutenção e para as ações a serem desenvolvidas junto à população mais necessitada e vulnerável. A partir desta década, num cenário complexo de reordenamento das políticas neoliberais econômicas e sociais orientadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), executadas pelo Banco Mundial (BM) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), configuradas e assumidas pelo Estado, que as ONGs ganham expressão política nacional, inserindo-se no contexto como aquelas que poderiam atuar junto e frente ao Estado em apoio e colaboração.

O papel político das ONGs contava com a articulação e o financiamento entre o capital internacional e transnacional, com absorção de recursos para a “Cooperação Internacional” entre os Movimentos Sociais enquanto atores de desenvolvimento local, nos campos político, econômico e social com sua luta a partir de reivindicações específicas. O efeito desse papel é contraditório, pois, embora estivessem em luta e enfrentamento para garantir ganhos sociais, garantiam, também, por um lado, o desenvolvimento de interesse do capital, e, por outro, o desenvolvimento de formação de mão-de-obra, como força de trabalho e formação de reserva para o mercado de trabalho (MONTAÑO, 2010).

A crise do Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) na Europa, consignada à crise do capital financeiro em todo o mundo, levaram à redução dos investimentos em países periféricos, em processo desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e as Organizações da Sociedade Civil sofreram os impactos nas suas formas de sobrevivência, sendo obrigadas a reestruturar e reorganizar suas políticas de gestão e de ação visto a escassez de recursos, agora minimizados pelas ONGs internacionais, que passaram a financiar unicamente projetos e programas específicos com duração definida.

O fato obrigou as ONGs a refletirem e reorientarem suas políticas de financiamento para sobrevivência e ação junto às comunidades, obrigando-se a responder aos interesses do Estado, de natureza neoliberal, conformando suas ações à legislação e à regulação imposta pelo mesmo. Afirma Montaña (2010, p. 57) que o acontecimento gera um problema significativo na concepção e no conceito do termo *não governamental*, pois, muitas dessas organizações, hoje, são financiadas

por instituições de caráter governamentais, através de parcerias, e até mesmo contratadas pelas diversas esferas do Estado, sejam elas: municipais, estaduais ou federais. A situação ora instalada, visto a necessidade de sobrevivência daquelas organizações, compromete não somente seu caráter institucional, mas até mesmo o grau de autonomia e de auto governança, tão necessários à independência para sua efetiva atuação de enfrentamento do Estado e fortalecimento da cultura cívica dos cidadãos.

Para alguns autores como Landim (1993), Gonh (2013), Costa e Freitas (2012), as ONGs, que tiveram seu grande auge na década de 90, foram consideradas representantes oficiais, e, porque não dizer, única, da sociedade civil, em diversos setores e segmentos da sociedade. Tiveram um papel político significativo no processo de organização da mesma, sendo atuantes nas respostas às demandas sociais e políticas, inicialmente articuladas junto aos Movimentos Sociais e, mais tarde, sendo encaradas, inclusive, como substitutas dos mesmos.

Os Movimentos sociais e as ONGs, ao empreenderem ações em seus processos de luta, enfrentamento e embates em relação ao Estado e ao capital, colheram bons frutos para os trabalhadores e para os segmentos sociais, a exemplo da ampliação de direitos fundamentais, direitos humanos, políticos, econômicos e sociais, bem como acesso a bens e serviços e ampliação dos direitos para a cidadania, enquanto fontes de interesses populares.

Pelo seu caráter institucional de “não governamental” e “sem fins lucrativos”, as ONGs serviam, ao longo da década de 90, como instituições gestoras de recursos que chegavam às populações e aos movimentos sociais para a consecução de seus objetivos detalhados em projetos e programas sociais. Neste sentido, havia um direcionamento para a conscientização, para a participação da população na perspectiva de organização de movimentos, para a luta frente às carências e vulnerabilidades que envolvem a questão social, com possibilidade de enfrentamento da dominação e sujeição impostas pelo Estado neoliberal.

Apesar dos objetivos voltados para as carências populares, apesar do trabalho desenvolvido pelas ONGs, numa análise sobre a questão da participação, a avaliação que se tem sobre os países da América Latina, e especificamente no Brasil, é que há uma baixa participação da população interessada (LANDIM, 1993). Atribui-se o resultado, dentre muitas causas, à falta ou insuficiência de conscientização dos cidadãos, fruto do processo educacional que se alastra dentro

de uma lógica técnica vinculada a assegurar a escolaridade e não ao desenvolvimento de uma consciência crítica para uma cultura cívica e política.

A configuração das organizações não governamentais (ONGs), a partir da década de 90, é de distanciamento dos Movimentos Sociais, instituindo-se como ator social principal que responde às demandas sociais, estabelecendo relações e bases de negociações com o Estado, em formas de parcerias, conformando-se dentro de uma filosofia neoliberal, atuando de formas colaborativas e, muitas vezes, substitutivas ao Estado diante da insuficiência e ou ausência no cumprimento das obrigações estatais para com o cidadão.

Kraychete (2012, p. 256) afirma que as ONGs no Brasil surgem como alternativa à “boa governança”, sendo incorporadas pelas organizações internacionais em plena crise do sistema regulatório. As ONGs ganham visibilidade a partir de várias conferências, com diversos temas, realizadas pela ONU ao longo da década de 90, sendo incorporadas na nova Agenda de Desenvolvimento. Essas conferências concentraram-se na questão dos direitos sociais, pautadas nos processos de reforma do *Welfare State*, na busca de uma agenda de governabilidade global, incluindo temas como desenvolvimento sustentável, minimização da pobreza e desenvolvimento com perspectivas de asseguramento e reconhecimento cultural.

A questão da governança exige uma coalizão coordenada entre organizações não governamentais participantes. Os laços para tal fim exigem confiança entre os envolvidos, observando o modo de operação estratégica, valorizando os conhecimentos dos concidadãos, identificando potencialidades da comunidade para garantir o seu desenvolvimento. A mobilização, a existência e o uso racionalizado de recursos são essenciais ao desenvolvimento, considerando oportunidades para um desenvolvimento econômico, através do potencial criativo da comunidade, a exemplo da economia solidária, dos benefícios sociais ofertados pelo estado em políticas públicas, equidade na distribuição e redistribuição de renda, administração de conflitos e tensões, solucionando questões de natureza cultural e de exclusão social e, por fim, a garantia e efetivação da participação dos sujeitos nos problemas e no destino da comunidade.

A base institucional do projeto de cooperação para o desenvolvimento era garantida, segundo Kraychete (*ibid*, p. 260) em três eventos mais significativos: o primeiro deles refere-se à comunicação da Comissão sobre a participação dos

atores não estatais na política comunitária de desenvolvimento, garantindo, significativamente, a participação de Organizações da Sociedade Civil e de ONGs; a consulta sobre a participação de agentes não estatais, ressaltando a importância destes na constituição de laços de solidariedade e de confiança para a política de cooperação para o desenvolvimento e a *Declaração de Paris* quanto à apropriação, harmonização, alinhamento, resultados e responsabilidade mútua.

As ONGs no Brasil serviram como mecanismo intermediador para destinação de recursos, vez que esses recursos, provenientes das ONGs do exterior, não podiam ser repassados diretamente a movimentos sociais e nem a população. Estes recursos financiaram projetos vinculados a um projeto maior de desenvolvimento, em plena articulação com as questões de demandas sociais, políticas e econômicas. Na concepção de Montaño (2010) esse processo envolveu volume de capital transnacional transferido a partir de agências multilaterais, promovendo o tipo de desenvolvimento que interessava ao capital, garantindo o desenvolvimento da infraestrutura para produção e comercialização, o desenvolvimento social pela educação e saúde para formação, capacitação e manutenção da força de trabalho enquanto formação de um exército industrial de reserva.

O processo de desenvolvimento político, econômico e social exige a plena participação, com conformação de organizações associativas, que incorpore as demandas, interesses e necessidades das comunidades e de cada sociedade, considerando a experiência vivenciada por cada sujeito em seu ambiente de sobrevivência, conflitos, lutas e tensões. Esses aspectos deverão ser sustentados por financiamento e investimento público que ajudam a consolidar a infraestrutura física e social das comunidades no que se refere ao fornecimento de serviços públicos, enquanto direitos, bem como o desenvolvimento de capacitação para compreensão e desvelamento da realidade com a perspectiva de soluções de problemas dentro da ordem. O desenvolvimento de projetos comunitários deve oportunizar mudanças nas instituições e nas relações dos grupos; estes, ao reconhecer o problema social, procuram soluções através de ações articuladas, buscando asseverar políticas públicas de atendimento pleno e eficaz às demandas da comunidade e da sociedade.

Montaño (2010, p. 274) afirma que a reconfiguração e reestruturação das ONGS apresentam duas consequências: a redução dos Movimentos Sociais, em quantidade e qualidade de impacto social, vez que terão menos adesão da

população e sem financiamento de recursos do próprio movimento, abrindo espaço cada vez maior para a atuação das ONGs, hoje mais próximas do Estado, e ampliação da representatividade daquelas organizações nas demandas sociais, em aprofundamento das relações de negociação e de obediência aos ditames do Estado neoliberal, através de parcerias para obtenção de recursos, o que gera dependência e desresponsabilização do poder Estatal.

A partir da acepção de Montaño (2010), tanto os movimentos sociais quanto as ONGs se configuraram nesse processo como agentes para o desenvolvimento e para expansão capitalista, que em seu desempenho metabólico incorpora as demandas populares e sociais com seus conflitos, tensões e contradições. Não obstante as atividades desenvolvidas por aquelas instituições políticas, também promoveram, a partir de suas lutas, ganhos quanto à resolução de problemas de direitos humanos, direitos sociais, civis, econômicos, políticos e de caráter cultural.

As ONGs, na década de 90, cresceram em grande velocidade, continuam se espalhando no país, atuando fortemente junto à população, colocando-se muitas vezes, no espaço da sociedade, pensando e agindo, conformada ao modelo dependente aos governos e ao mercado na perspectiva de obtenção de recursos para realizarem suas ações. Há, nesse processo, uma redefinição do seu papel frente aos princípios e políticas impostos pelo Estado neoliberal, fruto da indefinição de uma identidade, sem a qual não há como se empoderar e ir à frente de lutas e do enfrentamento da questão social.

A relação entre ONGs e Estado, em processos de negociação para atendimento às demandas sociais, criou um processo de legitimação daquelas organizações por este último, reconhecidas pelo Estado como interlocutoras junto à Sociedade Civil, na colaboração, inclusive, de produção de políticas públicas. O fato configura-se como um processo de desconstrução e ou reconfiguração da identidade das ONGs, gerando mudanças de perfil, objetivos e finalidade, de uma identidade de resistência e militância, a uma identidade de caráter colaborativo, conformadas às orientações do Estado, e, algumas vezes, substitutivo das funções desse Estado, pautado na eficiência e eficácia das ações desenvolvidas, na constante busca por captação de recursos públicos para projetos, programas e ações propostas pelas comunidades e assumidas financeiramente, em parte ou totalmente, pelo Estado neoliberal (VIEIRA, 2008).

As ações desenvolvidas pelas ONGs coexistem com políticas sociais precárias de natureza estatal, as quais não se efetivam em função das carências de recursos financeiros, materiais e humanos por parte do Estado, sendo realizadas de maneira insuficiente às demandas sociais e as políticas privatizadas, fruto dos processos de (re) mercantilização, as quais tratam os serviços sociais enquanto mercadorias lucrativas.

5.2. CESE e MOC: nas trilhas incertas...! A necessidade de se construir caminhos!

Ao longo da segunda metade da década de 90 e nos primeiros 2 (dois) anos da década de 2000, os Estados brasileiros, neste trabalho destacamos o Estado da Bahia, foram afetados por políticas de cunho neoliberais, enquanto reflexo da política econômica mundial, fruto da crise de produção e reprodução do capital financeiro, ditadas a partir do *Consenso de Washington*, política esta, concebida pelo fundo monetário Internacional (FMI) e executadas pelas suas agências de desenvolvimento, fomento e execução, como o Banco Mundial (BM) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Essas políticas tiveram como princípios, enquanto projeto hegemonicamente estruturado, a minimização da atuação do Estado nas áreas econômica, política, jurídica e social, reformas e regulamentações da relação entre capital e trabalho, transferência de responsabilização social à sociedade civil dentre outras, utilizando ideologias que estabelecessem um consenso da população brasileira, através de seus intelectuais orgânicos representativos da esfera política dos aparatos e aparelhos do Estado Brasileiro.

As consequências dessas políticas foram: grande concentração de riqueza nas mãos de poucos, em geral da classe mais rica e abastada, dominante e, com alta concentração de poder político, agravamento da pauperização das camadas populares de forma profunda e aguda, camadas estas em situação de vulnerabilidade social, com altos índices de desemprego, fome, miséria e elevados índices de desigualdades e de exclusão social.

Visto o cenário político, econômico e social brasileiro, se fez necessário criar formas e alternativas contra hegemônicas, ideologicamente de humanização, pela

minimização das consequências nefastas da política neoliberal, na perspectiva de garantir e ou assegurar os direitos fundamentais e básicos dos grupos da classe subalterna, das camadas pauperizadas, empreendendo ações e atividades capazes de garantir o mínimo necessário à sobrevivência dos sujeitos, com dignidade, capacitando-os, enquanto intelectuais orgânicos da sociedade civil, em busca de consensos às formas de construção e constituição de alternativas econômicas e políticas, para minimização dos efeitos das políticas neoliberais, muito embora, e fazendo parte do processo, na relação com os fatos e fenômenos da atuação do Estado com a Sociedade permitisse algumas contradições, frutos dos diversos e antagônicos interesses presentes na heterogeneidade da esfera pública da Sociedade Civil.

Neste sentido, no espaço da Sociedade Civil baiana, muitas Organizações se puseram ao desenvolvimento de atividades políticas, econômicas, culturais e sociais, buscando minimizar os efeitos das múltiplas manifestações da questão social, profundamente afetadas pela política neoliberal. Destacamos, por força de um recorte da pesquisa empírica, e, considerando sua origem e atuação significativa no espaço da Sociedade Civil baiana, no período de 1995 a 2002, 2 (duas) Organizações da Sociedade Civil que atuaram nesse processo: A Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), com sede no município de Salvador e atuante em todo o território brasileiro, embora nossas análises se restrinjam apenas à sua atuação no Estado da Bahia e, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), com sede no município de Feira de Santana, com atuação apenas nos municípios do interior do Estado da Bahia.

No que se refere à atuação das citadas organizações, apresentamos abaixo, com breve análise reflexiva, sem intenção comparativa, as atividades realizadas pelas citadas organizações, através das ações realizadas no período de 1995 a 2002, constituídas em Projetos/Programas, demonstrados em relatórios anuais de atividades, produzidos pelas equipes técnicas, os quais também serão demonstrados por dados quantitativos, expressos em quadros e gráficos gerais e, nesta sequência e consultas em anexos outros quadros e gráficos, discriminados por ano de atuação mais específicos.

Essas Organizações viabilizaram as condições de sobrevivência e fortalecimento de conhecimentos políticos e técnicos a vários segmentos da população e setores populacionais, afetados pelas múltiplas manifestações da

questão social, como a pobreza, a fome o desemprego, dificuldades de acesso à educação e saúde, bem como negação de direitos a crianças e adolescentes, a mulheres, aos negros, aos índios, a pessoas de diferente orientação sexual e outras.

Ressaltamos que nem todas as manifestações da questão social, analisadas a partir dos dados apresentados, são totalmente comuns às atividades das 2 (duas) unidades empíricas.

Ao longo desse período a CESE, numa ação indireta de financiamento, com recursos obtidos na interação com agência nacionais, como FASE, CEDI, CUT e outras, também agências internacionais, a exemplo da CMI, ICCO, Christian Aid, EZE e PPM. Apoiou financeiramente 923 (novecentos e vinte e três) projetos, constituídos por outras Organizações da Sociedade Civil (Associações em geral, Fóruns, Sindicatos, Comissões e outros) em Salvador e mais 77 municípios do interior do Estado da Bahia, num total de investimento ao longo do período de R\$ 4.612.818,59 (quatro milhões, seiscentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e nove centavos – ver quadros e gráficos 1A e 2A, respectivamente, 1B e 2B, respectivamente).

Os objetivos estabelecidos nos projetos financiados apresentavam discursos com significados que representavam, tanto o ideal de conformação, quanto de um ideal de resistência às estratégias neoliberais, expressas nas políticas do Estado. Assim, identificamos alguns deles que expressam as categorias analíticas, de natureza e intencionalidades ideológicas, posto: “melhorar o nível de renda das famílias de pequenos agricultores, vinculadas a entidades (...), a partir da produção e fornecimento de informações de mercado, da capacitação de dirigentes e do assessoramento direto nas negociações”; “ocupar os adolescentes em atividades capazes de produzir experiências produtivas, que facilitem a sua inserção no mundo do trabalho”; “realizar trabalho comunitário com mulheres nas áreas de saúde e grupos de produção”; “capacitação de agentes de saúde”; “preparação para acesso, captação e utilização de crédito”; realização de seminários para adequação ao marco legal sobre OSCIP”.

Esses objetivos em destaque, na nossa interpretação, significam um processo de conformação junto ao Estado neoliberal, pois colaboram com as políticas estabelecidas, transferindo a responsabilidade de suas funções para as organizações da Sociedade Civil.

Ao mesmo tempo encontramos outros objetivos, em que o objeto da ação, tem um significado maior de desvelamento da realidade material e histórica, enquanto possibilidade de formação de intelectuais orgânicos da classe subalterna, oriundo das classes pauperizadas para atuar em um processo de contra hegemonia ao projeto neoliberal.

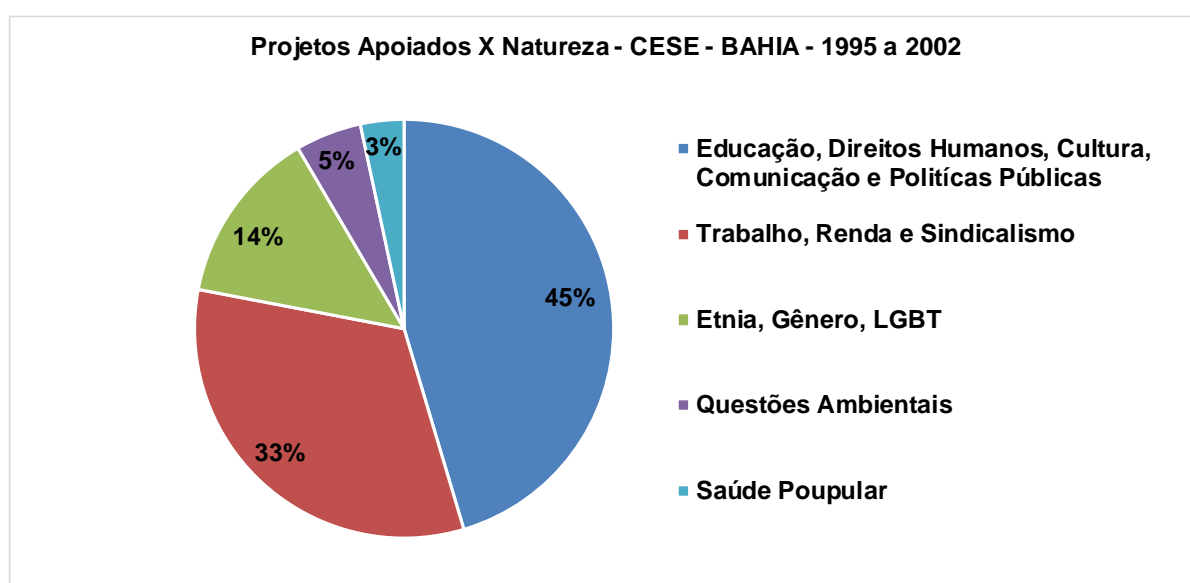
Assim, destacamos: “apoiar os povos indígenas na cobrança de seus direitos conquistados por lei; consolidar a organização do movimento indígena na Bahia, intervir nas políticas públicas nas áreas de regularidade fundiária, educação, saúde e subsistência”; “assessorar os trabalhadores, suas organizações e lutas, em geral, para que descubram a força de sua união e organização, para transformação das condições de exploração, discriminação e exclusão a que estão submetidos”; “desenvolver atividades de formação e articulação de líderes das comunidades de base”; “preparar os sujeitos, trabalhadores da terra, para pressionar o Estado pela reforma agrária”; “apoiar o ‘grito dos excluídos’ como forma de denúncia sobre o modelo neoliberal, excludente, lutando pela erradicação das desigualdade”; apoiar a marcha e movimentos contra a fome e a miséria”; “apoio a grupos de ocupação e assentamentos” entre outros.

Quanto aos segmentos e setores populacionais, urbanos e rurais, podemos destacar na atuação daquelas organizações: trabalhadores em geral, Pequenos agricultores, inclusive familiares, extrativistas, pescadores, trabalhadores informais, desempregados, trabalhadores informais, moradores de rua, sem teto, povos tradicionais, públicos de diversas igrejas e religiões, movimento de mulheres, movimento dos sem terra (MST), negros, índios, crianças e adolescentes e juventude. Considerando a diversidade de atuação em atendimento à grupos e classes pauperizadas, podemos identificar através dos projetos/programas financiados pela CESE.

GERAL:**Quadro 1A: Demonstrativo de Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1995 a 2002**

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	419	45%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	301	33%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	125	14%
4.	Questões Ambientais	47	5%
5.	Saúde Popular	31	3%
Total Geral		923	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1995 a 2002

Gráfico 2A: Demonstrativo de Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1995 a 2002

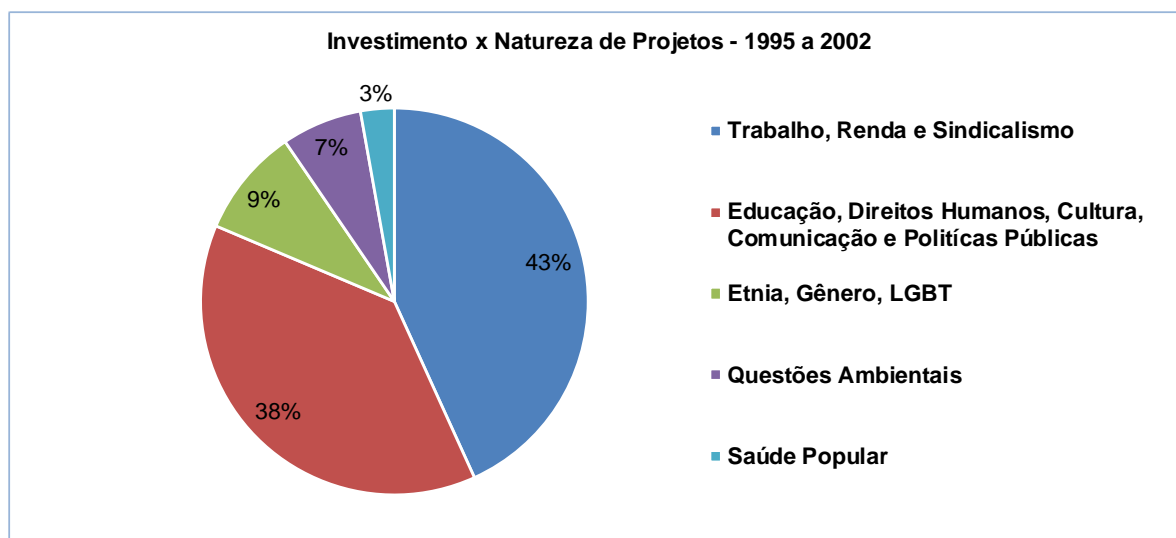
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1995 a 2002

Quadro 1B: Investimento Geral x Natureza do Projeto - 1995 a 2002

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$ 1.993.702,29	43%
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$ 1.760.535,97	38%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$ 419.114,83	9%
Questões Ambientais	R\$ 309.925,00	7%
Saúde Popular	R\$ 129.540,50	3%
Total Geral	R\$ 4.612.818,59	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1995 a 2002

Gráfico 2B: Investimento Geral x Natureza do Projeto - 1995 a 2002



Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1995 a 2002

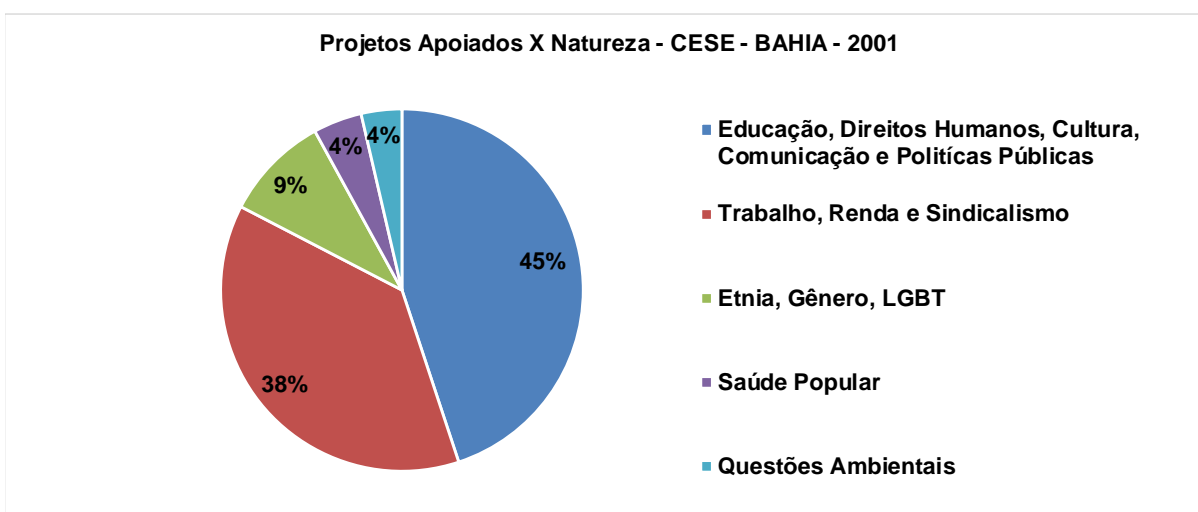
Destaca-se o ano de 2001, pois identificamos a atuação significativa da CESE, ao considerar os percentuais significativos de programas realizados, ou seja, 45% (quarenta e cinco por cento) em Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas, somados ao percentual de 38% (trinta e oito por cento) em Trabalho, Renda e Sindicalismo, bem como os percentuais de investimento realizado nos citados programas, a saber: 58% (cinquenta e oito por cento) em Trabalho, Renda e Sindicalismo e 31% (trinta e um por cento) em Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas (ver quadros e gráficos 1A-7 e 2A-7, 1B-7 e 2B-7, respectivamente).

Quadro 1A-7: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2001

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	62	45%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	52	38%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	13	9%
4.	Saúde Popular	6	4%
5.	Questões Ambientais	5	4%
Total		138	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

Gráfico 2A-7: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2001



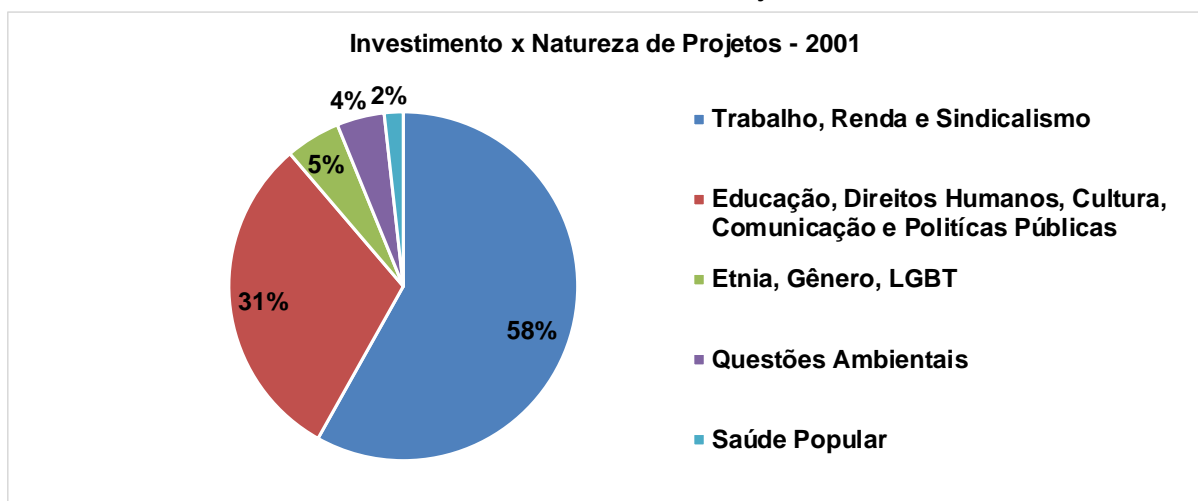
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

Quadro 1B-7: Investimento x Natureza de Projetos - 2001

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$520.530,41	58%
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$274.118,07	31%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$45.548,00	5%
Questões Ambientais	R\$39.500,00	4%
Saúde Popular	R\$15.736,50	2%
Total	R\$895.432,98	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

Gráfico 2B-7: Investimento x Natureza de Projetos - 2001



Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

O MOC quanto à direção da ação, desenvolveu ações diretas com grupos e comunidades, vinculados a outras organizações locais (Associações em geral, Fóruns, Sindicatos, Comissões e outros), bem como junto a outras organizações

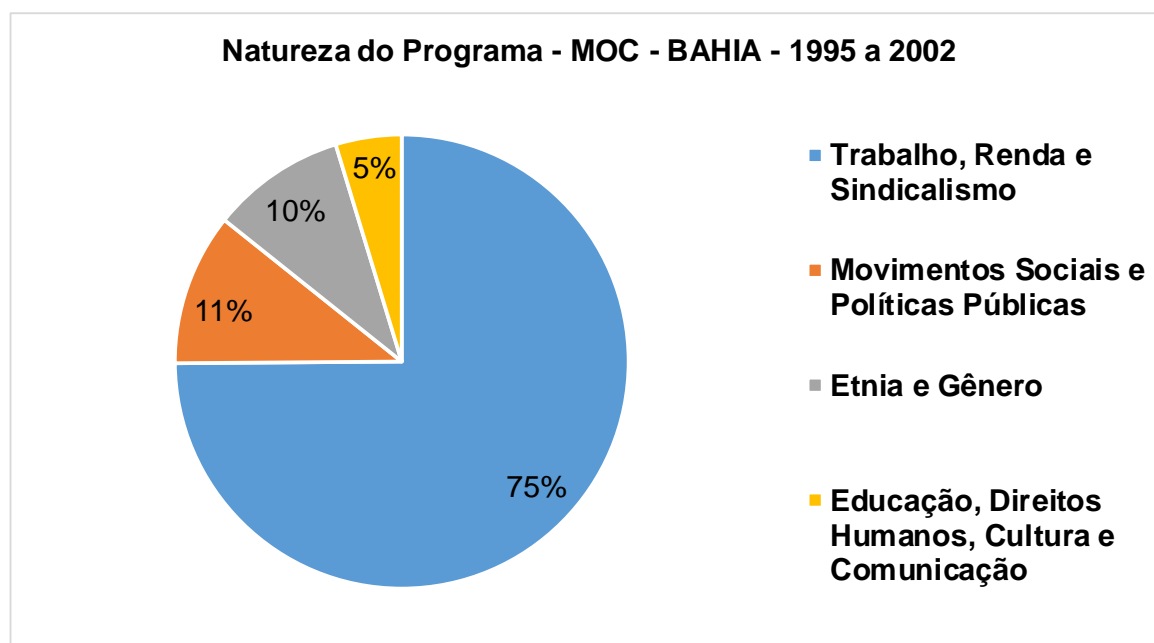
locais do interior do Estado, com apoio financeiro de Prefeituras Municipais, agências nacionais, como CERIS, CESE, CUT, CONTAG, MEB, Prefeituras Municipais, Fundação Itaú entre outras e internacionais, a exemplo da BILANCE, CÁRITAS HOLANDESA, FASTENOPFER, MISEREOR, OIKOS, OIT E OUTRAS. Desenvolveu no período do recorte temporal da tese, 42 (quarenta e dois) programas, num total de 17.916 (dezessete mil, novecentos e dezesseis) atividades em 49 (quarenta e nove) comunidades em 25 (vinte e cinco) municípios do Estado da Bahia (Ver quadros e gráficos 1C e 2C, respectivamente).

Quadro 1C: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1995 a 2002

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	13416	75%
2.	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	1941	11%
3.	Etnia e Gênero	1716	10%
4.	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	843	5%
Total		17916	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1995 a 2002

Gráfico 2C: Natureza de Programas - MOC - BAHIA - 1995 a 2002



Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1995 a 2002

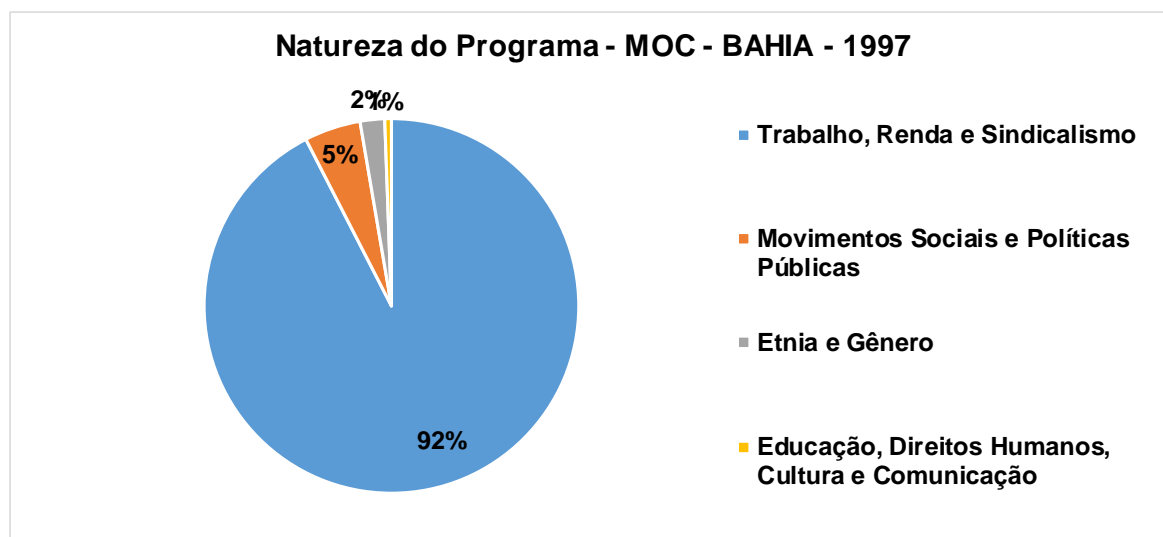
Em nossa análise, podemos destacar o ano de 1997, pois a Organização atuou com grande ênfase na área de Trabalho, Renda e Sindicalismo, desenvolvendo 1.617 (um mil, seiscentos e dezessete) atividades, correspondendo a um percentual de 92% (noventa e dois por cento) em relação às demais áreas, configurando assim uma acentuada preocupação com a sobrevivência das comunidades das camadas pauperizadas, promovendo formação técnica e apoio com incentivos financeiros para aquisição de material e outros insumos como ferramentas, máquinas e outros, buscando minimizar a pobreza e assim contribuir para a constituição de um mínimo de sobrevivência dos seus grupos apoiados.

Quadro 1C-3: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1997

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	1617	92%
2	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	85	5%
3	Etnia e Gênero	37	2%
4	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	10	1%
Total		1749	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1997

Gráfico 2C-3: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1997



Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1997

Os dados apresentados pela CESE e pelo MOC demonstram a grande preocupação que aquelas organizações tiveram com a formação política e cultural dos grupos e comunidades das camadas pauperizadas, da classe subalterna, aliada

ao incentivo para o desenvolvimento de atividades econômicas para assegurar a sobrevivência, sem perder de vista a tentativa de formação de consciência para atividades políticas, inclusive em forma de associativismo em atividades sindicais. Tal monta, reforça a contribuição da organização para minimizar os efeitos das manifestações da questão social do período em recorte, embora ao nosso ver, essas ações ainda não se expressem como contra hegemonia, visto ainda não podemos identificar uma referência para o enfrentamento daquelas manifestações enquanto transformação do cenário imposto pelas políticas neoliberais.

Realizada a análise geral e alguns anos em destaque, passamos agora a uma reflexão analítica sobre a atuação dessas organizações junto às manifestações da questão social. A CESE, nas classificações das manifestações da questão social, tem seu alcance ampliado em aspectos de Direitos Humanos, caso que não é foco específico para o MOC. Assim, percebemos que a CESE apresenta seus itens ampliados em 5.2.1, 5.2.3, 5.2.4, 5.2.5. Já o MOC apresenta manifestação da questão social ampliada apenas no item 5.2.6. É comum ao trabalho das 2 (duas) unidades empíricas o item 5.2.2, o que caracteriza uma preocupação comum, visto que a sobrevivência e a luta pelos direitos do trabalho estão presentes fortemente nas atividades das Organizações da Sociedade Civil.

5.2.1 Quanto à Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação (Políticas Públicas – apenas no contexto da CESE)

Os elementos centrais para o desenvolvimento das forças da Sociedade Civil é a Educação e a Cultura. Estas são as dimensões essenciais e significativas para a formação dos intelectuais orgânicos das classes pauperizadas, capazes de construir o movimento de uma classe de homens massas, acrílicos, talhadas em senso comum, numa concepção de uma classe em si. Vinculadas a processos de formação e de assessoria política, econômica e cultural, na dinâmica natural dos movimentos da sociedade civil vão desenvolvendo conhecimentos, alargando suas experiências e vivências, construindo uma consciência coletiva de suas necessidades e de seus direitos, transmutando-se de uma classe em si para uma classe para si, na tentativa de consolidação de uma consciência de classe, tendo o consenso como mecanismo fundamental para superação das contradições e ideologia contra hegemônica.

Neste sentido, o MOC desenvolveu muitas atividades de estudos, visitas, reuniões, seminários, oficinas, cursos de capacitação em educação rural de alfabetização de adultos e formação de professores para educação rural; nota-se pelo quadro 1C e gráfico 2C, que a referida organização desenvolveu no período 843 (oitocentos e quarenta e três) atividades dessa natureza, correspondente a 5 % (cinco por cento) de suas atividades em geral. Já a CESE investiu 419 (quatrocentos e dezenove) projetos, correspondente a 45% (quarenta e cinco por cento) do total de projetos financiados, (ver quadro 1A e gráfico 2A) e o investimento correspondente em espécie, em reais, foi de volume de R\$ 1.360.535,97 (um milhão, trezentos e sessenta mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos) e respectivo 38% (trinta e oito por cento) do investimento total (ver quadro 2B e gráfico 2B).

Tal monta demonstra a grande preocupação quanto à formação dos sujeitos com objetivo de os preparar para enfrentar a luta política, desvendando as ideologias de dominação, na possibilidade de construção de processos contra hegemônicos. Destaque-se que para a CESE, o volume de projetos dessa natureza, esteve em maior número, ao longo dos anos pesquisados, ou seja de 1995 a 2002, diferentemente do MOC (ver anexos I e II).



Fonte: Relatório MOC, 2000

5.2.2 Quanto a Trabalho, Renda e Sindicalismo (Urbano e Rural)

O processo de globalização imposto pelas políticas econômicas instaladas por todo o mundo, no período de análise, quebrou fronteiras, em alto grau de

competitividade, assegurando a produção e reprodução de altos volumes de capital, gerando grandes concentrações de renda, alocadas nos grandes e suntuosos patrimônios de poucos, os donos dos meios de produção. Ao se esgotar as condições e composições de seus meios de produção, acabam por gerar agudas crises de produção, atingindo não somente os mais ricos, mas também a classe pauperizada, desprovida de meios suficientes, não só de volume de pequenos capitais, mas também por insuficiência de conhecimentos técnico capazes de enfrentar as oscilações do mercado, fruto de leves, médias e agudas crises de produção. Assim os pequenos negócios produtivos, onde trabalham para assegurar uma pequena renda para sua sobrevivência e de sua família apresentavam-se frágeis e vulneráveis à realidade posta pelo grande mercado.

O MOC desenvolveu muitas atividades de estudos, visitas, reuniões, seminários específicos, oficinas técnicas, cursos de capacitação técnica rural para aproveitamento do uso da terra e da água, com focos em planejamento, gerenciamento, monitoramento e avaliação para pequenos produtores rurais. Além disso fez captação de recursos para construção de cisternas, armazenagem de produtos, para diversificação de culturas agrícolas e agropecuárias, bem como prestou apoio e assessoria a associações e sindicatos rurais, e, ainda a pequenos negócios urbanos. O grande destaque das atividades vinculadas a esta ação foi a luta pela erradicação do trabalho infantil, principalmente nos municípios da região da produção do sisal, no semiárido, não só pela condição inadequada de trabalho, mas também pela prevenção de acidentes e preservação da vida das crianças.

Nota-se pelo quadro 1C e gráfico 2C, que a referida organização desenvolveu no período 13.416 (treze mil quatrocentos e dezesseis) atividades dessa natureza, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) de suas atividades em geral. Já a CESE investiu em 301 (trezentos e um) projetos, correspondente a 43% (quarenta e três por cento) do total de projetos financiados, (ver quadro 1A e gráfico 2A) e o investimento correspondente em espécie, em reais, foi de volume de R\$ 1.993.702,29 (um milhão, novecentos e noventa e três mil, e setecentos e dois reais e vinte e nove centavos) e respectivo 43% (quarenta e três por cento) do investimento total (ver quadro 1B e gráfico 2B).

Tal monta demonstra a grande preocupação quanto à criação de alternativas e fortalecimento dos negócios agrícolas e produtivos, com objetivo de prepara os grupos e as comunidades para enfrentar as ofensivas do mercado neoliberal, na

possibilidade de construção de processos contra hegemônicos de natureza política e econômica.

Destacamos que para o MOC, o volume de atividades dessa natureza, esteve em maior número, em primeiro lugar na sua atuação ao longo dos anos pesquisados, ou seja de 1995 a 2002, diferentemente da CESE que, os projetos dessa natureza oscilou entre o segundo e terceiro lugares, sendo que quando da ocupação do primeiro lugar, ocorreu em função do grande volume de investimento que essa atividade exige. (ver anexos I e II). As atividades dessa natureza, a exemplo de viabilização de construção, reformas e implementações de elementos e equipamentos físicos, viabilizaram o desenvolvimento de outras atividades políticas e sociais dos sujeitos, essenciais ao seu direito para viver com dignidade.



Fonte: Relatório MOC, 2000

5.2.3 Etnia, Gênero (e LGBT – apenas no contexto da CESE)

A constituição educacional e cultural de uma classe, em sua condição hegemônica e ideológica, constrói maneiras e formas de pensar e agir, consolidando códigos morais que sustentam o poder de uma determinada classe assentada no poder político, que sob a batuta de uma classe política dominante, oprime, domina e impede a liberdade de expressão humana em sua própria condição de sujeito, com necessidades, interesses e direitos que, por contrariar os interesses da classe que ocupa o poder, nega seus direitos, discriminando-as e marginalizando-as no

processo social. Ressaltamos que no programa e nas atividades dessa natureza desenvolvidas pelo MOC, se concentra na condição étnica e de gênero, considerando que a mulher do campo, trabalhadora rural, tem um papel muito significativo na comunidade rural, pois contribui efetivamente na renda, com trabalhos extensivos ao do homem, pois além de trabalhar na terra, acumula ainda, cotidianamente, os afazeres domésticos da casa e da criação dos filhos, como esteio da família.

No quadro 2 e gráfico 2, o MOC desenvolveu no período 1.716 (hum mil setecentos e dezesseis) atividades dessa natureza, correspondente a 10% % (dez por cento) de suas atividades em geral. Já a CESE investiu em 125 (cento e vinte e cinco) projetos, correspondente a 14% (catorze por cento) do total de projetos financiados, (ver quadro 1A e gráfico 2A) e o investimento correspondente em espécie, em reais, foi de volume de R\$ 419.114,83 (quatrocentos e dezenove mil, cento e catorzes reais e oitenta e três centavos) e respectivo 9% (nove por cento) do investimento total (ver quadro 1B e gráfico 2B). Os dados demonstram a importância do tema para o reconhecimento da identidade e dos direitos fundamentais e básicos do sujeito. Assegurar os direitos à diversidade e à diferença, produz o sentimento de pertença ao grupo ou classe e, isso pode possibilitar um maior engajamento na luta ideológica de dominação imposta pelo ideário neoliberal, na possibilidade de construção de processos contra hegemônicos de natureza social.

Destacamos que para o MOC, o volume de atividades dessa natureza, esteve muito presente na sua atuação ao longo dos anos pesquisados, ou seja de 1995 a 2002, acompanha o mesmo ritmo, a CESE em que, os projetos dessa natureza foram significativos, bem como se volume de investimento. (ver anexos I e II).



Fonte: Relatório MOC, 2000

5.2.4 Quanto às Questões Ambientais (apenas no contexto da CESE)

A existência humana encontra-se intimamente conectadas com o pleno e perfeito plano estético das forças da natureza. As condições naturais são uma fonte de riqueza a ser explorada com sabedoria para o aproveitamento de seus elementos que não geram somente matérias primas para o desenvolvimento da produção, mas, precipuamente, seus elementos e movimentos garantem o desenvolvimento das populações, as condições de saúde física e emocional das pessoas e potencialmente a sobrevivência da espécie humana em condições mais adversas possíveis.

O agronegócio como projeto ofensivo do neoliberalismo, com seus grandes volumes de capital, tem desconsiderado essas fontes de vida, acirrando suas investidas em processos de industrialização que acabam por gerar desequilíbrios ambientais, a exemplo de grandes catástrofes, como a seca, as enchentes, tsunamis furacões, comprometendo a vida no planeta e as possibilidades de desenvolvimento político, numa relação, que deve ser ponderada e equilibrada entre desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

Nesse período, um dos desequilíbrios impactantes para a sobrevivência das comunidades rurais, foi a longa seca, que atingiu de forma perversa a produção agrícola e agropecuária dos diversos municípios do Estado da Bahia, principalmente aqueles que se situam na região do semiárido. O MOC desenvolveu muitas atividades junto a região do semiárido, estas inclusive, incorporadas ao 2º tema

deste que trata de Trabalho, Renda e Sindicalismo. A grande preocupação em lutar por políticas públicas, construção de cisternas para armazenagem de águas das chuvas entre outras, ilustram bem essa situação.

A CESE investiu em muitos projetos dessa natureza. Assim podemos observar que na tabela e gráfico 1, investiu em 47 (quarenta e sete) projetos, correspondente a 5% (cinco por cento) do total de projetos financiados, (ver quadro 1A e gráfico 2A) e o investimento correspondente em espécie, em reais, foi de volume de R\$ 309.925,00 (trezentos e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais) e respectivo 7% (sete por cento) do investimento total (ver quadro 1B e gráfico 2B). Os dados demonstram a importância do tema para o desenvolvimento humano, principalmente no que concerne à política de segurança alimentar contra a fome, enquanto direito fundamental e básico do sujeito. Assegurar esse direito junto a grupos e comunidades possibilita reconhecer que a luta pela preservação e utilização racional do meio ambiente pode minimizar a pobreza, a fome e a miséria, radicalmente imposta pelo ideário neoliberal, frente à franca destruição das fontes em prol dos processos de industrialização para o desenvolvimento de mercado e perpetuação da reprodução do capital.

5.2.5 Quanto à Saúde Popular (Urbano e Rural - apenas no contexto da CESE)

A Constituição Federal de 1988, reconhecida como constituição cidadã, assegura o pleno e efetivo acesso da população brasileira a serviços de saúde, a exemplo da constituição do Sistema Único de Saúde (SUS). O acesso aos sistemas tem se mostrado extremamente insuficiente ao atendimento da necessidade dos cidadãos, principalmente à população da classe pauperizada que, pelas próprias condições de vida em seus ambientes de habitação e residência não dispõe de alguns serviços de higiene e saneamento básico.

Houve no período em estudo, embora ainda embrionário, enquanto larga expansão, a ideologia passada pelos intelectuais neoliberais, como falência do setor público nesta área, tentando desenvolver um consenso que a oferta de serviços de saúde privados apresentava grande e pronta eficiência para restaurar a saúde dos cidadãos. No rol dessa população as mulheres e crianças são mais acometidas de problemas de saúde, principalmente por viver, na maioria dos casos, em locais insalubres, que acabam por proliferar muitas doenças de natureza infecciosa e

infectocontagiosa e precisam de largo apoio para sua recuperação. Na possibilidade de contribuir para minimizar essa situação, a CESE investiu em 31 (trinta e um) projetos, correspondente a 3% (três por cento) do total de projetos financiados, (ver quadro 1A e gráfico 2A) e o investimento correspondente em espécie, em reais, foi de volume de R\$ 129.540,50 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta centavos) e respectivo 3% (3% por cento) do investimento total (ver quadro 1B e gráfico 2B).

Nos relatórios de atividades anuais do MOC não há registro de ações desse tipo de atividade, algumas vezes, aparece como atividades de participação em conselhos municipais como política pública. Não obstante esse adendo, enfrentar a questão sobre a negação de acesso a saúde, como direito subjetivo do sujeito sempre foi e ainda hoje, é urgente. Assim como a questão da fome é preciso cuidar da situação junto aos grupos das camadas pauperizadas; a questão da oferta e do acesso não pode ser entendida como uma mercadoria, e o discurso, empreendido pelos intelectuais orgânicos neoliberais, precisam ser contrapostos, com a formação política dos sujeitos, em coletividade para criar mecanismos ideológicos contra hegemônicos na perspectiva de garantir os direitos.

5.2.6 Movimentos Sociais e Políticas Públicas (Municípios do Interior – apenas no contexto do MOC)

Os elementos centrais para o desenvolvimento das forças da Sociedade Civil é a Educação e a Cultura. Estas são as dimensões essenciais e significativas para a formação dos intelectuais orgânicos das classes pauperizadas, capazes de construir o movimento de uma classe de homens massas, acríticos, talhadas em senso comum, numa concepção de uma classe em si para a transformação e emancipação dos sujeitos. Vinculadas a processos de formação e de assessoria política, econômica e cultural, na dinâmica natural dos movimentos da sociedade civil, os grupos vão desenvolvendo conhecimentos, alargando suas experiências e vivências, construindo uma consciência coletiva de suas necessidades e de seus direitos, transmutando-se de uma classe em si para uma classe para si.

O efeito da luta pela participação nas atividades políticas junto aos aparelhos do Estado, na esfera municipal, é de extrema relevância para garantia de direitos fundamentais básicos. Neste sentido o MOC ao longo dos anos de 1995 a 2002,

desenvolveu muitas atividades de estudos, visitas, reuniões, seminários específicos sobre orçamento público municipal, oficinas técnicas, cursos de capacitação para atuação das comunidades rurais nos diversos conselhos, a exemplo de criança e adolescente, saúde, saneamento básico, segurança alimentar e outros.

Considerando essa atuação a tabela e gráfico 2 demonstram que o MOC realizou 1.941 (hum mil, novecentas e quarenta e uma) atividades, correspondendo a 11% (onze por cento) do total de atividades de outros programas. Destacamos que a natureza dessa atividade para o MOC foi no período, extremamente expressiva e significativa, pois pelos números demonstrado nos quadros e gráficos dos anexos I e II, essa atividade representa muito para essa Organização da Sociedade Civil; significa que houve uma inserção profunda dos sujeitos das comunidades atendidas, produzindo um significado da possibilidade de intervenção nas políticas públicas municipais, capazes de garantir seus direitos, enquanto cidadãos de direito e de fato.



Fonte: Relatório MOC, 2001

QUADRO 4 – RESUMO: ATUAÇÃO DA CESE E DO MOC – 1995 A 2002

ATUAÇÃO DA CESE E DO MOC NO PERÍODO DE 1995 A 1992: o enfrentamento às múltiplas manifestações da Questão Social

Cenário neoliberal no Brasil e na Bahia:	Atuação da CESE	Atuação do MOC
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Minimização do Estado no que se refere à intervenção na economia, na política e no social; ✓ Profundas reformas econômicas e políticas para o desenvolvimento econômico em detrimento do social; ✓ Regulação das relações entre Estado e Sociedade Civil; transferências de responsabilidades sociais à Sociedade; ✓ Situação de desemprego, pobreza e miséria pela má distribuição de Renda; ✓ Insuficiência e baixa qualidade na oferta de serviços em educação, saúde e outros; ✓ Insuficiência em políticas de reconhecimento de direitos trabalhistas, bem como das identidades, em diversidade e diferença das camadas pauperizadas da classe subalterna; ✓ Baixa participação das camadas pauperizadas nas decisões políticas que envolviam a definição de políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ação Indireta - financiamento de Projetos, a partir de recursos captados em órgãos públicos do Estado, bem como de Órgãos/Agências Nacionais e Órgãos e Instituições (ONGs) Internacionais: - 923 Projetos apoiados nas áreas econômica, política e social; - 78 Municípios do Estado da Bahia beneficiados (capital e interior/áreas: urbanas e rurais) - Investimento total de R\$ 4.612.818,59 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ação Direta - atividades realizadas nas bases das comunidades locais, com recursos captados em órgãos públicos do Estado, bem como de Órgãos/Agências Nacionais e Órgãos e Instituições (ONGs) Internacionais: - 42 Programas - Atividades desenvolvidas: 17.916 atividades - Comunidades locais envolvidas: 49 - Municípios envolvidos: 25 Municípios do Estado da Bahia (capital e interior /áreas: urbanas e rurais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da pesquisa sobre a atuação de Organizações da Sociedade Civil frente às políticas neoliberais no período de 1995 a 2002, especificamente no Estado da Bahia, trabalhando com 2 unidades empíricas: CESE e MOC, procurou demonstrar atuação dessas organizações quanto às múltiplas manifestações da questão social, no sentido da elaboração, execução e financiamento de programas/projetos, explicitados em atividades/ações, compilados em relatórios anuais, especificamente e limitados, àqueles estabelecidos no recorte temporal, buscando identificar as atividades/ações daquelas unidades empíricas escolhidas, junto a grupos/comunidades de camadas pauperizadas, da classe subalterna, tanto da área urbana, quanto da área rural. Quando do projeto de tese, partimos da hipótese que: diante das estratégias neoliberais assumidas pelo Estado brasileiro, as Organizações da Sociedade Civil, no período de 1995 a 2002, realizaram a contra hegemonia a esse Estado neoliberal em processos de conformação e de resistência.

A concepção sobre Sociedade Civil, a partir de Gramsci e de autores analistas do seu pensamento, é entendida como um espaço de esfera pública, de natureza hegemônica, onde se concentram interesses e objetivos antagônicos, conflituosos e contraditórios das diversas classes e camadas sociais, inclusive da esfera política (Estado). Enquanto espaço de luta, reina as múltiplas manifestações da questão social, assumidas ideologicamente pelo Estado e pelas Organizações da Sociedade Civil, que travam em suas relações “guerras de posições”, em busca do consenso daquelas classes para assunção do seu projeto hegemônico.

Nos caminhos trilhados pela nossa pesquisa, algumas dificuldades foram encontradas, visto a complexidade do tema e de seu recorte temporal, no que concerne à disponibilidade e acesso à literatura, principalmente quanto a obras originais de Gramsci e à consulta de documentos, face ao descritivo temporal do recorte da tese, de registros produzidos pelas organizações escolhidas como unidades empíricas, pois alguns de seus relatórios, por força da realidade e condições da época, apresentaram algumas inconsistências, embora tais dificuldades não interferiram na plena e efetiva aplicação dos procedimentos metodológicos da nossa pesquisa. Posto, compreendemos que a função do pesquisador é superar as dificuldades e buscar compreender com um olhar crítico a

complexidade do objeto e suas relações com o desvelamento da realidade em que ele está inserido.

Assim, a pesquisa nos impôs uma série de desafios para a compreensão sobre a Sociedade Civil, no que concerne à atuação de algumas de suas organizações, durante o período de 1995 a 2002. Nela, percebemos que essas organizações ao atuarem, buscaram garantir a natureza do referido espaço, enquanto o lugar de luta conflituosa, heterogênea e diversa, onde os embates geram contradições políticas, culturais e sociais, capazes de revelar os interesses de classes, por um determinado projeto de sociedade, com uma determinada visão de mundo. Neste sentido, o observar do pesquisador revela-se na perspectiva de entender a dinâmica, viva e pulsante, dos sujeitos/grupos/comunidades/organizações, enquanto formas de enfrentamento da questão social em suas múltiplas manifestações, frente às estratégias ofensivas de negação de bens e direitos fundamentais, traduzidas nas políticas neoliberais, de modo a considerar a necessidade de estabelecimento de formas alternativas para a sobrevivência, em constante processo de transformação.

A revelação é tida como resultado dos desafios da pesquisa para compreensão da materialidade e complexidade da realidade e do cotidiano das organizações que atuam no espaço da sociedade civil, entre o posto e o revelado em seus registros documentais, enquanto discurso de sua ação, enquanto representação possível da sociedade para a garantia e proteção de direitos e reconhecimento social das necessidades básicas e fundamentais dos grupos ou comunidades que representam.

Quando do estabelecimento da questão central e do objetivo geral, ou seja, respectivamente: como as Organizações da Sociedade Civil realizaram a contra hegemonia às políticas neoliberais, no período de 1995 a 2002, diante da redução das ações do Estado, no que diz respeito à proteção social? Tendo o objetivo de analisar a atuação das Organizações da Sociedade Civil, enquanto processos contra hegemônicos, diante das políticas neoliberais assimiladas pelo Brasil, compreenderam que aquelas organizações produziram não atuaram no espaço da Sociedade Civil num processo de contra hegemonia às políticas neoliberais, através de constituição de programas/projetos realizados para enfrentamento das manifestações da questão social. Os dados analisados demonstram que aquelas Organizações, no período de recorte temporal, contribuíram significativamente para minimizar as desigualdades, em face de desresponsabilização e minimização das

funções do Estado provocadas pelo projeto neoliberal instalado no Brasil, porém sem alterar o cenário de subalternidade da classe em seu estado de pauperização.

No que se refere à busca pelas indagações das questões norteadoras, consubstanciadas pelos objetivos específicos, podemos responder: quanto ao perfil de projetos/programas de atividades/ações, é de assegurar a satisfação das necessidades básicas e dos direitos dos grupos/comunidades das camadas pauperizadas da classe subalterna, afetadas pelas políticas neoliberais implantadas no Brasil, no período de 1995 a 2002.

As múltiplas manifestações da questão social, a saber: desemprego, insuficiência de renda, insuficiente acesso a direitos como educação, saúde e cultura, negação de direitos das identidades diversas e diferentes, em função de condições raciais e de orientação sexual, foram as bases para o direcionamento dos programas/projetos, desenvolvidas através de atividades/ações por parte das organizações da sociedade civil, na tentativa de garantir a proteção social dos sujeitos.

Quanto à forma de relacionamento entre as organizações da sociedade civil e a esfera política (Estado Neoliberal) estabelecida, estas foram oscilantes, face à natureza dos programas/projetos, vez que algumas de suas atividades/ações eram realizadas com a participação dos aparelhos ideológicos do Estado, de cunho político e econômico desenhado pelo projeto neoliberal. Algumas vezes buscando o acesso a créditos e recursos provenientes das fontes públicas estaduais e ou municipais para desenvolvimento de atividades de produção e criação de pequenos negócios urbanos e rurais e, até mesmo, com participação em Conselhos da referida esfera política, como forma de contribuir e intervir em Políticas Públicas, ou seja, conformando-se às políticas neoliberais, outras, propondo e executando programas e projetos que assegurassem os direitos fundamentais políticos e sociais dos grupos/comunidades, enfrentando as estratégias neoliberais de negação e marginalização dos sujeitos das camadas pauperizadas como forma de resistência, porém seus limites de ocorrência e de atuação não explicitaram mudanças e transformação nas políticas sociais.

No que se refere à pesquisa empírica, pôde-se constatar que as unidades eleitas para análise metodológica de atuação no espaço da sociedade civil, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), sob a análise e inspiração da pesquisa documental auxiliada pela

disciplina de análise do discurso e sua ramificação da análise crítica do discurso, enquanto procedimento metodológico dos aspectos apresentados quando da pesquisa de campo para levantamento de dados em caráter exploratório, que aquelas organizações desenvolveram muitas atividades/ações em seus programas/projetos, buscaram assegurar as condições de sobrevivência humana, quanto a direitos e cidadania, porém algumas das práticas realizadas, a exemplo de trabalho e renda, luta pela concessão de créditos, colaboração em políticas públicas estabelecidas pelo Estado conformaram às políticas do projeto neoliberal no Brasil, fortalecendo a relação de produção e reprodução do capital.

Ressalta-se que nos objetivos das atividades/ações, o perfil, a concepção e os objetivos estabelecidos nos programas e projetos, além da preocupação em garantir de sobrevivência dos sujeitos/grupos/comunidades, como a melhoria da renda para segurança alimentar e garantia de direitos, também se concentraram naqueles programas/projetos na formação de intelectuais orgânicos, constituídos na base da estrutura comunitária social de sua classe, a exemplo da formação atividades de formação e capacitação de lideranças comunitárias, utilizando-se da educação comunitária, de natureza urbana e rural, bem como de formação política e cultural, buscando capacitá-los para o exercício de suas funções no espaço público, na formação de novos consensos, fruto das ideologias, contradições e conflitos, recheados de heterogeneidade, aspectos estes inerentes ao espaço de luta e contra posições na Sociedade Civil, de forma a minimizar as ausências e desresponsabilização das funções do Estado neoliberal junto às camadas pauperizadas da classe subalterna.

Compreendemos que a atuação das Organizações da Sociedade Civil no enfrentamento das manifestações da questão social, no período de 1995 a 2002 frente às políticas neoliberais, não se explicitaram como processo contra hegemônico, pois não promoveram uma mudança estrutural e transformação social no cenário do período, porém, suas atividades e ações desenvolvidas foram extremamente significativas para minimizar as desigualdades sociais das camadas pauperizadas, da classe subalterna residentes no Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Creomar. Política Social em Revista. Revista de História Econômica Regional aplicada. Vol. 1, Nº 1 – Jul-Dez, 2006
- BARBOSA, Maria Nazaré Lins; OLIVEIRA, Carolina Felipe. **Manual de ONGs: guia prático de orientação jurídica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 178p.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, 1994
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008
- BENÍCIO, João Carlos. **Gestão financeira para organizações da sociedade civil**. São Paulo: Editora Global, 2001.
- BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **O modelo neoliberal e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude, PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de Sociólogo**. 7ª ed. Guilherme João de Freitas Teixeira (Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- BRANDÃO, Helena Hathsuc Negamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2004
- BRASIL. Legislação Federal, Estadual e Municipal – OSCIPs
- BRASIL. Panorama Social da Bahia nos anos 1990, salvador, SEI, 2003, 200p.
- CAMARGO, M. F. de, SUZUKI, F. M., UEDA, Mery, SAKIMA, R. Y. e GHOBRI, A. N. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil - Estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo, Futura, 2001. 204p.
- CANEZIM, Maria Tereza. **Introdução à Teoria do Método em ciências sociais**. Goiânia: Editora da UCG, 2001
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino, MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso Versus Análise de Conteúdo. Revista Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez, 15(4):679-84.
- CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão - O Nascimento das ONGs**. Editora Brasiliense. 2ª ed. rev. 1995.193 p.
- CLOUX, Rafael Fontes. Estado Capitalista, Hegemonia e Contra-Hegemonia, apontamentos para análise do Estado contemporâneo. Salvador, 2012
- COELHO, Simone de Castro. **Terceiro Setor: Um Estudo Comparado Entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora Senac, 2000. 223p.

COHN, Amélia. As políticas Sociais no Governo FHC. Revista Tempo social. USP. São Paulo. 11(2) 183-197,out.1999

COSTA, Aloysio Teixeira. **Administração de entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: Nobel, 1992.

COSTA, Cristina (org.), OLIVIERI, Cristiane, CASTRO, Gisela, SOARES, Ismar de Oliveira, FERRAZ, Luci, KISIL, Marcos, MOTTER, Maria de Lourdes, COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos**. s/i

COSTA, Lucas Piter Alves. A ADC Faircloughiana: concepções e reflexões. Disponível em: www.letras.ufscar.br/linguagem
Acessado em:25.09.2019

COSTA, Lucas Corte da. O Governo FHC e a Reforma do estado Brasileiro. Revista Pesquisa e Debate, SP, volume 11, número 1 (17) 49-79, 2000

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989

DINIZ, Célia Regina. O método dialético. In: Metodologia Científica. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade Civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. Revista de serviço Social. Ano XXVI, nº 81, março, 2005. Pp. 82 a 101

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. Iran Ferreira de Melo (Trad.). USP, 2005
Disponível em: www.revista.usp.br/article/view.
Acessado em: 25.09. 2019

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém Público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FÍGARO, Roseli. **Gestão da Comunicação: Terceiro Setor, Organizações Não Governamentais, Responsabilidade Social e Novas Formas de Cidadania**. Editora Atlas, 2007. 102p.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981

_____. **Obras Escolhidas**. Manuel Cruz (Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1978

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7ª ed. Carlos Nelson Coutinho (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/i

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983

JESUS, Antonio Tavares. **Educação e Hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989

KELLEY, Q. Daniel. **Dinheiro para sua causa**. São Paulo: Texto Novo, 1995. 150p.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século 21**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KISIL, Rosana. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. s/i

KOCH, Ingedore G. Villaça. Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso. Disponível em: <http://periódico.ufpe.br/revistas/INV/article.view>. Acessado em: 25.09.2019

KRAYCHETE, Elsa Sousa, VITALE, Denise. (Orgs). **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: desafios no século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2013

KRAYCHETE, E. S. O lugar das Organizações Não-Governamentais no Entrecruzamento entre as Noções de Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Caderno CRH/UFBA, Salvador, volume 25, nº 65, pp. 251-268, Mai/Ago, 2012

KRIPA, Rosana Maria Luvezute, SCHELLER, Morgana, BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. s/i

KUGELMAS, Eduardo, SOLA Lourdes. Recentralização/Descentralização: dinâmica do regime federativo dos anos 90. s/i

LANDIM, L. **A Invenção das ONGS: do serviço invisível à profissão impossível**. 1993. 239p. Tese de Doutorado na Área de Antropologia Social – UFRJ, Rio de Janeiro, 1993

LANDIM, Leilah (Org). **Ações em Sociedade. Militância, Caridade, Assistência etc..** Rio de Janeiro: Nau, 1998. 288p.

_____. **Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, Junho de 1993.

_____. **ONGs: Um Perfil. Cadastro das Filiadas à Associação Brasileira de ONGs**. Rio de Janeiro: ISER, 1996. 220p.

LIGUORI, Guido, VOZA, Pasquale. (Orgs.). **Dicionário Gramsciano**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017

MARINO, Eduardo; CHIANCA, Thomaz; SCHIERSARI, Laura. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. s/i

MARTINS, André Silva. **A Direita para o Social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009

MARTINS, Marcos Francisco. Sociedade Civil e “Terceiro Setor”: apropriações indébitas do legado teórico de Gramsci. Revista Filos. Aurora. Curitiba, v. 20, nº 26, janeiro a julho.2008. pp. 75 a 100

MELO, Marina Félix de. Metodologia Científica e métodos e técnicas de pesquisa na sociologia: modelos de construção em estudo sobre ONGs. Revista Latino-americana de metodologia de la investigación Social, nº 7, Año 4, abril – Septiembre, 2014

MEREGE, Luiz Carlos, BARBOSA, Maria Nazaré Lins. **3º Setor: reflexões sobre o marco legal**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

_____ et ali. **O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014

MONTEAGUDO, Rosalvi. **Sustentabilidade socioeconômica via webservice**. Edições Inteligentes.

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 98p. (Coleção Primeiros Passos).

NANUS, Burt & DOBBS, Stephen M. **Liderança para o Terceiro Setor: Estratégias de Sucesso para Organizações sem Fins Lucrativos**. São Paulo: Futura, 2000. 262p.

NEDER, Ricardo Toledo. "As ONGs na reconstrução da sociedade civil no Brasil". In: Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado. São Paulo, 1998. pp.1-8.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática. s/i

NORIEGA, Maria Elena & MURRAY, Milton. **Apoio Financeiro: Como Conseguir**. São Paulo: Texto Novo, 1997. 176p.

ORTEGA, Antonio Cesar, CERQUEIRA Cristiane Aparecida de, SILVA, Filipe Prado Macedo da. As políticas Públicas de Desenvolvimento no Estado ad Bahia: evolução e características. Disponível em: [repositorio.ipea.gov.br>bitstream>aspoliciticaspublicasBA](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/aspoliciticaspublicasBA), 2016

OLIVEIRA, Aristeu de; ROMÃO, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas**. Editora Atlas. 558p.

O Impacto Social do Trabalho das ONGs no Brasil. ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. São Paulo: ABONG, 1998. 202p.

ONGs: Um Perfil. Cadastro das Associadas à ABONG. ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. São Paulo: ABONG, 1998. 203p

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Editora Pontes, 2015

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2012

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do Discurso: uma proposta para a análise crítica da linguagem. Disponível em: [www.filologia.org.br>ixc>lf](http://www.filologia.org.br/ixc/lf)
Acessado em: 25.09.2019

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill (Org.). O público não-estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. 4

PEREIRA, Custódio. **Captação de Recursos (Fund Raising) - Conhecendo melhor porque as pessoas contribuem**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001. 222p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes. Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: ENAP, 1999. 453p.

PINHEIRO, Clemilton Lopes. Objeto de Discurso e Tópico discursivo: sistematizando relações. Disponível em: [www.scielo.br>pdf](http://www.scielo.br/pdf)

PINHEIRO, Israel de Oliveira. A Política na Bahia: atraso e Personalismos. Ideação: Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas da UEFS. Vol. 1, nº 4, 1997

PORTELLI, Hugues. A superestrutura do bloco Histórico. In: Gramsci e o Bloco Histórico. Angelina Peralva (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

RABELO, Patrícia Fraga Rocha, COELHO, Ana Cristina Villaça. Pesquisa Documental. In: Metodologias Qualitativas de Pesquisa. Nívea Maria Fraga Rocha, Raimundo Santos Leal, Edivaldo Machado Boaventura (Orgs). Salvador: Fast Design, 2008

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, Cortez, 1998.

SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento. Revista Tempo Social, USP; SP, 11(2), 23-47, out. 1999

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012 – (Coleção biblioteca de serviço social; v. 6)

SCHERER - WARREN, Ilse. "Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. Sociedade Civil: organizações em movimentos." In: São Paulo em Perspectiva, v. 8, pp.6-14. São Paulo: Revista da Fundação Seade, 1994.

SCHMIDHEINY, S.; HOLIDAY JR, C. WATTS, P. **Cumprindo o prometido: casos de sucesso de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002

_____. "Trajetória das ONGs na América Latina - anotações de pesquisa". In: JUNQUEIRA, Luciano A. Prates (coord.). Brasil e a nova ordem internacional. Anais do IX Congresso Internacional dos Sociólogos. São Paulo: Sinesp, 1992.

_____. "Trajetória das ONGs na América Latina - anotações de pesquisa". In: JUNQUEIRA, Luciano A. Prates (coord.). Brasil e a nova ordem internacional. Anais do IX Congresso Internacional dos Sociólogos. São Paulo: Sinesp, 1992.

SERRA, Rose M. **Crise de materialidade no serviço Social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000

SILVA, Antonio Luiz de Paula e. Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizado. s/i

SILVA, Ana Amélia da. "Do privado para o público: ONGs e os desafios da consolidação democrática". In: JUNQUEIRA, Luciano A. Prates (coord.). !Brasil e a nova ordem internacional". Anais do IX Congresso Internacional dos Sociólogos. São Paulo: Sinesp, 1992

SILVA, Jonathan Chasko da, ARAÚJO, Alcemar Dionet de. A Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso. Revista de Crítica Cultural, v. 5, n. 1, 2017, 17 – 31

SOUZA, Maria do Rosário. "Gestão de projetos sociais". In Gestores Sociais - textos de apoio. São Paulo: s/nº, 1998. pp. 83-110.

TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

TENÓRIO, Fernando G. **Elaboração de Projetos Comunitários. Abordagem prática**. São Paulo: Edições Loyola. 1995. 86p.

_____. (coord.). **Gestão social: metodologia e casos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Questão Social, sociedade civil e lutas sociais: desafio ao Serviço Social. Conferência. Revista Conexão Geraes. CRESS-MG, nº 4/2013

VIANA, Luiz Werneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva a Brasileira. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581996000300004>
Acessado em: 19.07. 2019

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania - A sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 403p.

_____. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 8. Julho a dezembro/ 2008. pp.83 a 94
Acessado: 10.09.2018

VIEIRA, Roberto Carlos. **O Ourives e a Joia: a educação não formal, no período de 1970 a 1980**. Dissertação de Mestrado. Linha de Pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável. UNEB. Salvador, 2008

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Sociedade Civil e Gramsci; desafios teóricos e práticos. www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000100002
. Acessado: 13.03.2018

WOLFFENBÜTTEL, Andrea. O que é Marco Regulatório. Revista Desafios do Desenvolvimento. Ano 3. Edição 19 - 7/2/2006
www.gpesd.com.br/baixar.php?file=133 - Acessado: 17.03.2018

ANEXOS

ANEXO I

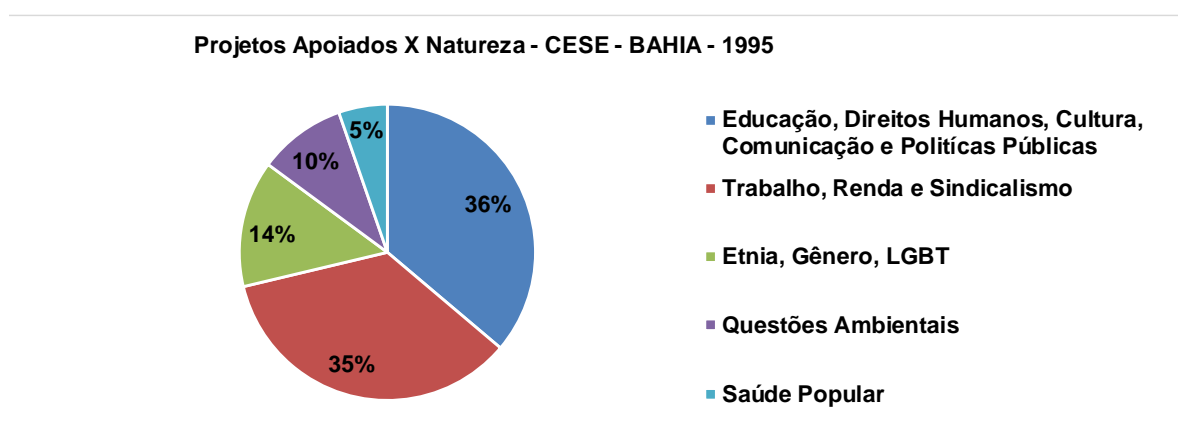
POR ANO:

Quadro 1A-1: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1995

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	34	36%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	33	35%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	13	14%
4.	Questões Ambientais	9	10%
5.	Saúde Popular	5	5%
Total		94	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1995

Gráfico 2A-1: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1995



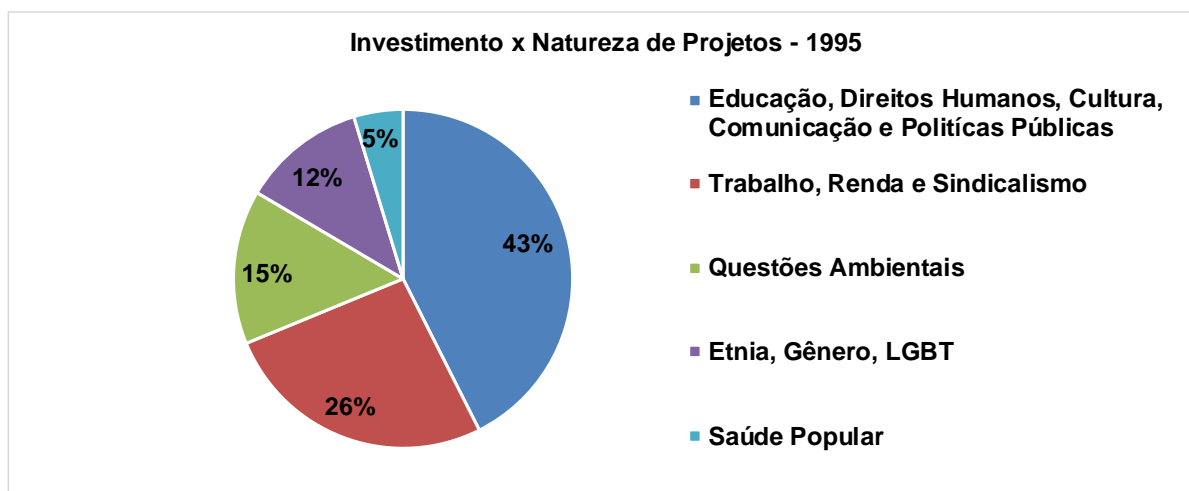
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1995

Quadro 1B-1: Investimento x Natureza de Projetos - 1995

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$147.239,32	43%
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$90.638,28	26%
Questões Ambientais	R\$50.870,00	15%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$40.858,40	12%
Saúde Popular	R\$16.225,50	5%
Total	R\$345.831,50	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1995

Gráfico 2B-1: Investimento x Natureza de Projetos - 1995



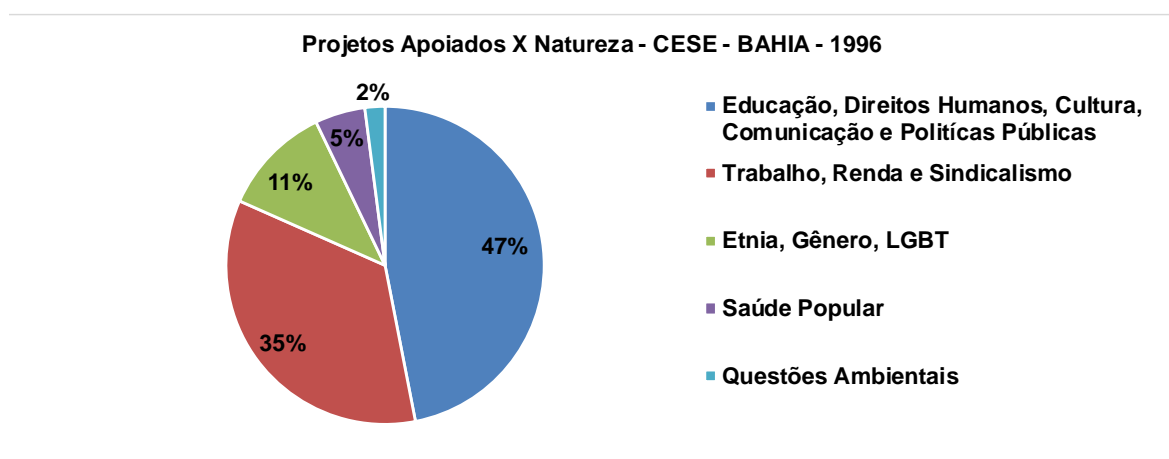
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1995

Quadro 1A-2: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1996

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	46	47%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	34	35%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	11	11%
4.	Saúde Popular	5	5%
5.	Questões Ambientais	2	2%
Total		98	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1996

Gráfico 2A-2: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1996



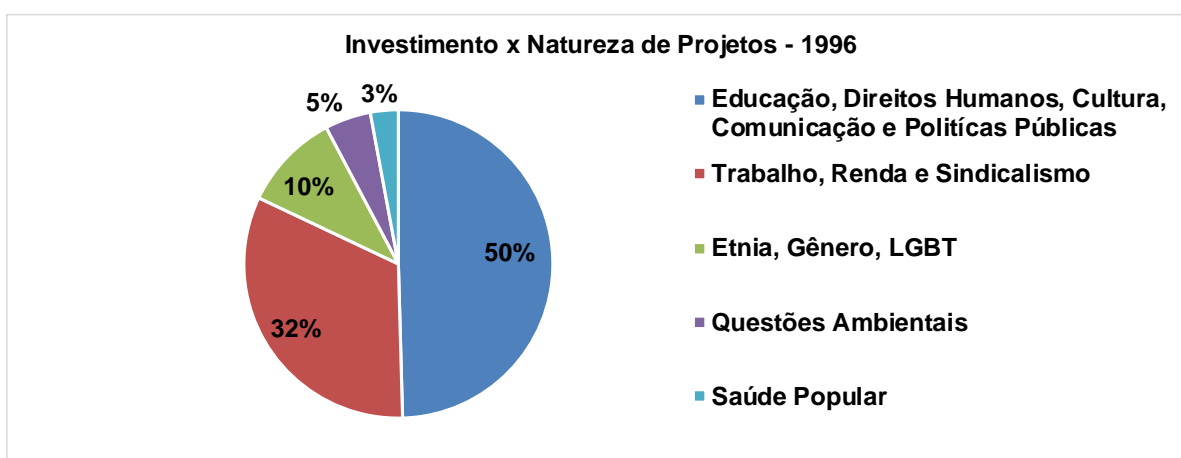
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1996

Quadro 1B-2: Investimento x Natureza de Projetos - 1996

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$206.153,69	50%
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$135.114,46	32%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$42.534,04	10%
Questões Ambientais	R\$20.000,00	5%
Saúde Popular	R\$12.135,00	3%
Total	R\$415.937,19	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1996

Gráfico 2B-2: Investimento x Natureza de Projetos - 1996



Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1996

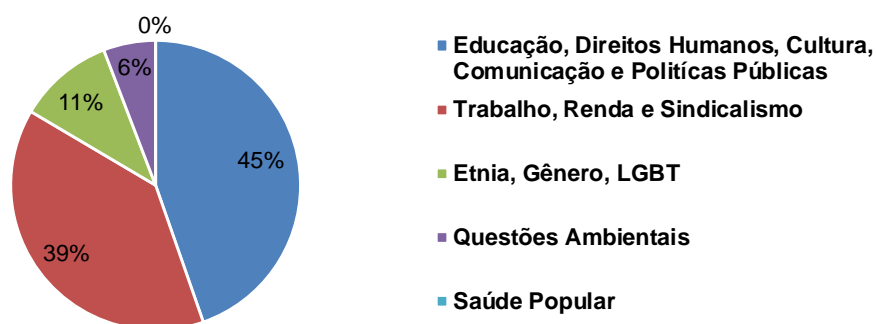
Quadro 1A-3: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1997

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	46	45%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	40	39%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	11	11%
4.	Questões Ambientais	6	6%
5.	Saúde Popular	-	0%
	Total	103	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1997

Gráfico 2A-3: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1997

Projetos Apoiados X Natureza - CESE - BAHIA - 1997



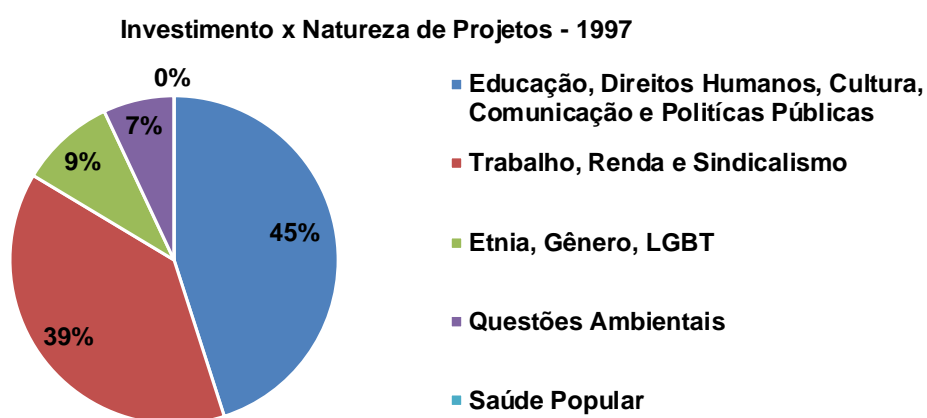
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1997

Quadro 1B-3: Investimento x Natureza de Projetos - 1997

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$199.330,00	45%
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$170.555,78	39%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$41.631,00	9%
Questões Ambientais	R\$30.950,00	7%
Saúde Popular	R\$0,00	0%
Total	R\$442.466,78	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1997

Gráfico 2B-3: Investimento x Natureza de Projetos - 1997



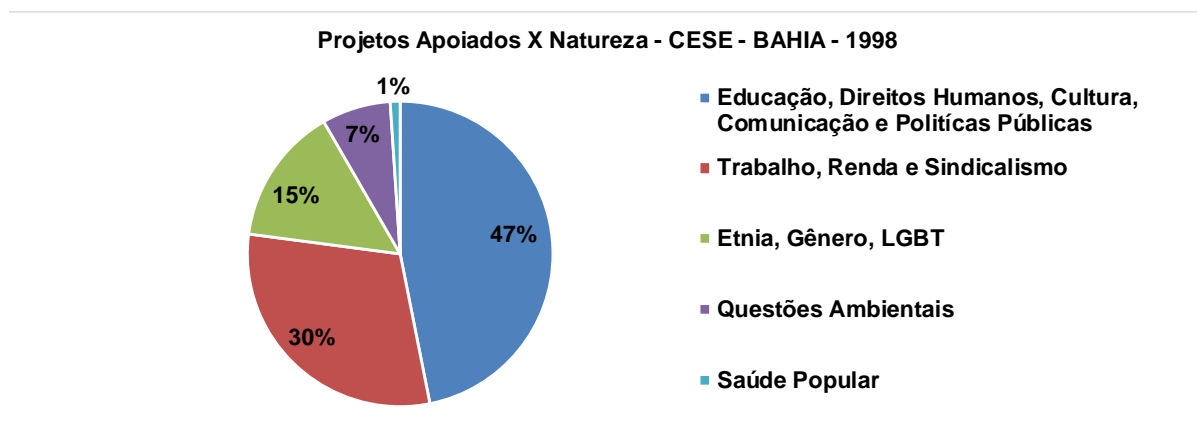
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1997

Quadro 1A-4: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1998

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	45	47%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	29	30%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	14	15%
4.	Questões Ambientais	7	7%
5.	Saúde Popular	1	1%
Total		96	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1998

Gráfico 2A-4: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1998



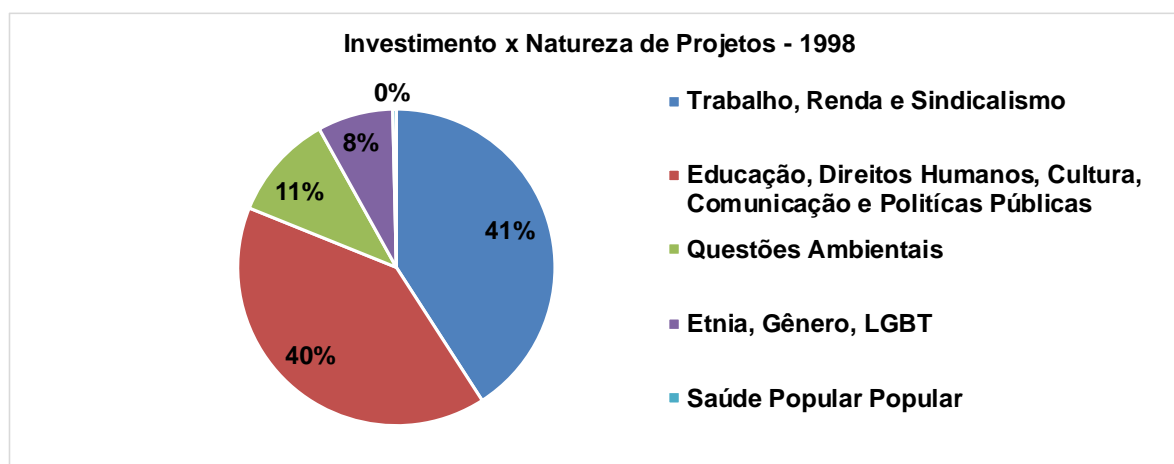
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1998

Quadro 1B-4: Investimento x Natureza de Projetos - 1998

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$154.952,16	41%
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$152.381,38	40%
Questões Ambientais	R\$40.978,00	11%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$29.184,50	8%
Saúde Popular Popular	R\$1.400,00	0%
Total	R\$378.896,04	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1998

Gráfico 2B-4: Investimento x Natureza de Projetos - 1998



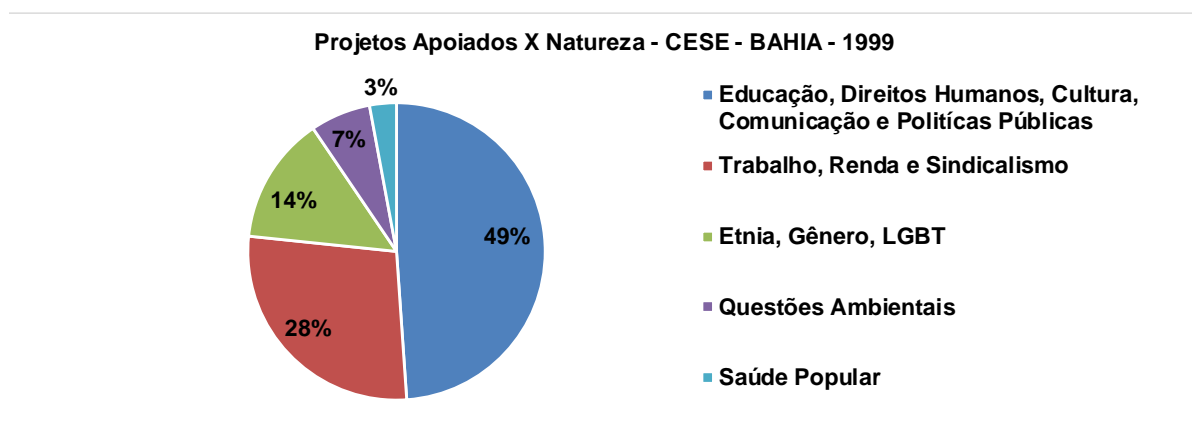
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1998

Quadro 1A-5: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1999

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	67	49%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	38	28%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	19	14%
4.	Questões Ambientais	9	7%
5.	Saúde Popular	4	3%
Total		137	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1999

Gráfico 2A-5: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 1999



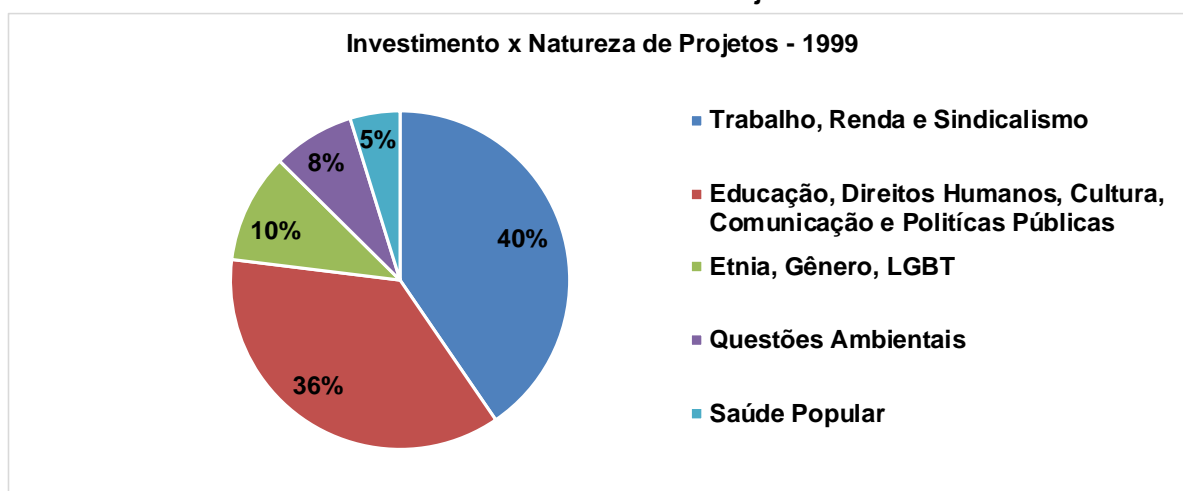
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE -1999

Quadro 1B-5: Investimento x Natureza de Projetos - 1999

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$275.252,93	40%
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$248.238,86	36%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$71.301,00	10%
Questões Ambientais	R\$53.127,00	8%
Saúde Popular	R\$32.395,00	5%
Total	R\$680.314,79	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1999

Gráfico 2B-5: Investimento x Natureza de Projetos - 1999



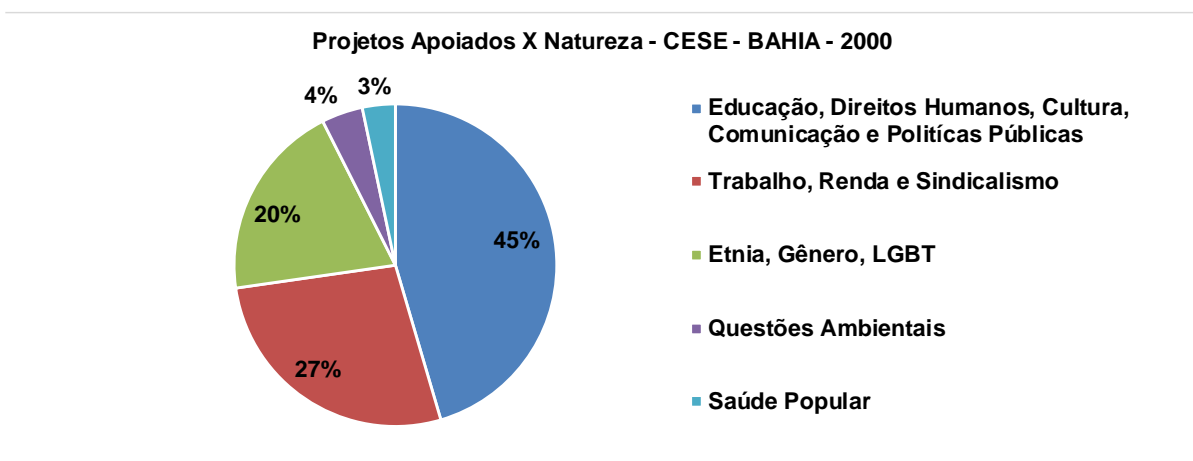
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 1999

Quadro 1A-6: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2000

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	55	45%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	33	27%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	24	20%
4.	Questões Ambientais	5	4%
5.	Saúde Popular	4	3%
	Total	121	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2000

Gráfico 2A-6: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2000



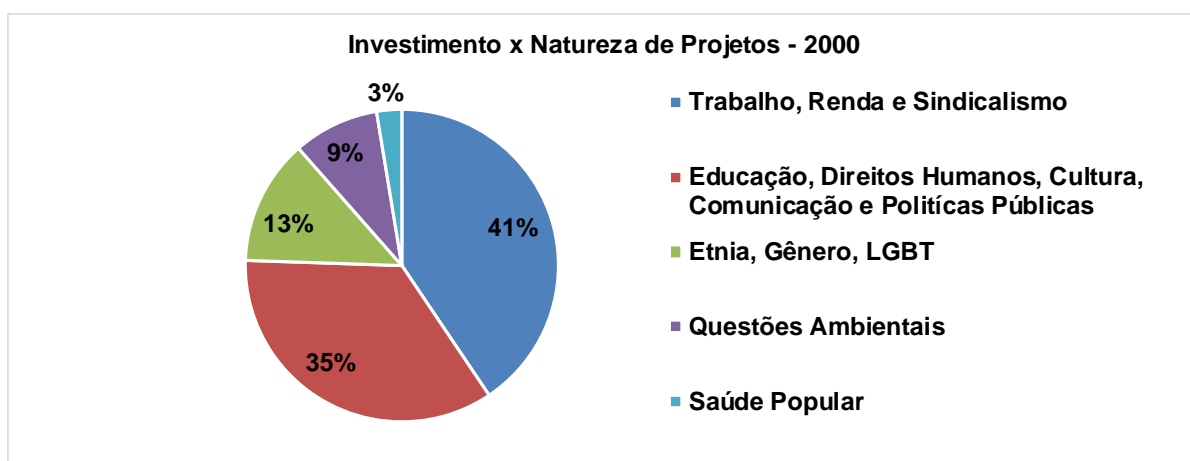
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2000

Quadro 1B-6: Investimento x Natureza de Projetos - 2000

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$267.098,62	41%
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$229.954,96	35%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$85.481,32	13%
Questões Ambientais	R\$58.493,00	9%
Saúde Popular	R\$17.042,50	3%
Total	R\$658.070,40	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2000

Gráfico 2B-6: Investimento x Natureza de Projetos - 2000



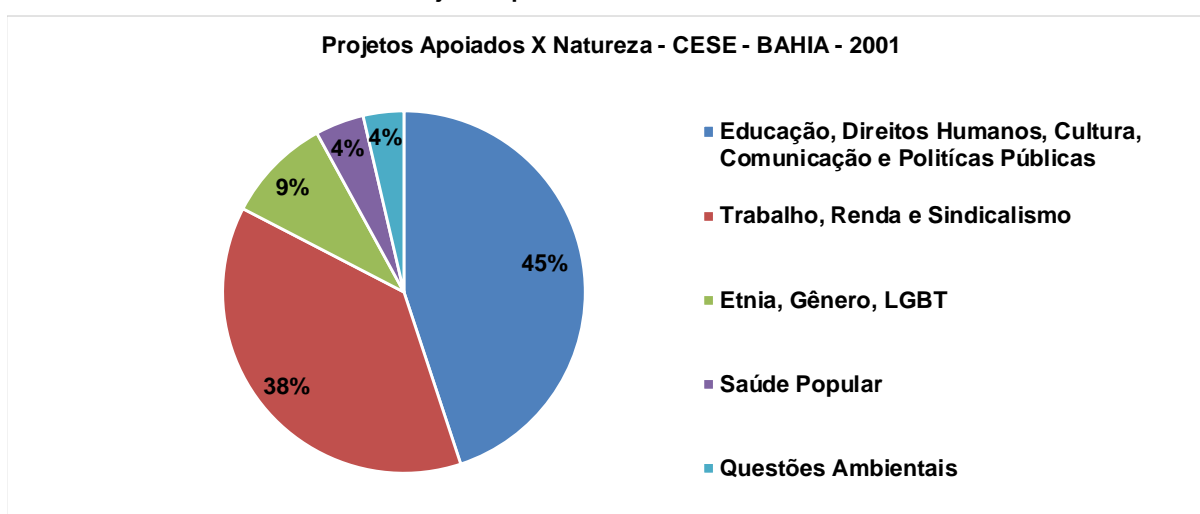
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2000

Quadro 1A-7: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2001

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	62	45%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	52	38%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	13	9%
4.	Saúde Popular	6	4%
5.	Questões Ambientais	5	4%
Total		138	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

Gráfico 2A-7: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2001



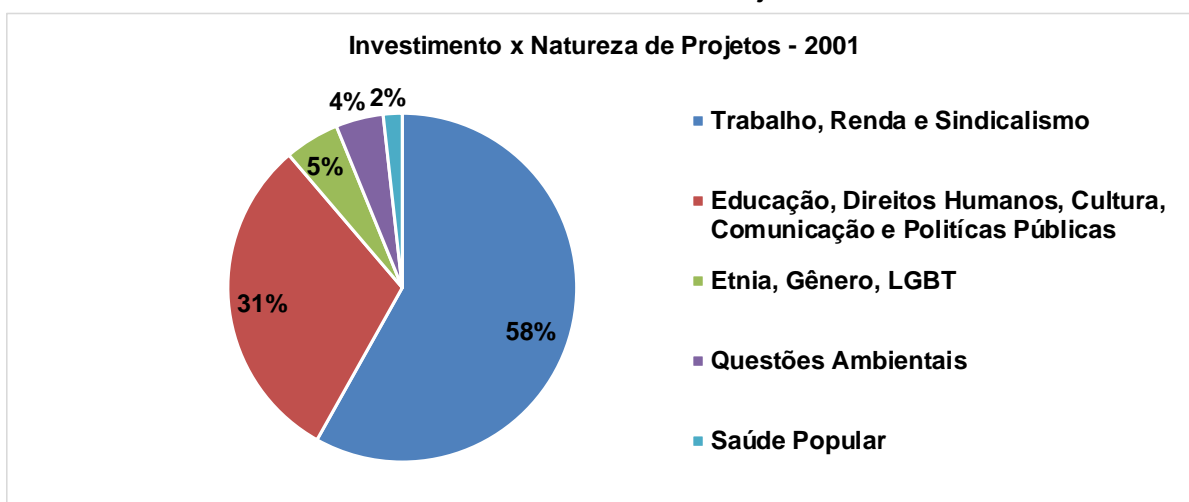
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

Quadro 1B-7: Investimento x Natureza de Projetos - 2001

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$520.530,41	58%
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$274.118,07	31%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$45.548,00	5%
Questões Ambientais	R\$39.500,00	4%
Saúde Popular	R\$15.736,50	2%
Total	R\$895.432,98	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

Gráfico 2B-7: Investimento x Natureza de Projetos - 2001



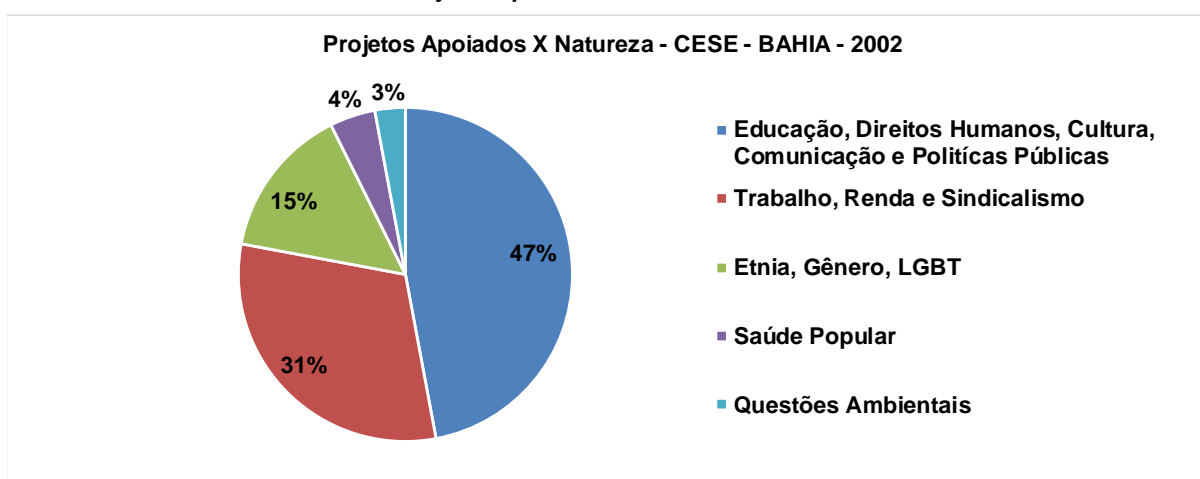
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2001

Quadro 1A-8: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2002

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1.	Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	64	47%
2.	Trabalho, Renda e Sindicalismo	42	31%
3.	Etnia, Gênero, LGBT	20	15%
4.	Saúde Popular	6	4%
5.	Questões Ambientais	4	3%
Total		136	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2002

Gráfico 2A-8: Projetos Apoiados x Natureza - CESE - BAHIA - 2002



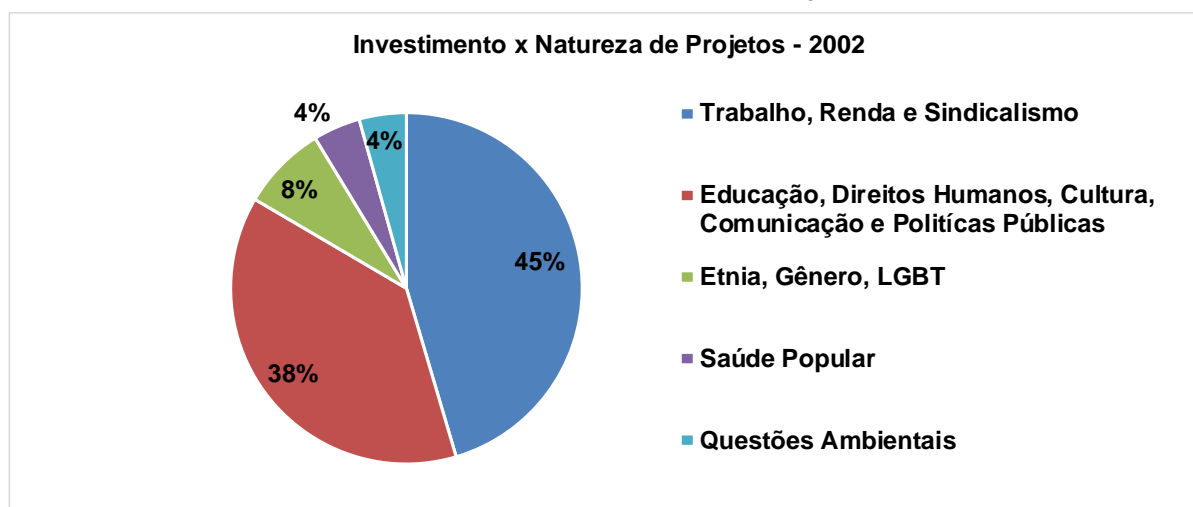
Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2002

Quadro 1B-8: Investimento x Natureza de Projetos - 2002

Natureza do Projeto	Valor em Espécie	Valor em %
Trabalho, Renda e Sindicalismo	R\$361.566,65	45%
Educação, Direitos Humanos, Cultura, Comunicação e Políticas Públicas	R\$302.619,69	38%
Etnia, Gênero, LGBT	R\$62.576,57	8%
Saúde Popular	R\$34.606,00	4%
Questões Ambientais	R\$34.500,00	4%
Total	R\$795.868,91	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2002

Gráfico 2B-8: Investimento x Natureza de Projetos - 2002



Fonte: Relatório Anual de Atividades - CESE - 2002

ANEXO II

1C: Quadros Demonstrativos de Programas realizados pela MOC, 1995 a 2002.

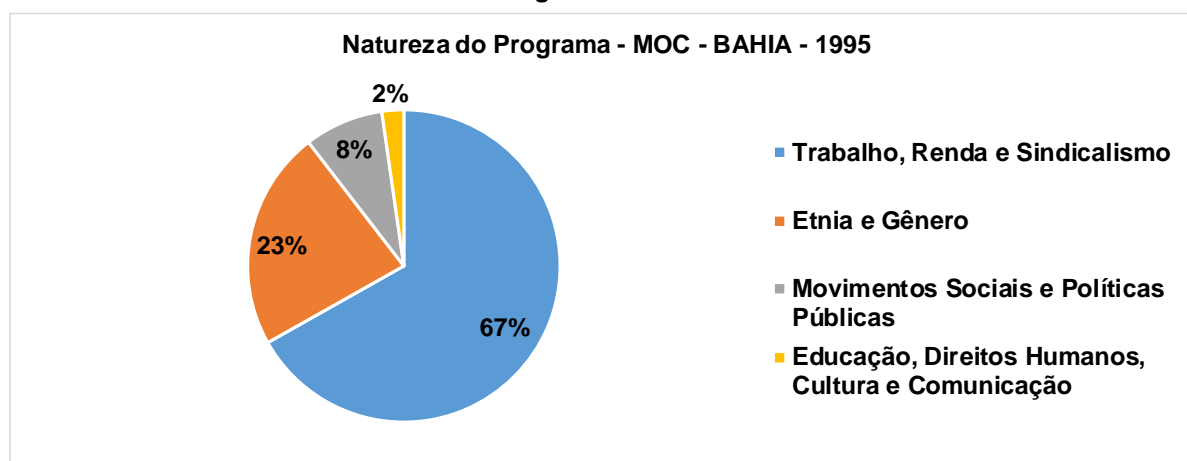
POR ANO:

Quadro 1C-1: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1995

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	2009	67%
2	Etnia e Gênero	683	23%
3	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	246	8%
4	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	68	2%
Total		3006	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1995

Gráfico 2C-1: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1995



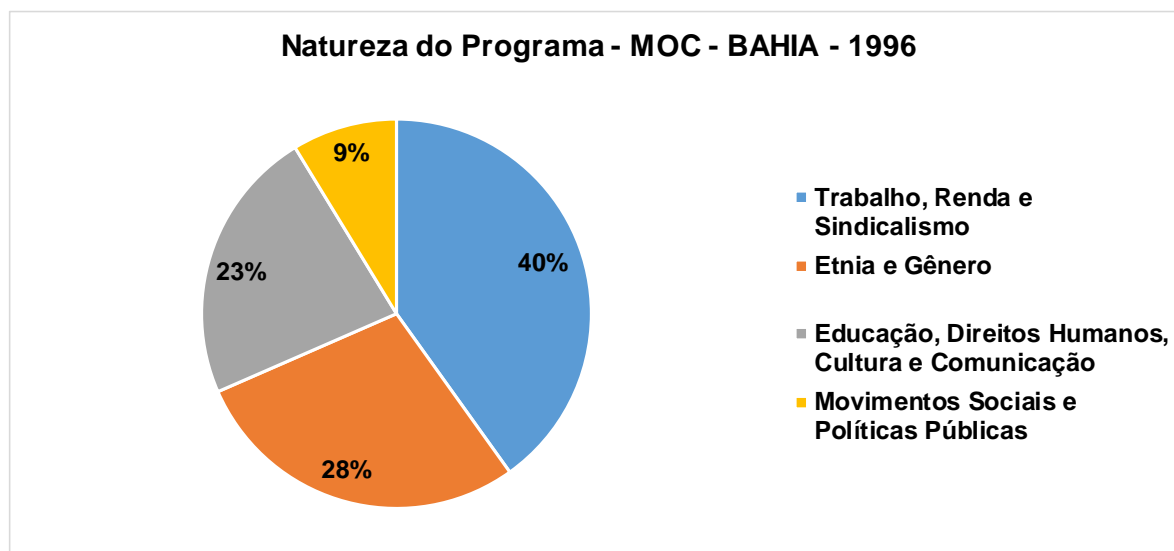
Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1995

Quadro 1C-2: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1996

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	534	40%
2	Etnia e Gênero	377	28%
3	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	304	23%
4	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	116	9%
Total		1331	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1996

Gráfico 2C-2: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1996



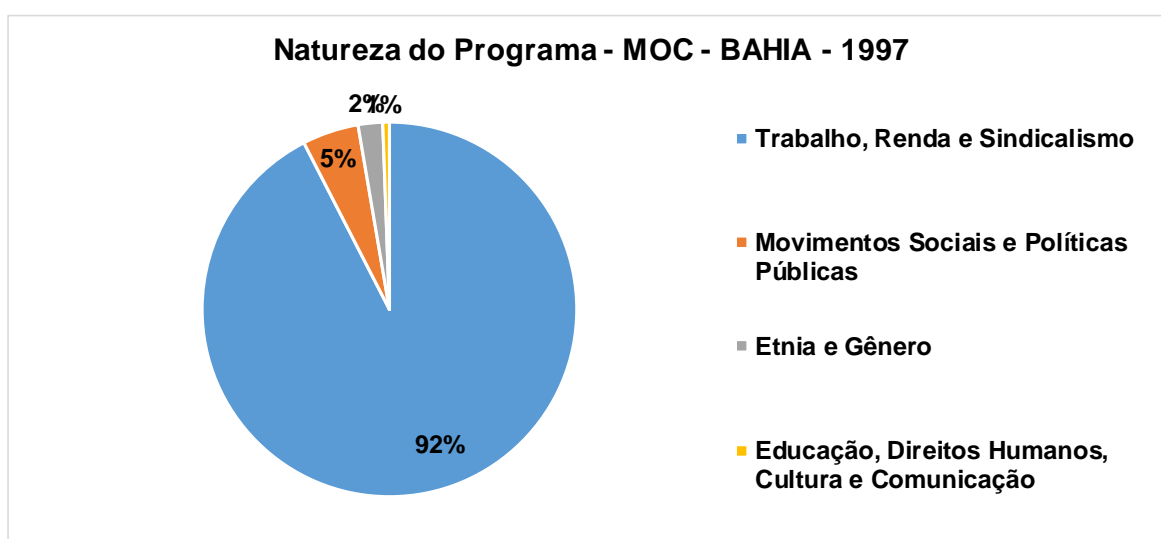
Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1996

Quadro 1C-3: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1997

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	1617	92%
2	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	85	5%
3	Etnia e Gênero	37	2%
4	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	10	1%
Total		1749	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1997

Gráfico 2C-3: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1997

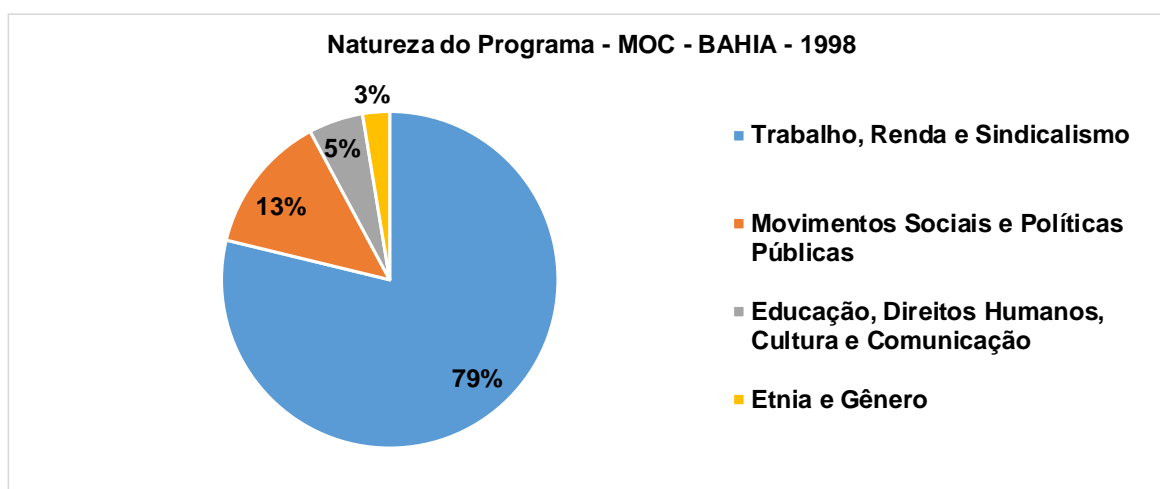


Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1997

Quadro 1C-4: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1998

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	1850	79%
2	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	314	13%
3	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	123	5%
4	Etnia e Gênero	61	3%
Total		2348	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1998

Gráfico 2C-4: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1998

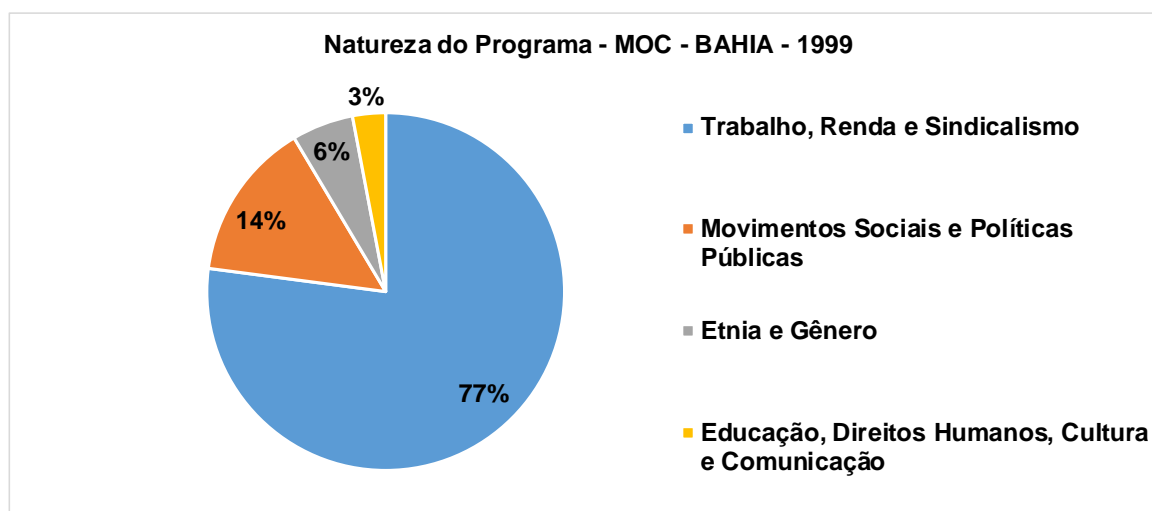
Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1998

Quadro 1C-5: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1999

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	1550	77%
2	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	289	14%
3	Etnia e Gênero	112	6%
4	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	60	3%
Total		2011	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1999

Gráfico 2C-5: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 1999



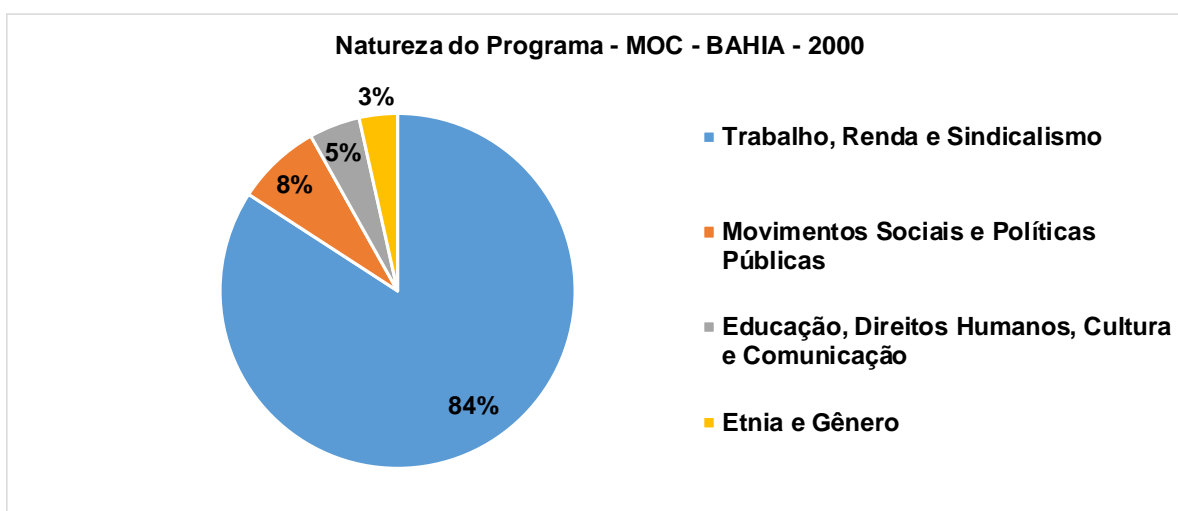
Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 1999

Quadro 1C-6: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 2000

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	3644	84%
2	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	334	8%
3	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	201	5%
4	Etnia e Gênero	151	3%
Total		4330	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 2000

Gráfico 2C-6: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 2000



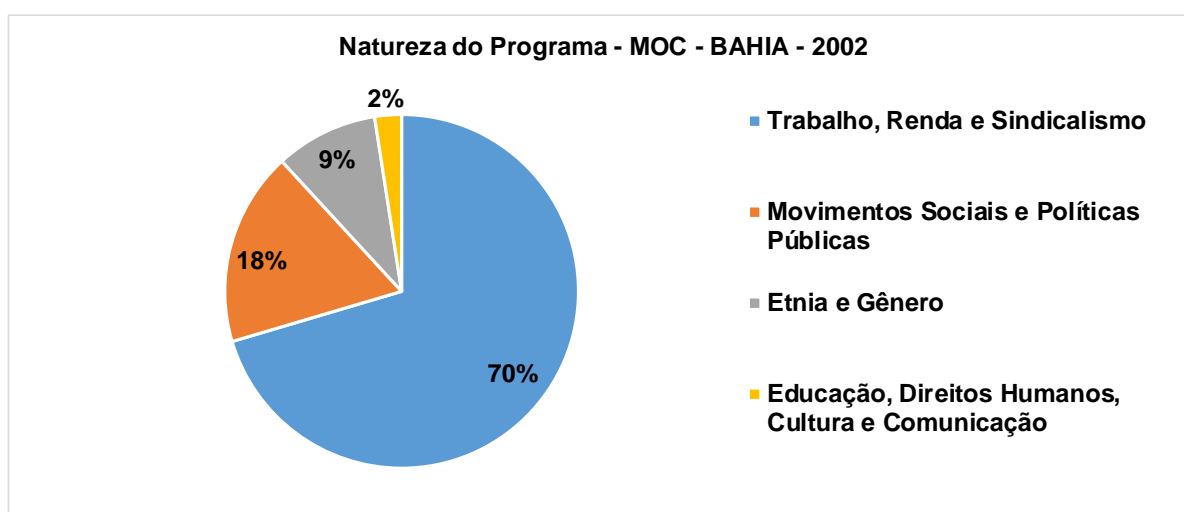
Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 2000

Quadro 1C-7: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 2002

Item	Natureza do Programa	Quant.	Quant. em %
1	Trabalho, Renda e Sindicalismo	2212	70%
2	Movimentos Sociais e Políticas Públicas	557	18%
3	Etnia e Gênero	295	9%
4	Educação, Direitos Humanos, Cultura e Comunicação	77	2%
Total		3141	100%

Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 2002

Gráfico 2C-7: Natureza dos Programas x Quantitativo - MOC - BAHIA - 2002



Fonte: Relatório Anual de Atividades - MOC - 2002